

VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030

outubro de 2020



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

MENSAGEM DA PRESIDENTE

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) dinamizou o exercício de reflexão para definir a “Visão Estratégica para a Região Centro 2030” procurando que tivesse um elevado nível de participação dos agentes regionais. O processo foi iniciado com uma reunião plenária, em outubro de 2019, onde se iniciou a discussão do processo de revisão da Estratégia de Especialização Inteligente do Centro, no âmbito dos trabalhos preparatórios do período pós-2020. Seguiu-se uma segunda reunião aberta, em janeiro de 2020, que tinha subjacente a apresentação e discussão de um documento de trabalho preparado pela CCDRC que procurava identificar os principais constrangimentos e desafios que a região enfrenta, avançando com uma primeira proposta de visão estratégica. Seguiu-se um período para a recolha de contributos escritos de todos quantos quiseram participar ativamente nesta reflexão conjunta, a partir de um inquérito orientador disponibilizado pela CCDRC. Durante os primeiros três meses de 2020 foram também realizadas várias sessões de trabalho, onde se destacam reuniões com as Comunidades Intermunicipais e com as Universidades da região, e ainda a dinamização do Conselho de Coordenação Intersectorial, órgão previsto na lei orgânica da CCDRC. Infelizmente, a interrupção forçada pela pandemia COVID-19 afetou todo o restante processo de participação presencial previsto inicialmente. Foi, por isso, opção da CCDRC devolver à região um segundo documento, que esteve em auscultação pública durante o mês de setembro, que beneficiou dos contributos recebidos e em que se apresentou uma proposta de linhas estratégicas de ação e onde se procurou incorporar uma primeira resposta aos imensos desafios que a crise pandémica, e a crise económica e social que ela acarreta, nos veio colocar.

Todo este processo originou uma versão consensualizada e integradora de uma estratégia para a região Centro para a próxima década.

Traduzindo todo o processo em números, podemos afirmar que houve mais de 400 participações em reuniões presenciais. Nos vários momentos de auscultação pública foram recebidos quase 160 contributos escritos. Contabilizando as intervenções em reuniões e/ou o envio de contributos escritos podemos afirmar que se envolveram representantes de cerca de 130 entidades (identificadas no Anexo 1). Destas entidades, um quarto eram provenientes da Administração Pública Local, um quarto de associações (empresariais, setoriais e territoriais) e quase um quinto de instituições do sistema de ensino superior e investigação da região (Universidades, Institutos Politécnicos ou Centros de investigação). Devemos ainda relevar o contributo individual de 14 cidadãos e a colaboração de 22 técnicos da CCDRC. Por último, um agradecimento especial ao Professor António Figueiredo que nos deu uma ajuda preciosa na redação do documento, aproveitando o vasto trabalho de diagnóstico realizado internamente na CCDRC e conjugando, da melhor forma, os riquíssimos contributos recebidos ao longo do processo.

A todos muito obrigada!

A Presidente da CCDRC,

Isabel Damasceno

ÍNDICE

Nota Preliminar	4
1. O contexto e o alcance deste documento	8
2. Uma região que se afirma pelo seu perfil de inovação	10
3. Com um modelo económico relativamente inclusivo	18
4. Modelo territorial da região e dinâmicas para o reforço da coesão	26
5. Constrangimentos e desafios	30
5.1. Constrangimentos	30
5.2. Os principais desafios	41
6. Uma Visão para a Região consistente com a resposta aos constrangimentos e aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação	52
7. Linhas de estratégia para 2030	53
7.1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação	54
7.2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	58
7.3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional	62
7.4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	64
7.5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	67
7.6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	72
7.7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	75
7.8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional	77
7.9. Articulação com agendas estratégicas nacionais, europeias e mundiais para o período de programação	80
8. Territorialização da estratégia regional	83
8.1. Nota preliminar	83
8.2. CIM BEIRA BAIXA	84
8.3. CIM BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	86
8.4. CIM MÉDIO TEJO	87
8.5. CIM OESTE	90
8.6. CIM REGIÃO DE AVEIRO	92
8.7. CIM REGIÃO DE COIMBRA	95
8.8. CIM REGIÃO DE LEIRIA	98
8.9. CIM VISEU DÃO LAFÕES	100
9. Siglas e Abreviaturas	103
10. Anexos	104

Nota Preliminar

O início de elaboração do presente documento e a auscultação dos *stakeholders*, que constituiu o primeiro passo do processo de participação pública na preparação do período de programação 2021-2027, tiveram lugar antes que a pandemia COVID-19 manifestasse os seus efeitos sanitários, económicos, sociais, culturais e políticos. À medida que estes efeitos redobram de intensidade e se conhece melhor a sua extensão, torna-se cada vez mais evidente que o contexto no qual o próximo período de programação incidirá será substancialmente alterado.

Uma das razões fundamentais para essa alteração de contexto poder ser antecipada com segurança resulta do facto de estarmos perante uma crise de saúde pública de gravíssimas proporções, é certo, mas cujos efeitos serão profundamente ampliados pela sua repercussão em termos económicos e sociais, ainda que os impactos sejam transversais a todos os domínios da economia e da vida em sociedade. A contenção necessária dos processos de disseminação e contágio da infeção a partir da identificação de casos importados (que os países acionaram em momentos diferentes) gera inevitavelmente efeitos consideráveis sobre a produção instalada e sobre a procura global, apesar de uma plataforma mínima de atividade ser mantida para evitar o colapso social. Pela novidade do problema nas sociedades contemporâneas, ninguém sabe antecipar com rigor os efeitos sobre a própria abordagem sanitária que seriam produzidos caso o colapso social se instalasse. Apesar da manutenção em atividade de alguns setores, estima-se que as quedas de produção sejam significativas.

A economia portuguesa será impactada por diferentes vias:

- **Crise económica e social.** O crescimento do desemprego e dos regimes de redução temporária do trabalho ou de suspensão de contratos de trabalho tenderão a gerar o seu rol habitual de consequências e de pressão sobre as políticas sociais e o seu financiamento, deprimindo o consumo das famílias e gerando por essa via novas dinâmicas de contração económica;
- **Crise da oferta e procura internas.** O país terá a sua própria crise de oferta e procura ditada pela paragem de atividade económica que as fases de contenção e mitigação têm exigido;
- **Crise de procura internacional.** Os setores mais dependentes das cadeias de valor internacionais, cada vez mais fragmentadas pelos rumos da globalização contemporânea, enfrentarão problemas adicionais de organização da produção e a natureza pandémica do fenómeno reduzirá a procura internacional e as exportações. O impacto sério sobre a mobilidade internacional de pessoas e particularmente sobre o transporte aéreo, com efeitos imediatos e possíveis alterações de comportamento futuro, repercutir-se-á na atividade turística e nos setores económicos associados;
- **Crise ibérica.** A gravidade e as proporções que a crise pandémica apresentam em Espanha, aliás extensivas a outros países europeus fortemente representados nos mercados de exportação nacional, constituem um fator adicional de perturbação, dada a bem conhecida integração das duas economias;
- **Incerteza orçamental.** Um novo cenário orçamental será aberto, ainda com as incertezas em torno da abordagem europeia à crise económica, destacando-se para já

o compromisso de um novo “faremos tudo o que for necessário” por parte do Banco Central Europeu (BCE), a que se junta a aprovação da proposta da Presidência da Comissão Europeia na sequência de uma negociação dura e prolongada no Conselho Europeu, sobretudo no que respeita à condicionalidade dos apoios e à combinação de subvenções e empréstimos, com alterações face à proposta da Comissão Europeia (mas mesmo assim garantindo condições favoráveis de recuperação).

Na sequência de uma fase longa de aplanamento das curvas de disseminação de novos casos que foi possível alcançar com a atempada e firme intervenção de confinamento e a probabilidade da sua manutenção com a progressiva abertura e flexibilização das limitações impostas ser uma realidade, pode estimar-se que o fator tempo exigido pela retoma plena da atividade económica tenderá a constituir um importante fator de incerteza. A hipótese de uma recessão em V cavado, portanto com duração relativamente curta começa a estar afastada, com diferenciações de país para país induzidas pelos resultados muito diferentes que o desconfinamento e abertura estão a produzir em matéria de novos contágios. Resumindo, o impacto vai ser seguramente elevado, alterando assim subitamente o contexto de partida, que passará de expansionista a recessivo. Mas, mais do que isso, essa incerteza sobre o tempo da recuperação interliga com a natureza e profundidade das mudanças que a pandemia tem vindo a suscitar, das mais transitórias no tempo até às mais impactantes. E não perdendo de vista as dinâmicas como a digitalização e a economia circular que a pandemia não inventou, mas cuja pertinência tem vindo a ser reforçada.

Resta ainda avaliar em que condições a economia portuguesa e as economias regionais irão iniciar a retoma económica que podemos antecipar para fins de 2020/inícios de 2021, dependendo da existência – e, a confirmarem-se, da extensão - de novas vagas de infeção pelo COVID-19. Hoje sabemos que as recessões de forte amplitude e severidade, como parece ser a que se avizinha, produzem efeitos para além dos observados durante o período em que se manifesta. Uma das consequências mais estudadas é o efeito depressivo sobre o produto potencial da economia. Ou seja, quando a economia portuguesa iniciar a sua retoma, muito provavelmente o produto potencial, o produto máximo a que pode aspirar aproveitando plenamente os seus recursos disponíveis será mais baixo, não se sabendo ainda em que proporção. O que não é uma consequência despienda, pois, no contexto anterior ao COVID-19, o produto potencial da economia portuguesa já era rebaixado, entre outros fatores, pelo declínio demográfico.

Com uma alteração de contexto desta natureza e por mais importantes que sejam as prioridades estratégicas de natureza estrutural e anteriores à pandemia, a intensidade e diversidade das mudanças que esta tenderá a provocar não poderão deixar de estar refletidas na estratégia regional.

Podem ser identificadas antecipadamente, e a título meramente ilustrativo e não exaustivo, algumas dessas implicações¹:

¹ Recorda-se que a primeira versão de trabalho do documento “Visão estratégia para a Região Centro 2030” foi apresentada na sessão de lançamento desta discussão, decorrida no dia 13 de janeiro de 2020, podendo ser consultado aqui: <https://tinyurl.com/y244futk>.

- O contexto de partida em matéria de desemprego na Região Centro vai alterar-se; o seu conhecimento antecipado permitirá uma programação mais cuidada das políticas sociais e políticas ativas de emprego do ponto de vista da alocação financeira dos recursos e da temporalização das políticas, constituindo uma oportunidade única para atender em simultâneo à melhoria da qualidade do emprego (menor precariedade e melhores salários para remunerar a melhoria de qualificações e aumentos de produtividade);
- A referência relevante que o documento elaborado em janeiro de 2020 dedicava às condições de resiliência das populações e à sua necessária tradução em matéria de organização dos Serviços de Interesse Geral (SIG) assume uma redobrada importância, com particular acuidade na saúde e cuidados de longa duração, na educação e nas respostas sociais a grupos vulneráveis, nomeadamente os idosos, tendo em conta que a incidência da crise sanitária veio evidenciar a nível nacional fragilidades dos SIG e demonstrando em simultâneo o seu papel central na garantia de coesão territorial e social;
- A também importante referência à investigação de suporte à clínica médica e aos sistemas de saúde adquire uma maior importância no contexto atual e deve ser objetivada em função de prioridades de capacitação para respostas rápidas a desafios do tipo pandémico;
- Embora reconhecendo que esta prioridade é incompatível com o *timing* da programação 2021-2027, importa promover e manter constante o incentivo à organização de equipas e programas interdisciplinares de estudo e investigação sobre as condições de propagação do vírus na região e a avaliação das respostas conseguidas pelo sistema de saúde deve ser garantida;
- A participação da região na intensificação da investigação a nível comunitário decorrente da abordagem à pandemia e da necessidade de capacitar a região para respostas a desafios desta magnitude tem de ser necessariamente garantida;
- As diferenciações sub-regionais da Região Centro em termos de grau de exposição à fragmentação das cadeias de valor internacionais e à integração com a economia espanhola exige ponderação adicional, o que aponta para avanços na modelação de instrumentos em função de especificidades regionais devida e estrategicamente fundamentadas;
- A transformação digital tem neste contexto um forte impulso em diferentes frentes: o ensino à distância, os modelos de negócio para venda *online*, a digitalização dos processos produtivos, a prestação remota de cuidados sociais e de saúde, a organização do processo de trabalho à distância, os modelos de organização empresarial, a organização dos serviços públicos para enfrentar programas de contingência desta natureza, entre outros;
- A par com a transformação digital, também a mudança para uma economia mais verde, que conta com um forte impulso europeu orientado pela meta da neutralidade carbónica, emerge aqui como uma oportunidade reforçada, apoiando-se na requalificação dos trabalhadores que perdem ou perderão ainda os seus postos de trabalho por diferentes razões como a crise sanitária ou a automação crescente;

- A capacitação dos sistemas de saúde e de cuidados continuados integrados e das várias respostas sociais direcionadas a grupos vulneráveis em função da aprendizagem que vai ser acumulada ao longo desta crise constituirá uma outra oportunidade e prioridade;
- Importa tirar partido da relativamente reduzida exposição dos territórios interiores à pandemia em termos da sua atratividade e competitividade;
- As questões relacionadas com as cadeias curtas de distribuição de produtos agrícolas e alimentares adquirem uma outra relevância, podendo aliás gerar um novo paradigma de distribuição extensivo a outras atividades produtivas, tendo especialmente em conta a variabilidade da referência territorial que a dimensão reduzida das cadeias pode exigir;
- Associado a este tema, um mais geral da criação de autonomia regional, nacional e europeia face a muitas cadeias de valor que a situação de pandemia veio a mostrar colocarem o país e a europa na dependência de terceiros;
- E, por último, mas não menos importante, o panorama prospetivo das competências na região altera-se também profundamente, segundo a perspetiva de que é em momentos potencialmente disruptivos como o que vivemos que a antecipação de competências redobra o seu interesse estratégico.

Consequência inevitável. Como é óbvio, no rol de implicações antecipáveis estão as eventuais alterações das agendas europeias e nacionais que suportarão a nova programação. Haverá tempo e oportunidade para cruzar a reflexão regional com essas alterações previsíveis. Não devemos ignorar que uma série de desequilíbrios regionais e constrangimentos estruturais existiam antes da pandemia, alguns dos quais foram agravados pela mesma, independentemente de outros poderem ter emergido.

Nestas condições, nesta versão do documento serão ensaiadas referências à alteração de contexto que a crise pandémica e a sua interação com a crise económica e social tenderão a provocar à medida que se revelarem pertinentes e necessárias. Será particularmente relevante acompanhar de perto o modo como a programação 2021-2027 irá refletir o Plano de Recuperação Europeu aprovado por acordo no Conselho Europeu em 21 de julho de 2020 e o próprio Plano de Recuperação da Economia Portuguesa cuja Visão Estratégica foi apresentada nesse mesmo dia.

1. O contexto e o alcance deste documento

O período de programação 2014-2020 evolui na Região Centro em bom ritmo de implementação e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) do Centro tem-se afirmado como uma boa prática de envolvimento generalizado de atores regionais². A região melhorou recentemente a sua posição relativa no “*Regional Innovation Scoreboard 2019*”³ e indicadores diversos mostram que as capacidades regionais de inovação têm vindo a intensificar-se e a gerar resultados em termos empresariais.

Noutro plano, os anos de 2017 e 2018 revelaram fragilidades e vulnerabilidades dos territórios, em particular dos mais interiores e de menor densidade, aos fenómenos das secas e fogos florestais, que se transformaram num desafio de grandes proporções à valorização das condições de resiliência e organização desses territórios, o mesmo podendo ser dito relativamente a cheias e galgamentos fluviais e marinhos (exemplo do rompimento do dique do Mondego em 2019) e a fenómenos como o Leslie. A ocorrência desses fenómenos severos e extremos envolveu outros territórios da região, atingindo também o coração do litoral. Simultaneamente, tais acontecimentos mostraram ainda a existência de uma base económica e empresarial frágil, pouco resiliente a riscos, sejam eles naturais ou socioeconómicos, alguma da qual fortemente atingida pela destruição de capital físico de infraestruturas e equipamentos registada nos incêndios. A valorização desta base empresarial assume um lugar central no desenho e operacionalização de soluções de desenvolvimento e de futuro para o emprego e rendimento dos territórios mais vulneráveis e para a minimização do cenário de estancamento/declínio demográfico a que a programação 2021-2027 deve dedicar atenção particular. Não menos importante, a situação de *stress* hídrico vivida por alguns territórios implica que novos modelos de atividade e de mobilização do solo devam ser considerados, oferecendo alternativas de base produtiva.

Tal como foi na prática operacionalizada, a programação 2014-2020 nem sempre foi formatada de acordo com as aspirações suscitadas na Região Centro pelo processo de amplo envolvimento participativo e colaborativo que teve na formulação da RIS3 do Centro a sua expressão mais robusta. Apesar disso, e sem ignorar as incoerências e fragilidades de muitas das soluções institucionais encontradas, a governação multinível avançou na região em muitas frentes. Por um lado, em grande medida dependente da capacidade de liderança e coordenação em cada um dos níveis da governação, mas gerando, por outro lado, um lastro de organização institucional de intermediação e implementação de políticas públicas cuja sustentação e focagem estratégica têm de constituir parte da solução. Um bom exemplo desse potencial pode ser observado no modo como, sob a liderança da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC), foi possível num contexto marcadamente participativo elaborar uma Agenda para a transição para uma Economia Circular na Região Centro, que se constitui um

² Ver nesse sentido os resultados da avaliação da implementação das Estratégias Nacional e Regionais de Especialização Inteligente (https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/avaliacao/ava_ris3_final_25112019.pdf).

³ Comissão Europeia, *Regional Innovation Scoreboard 2019*: https://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/regional_en.

referencial incontornável para operacionalizar diferentes frentes de intervenção no próximo período de programação.

A preparação do período de programação 2021-2027 na Região Centro, na sua dupla dimensão de, por um lado, conceber e formatar o Programa Operacional Regional (POR) 2021-2027 Centro e, por outro, rever a RIS3 do Centro e as prioridades na resposta a constrangimentos e à valorização de recursos específicos da região que os restantes Programas poderão assegurar, evoluirá à medida que forem conhecidas com mais pormenor as opções nacionais para gerar um equilíbrio coerente entre agendas europeias, grandes objetivos nacionais e prioridades para a região. Quer isto significar que a preparação regional da programação 2021-2027 terá de assentar numa abordagem simultaneamente abrangente e flexível, com especial atenção a alguns temas cuja relevância não só não pode ser escamoteada, como é reforçada no contexto da necessária resposta aos desafios que a grave crise provocada pela pandemia acarreta:

- *[Oportunidades europeias]* Que alterações nas agendas e grandes objetivos europeus e na correspondente alocação de recursos de programação interpelam a região, suscitando reforço da capacidade de elaboração de projetos?
- *[Oportunidades europeias]* Que novas oportunidades de intervenção trará a implementação do *Pacto Ecológico Europeu*⁴ e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais⁵ como vetores decisivos de atuação e compromisso da Comissão Europeia?
- *[Oportunidades nacionais]* Que apostas nacionais encontram nos ativos específicos da região respostas mais capazes?
- *[Valorização da experiência]* Que constrangimentos estruturais da região continuam carenciados de resposta e que novas dinâmicas de valorização de recursos podem ser incrementadas em escalas com maior abrangência territorial?
- *[Valorização da experiência]* Que experiências foram geradas pela programação 2014-2020 com potencial de robustecimento e escala territorial através de afinamentos organizativos, de capacitação ou de coordenação multinível?
- *[Meios de operacionalização]* Pode a revisão da RIS3 do Centro, reforçando e operacionalizando a sua seletividade, contribuir para o reforço do seu papel como instrumento de aprofundamento da estratégia de desenvolvimento regional para a Região Centro?
- *[Meios de operacionalização]* Que outras iniciativas, programas e tipologias de intervenção são necessários para colmatar áreas em que dificilmente o enquadramento RIS3 constitui o instrumento mais pertinente?

Este documento visa situar os termos do debate participativo que o processo de construção de uma Estratégia de desenvolvimento para a região deverá envolver, estabelecendo sobretudo uma relação de continuidade com (i) a implementação da programação, (ii) a sua monitorização e avaliação, (iii) a captação de tendências afloradas em dinâmicas recentes e (iv) a definição de novas prioridades e domínios de intervenção.

A reflexão que aqui se procura sistematizar mobiliza diferentes elementos de informação, com destaque para diferentes dimensões de diagnóstico regional elaborado pelos serviços da CCDRC

⁴ https://ec.europa.eu/info/publications/communication-european-green-deal_en

⁵ COM(2020) 14 final (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/GA/TXT/?uri=CELEX:52020DC0014>)

(alguns deles já disponibilizados no seu portal) e elementos de análise de documentos de planeamento a nível nacional que tenham em conta a sua incidência na região. A configuração territorial da Região Centro, composta por 100 municípios, é a definida no regulamento (EU) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo 2).

Esta versão incorpora uma grande parte dos contributos recolhidos durante o primeiro semestre do presente ano. Os contributos institucionais e individuais recebidos, para além de revelarem a já conhecida e positiva capacidade da região se envolver neste tipo de processos, são de dois tipos: há um grupo que traz elementos relevantes de enriquecimento ao enunciado de constrangimentos, desafios e traços de Visão Estratégica e um outro que oferece elementos de ação e de planos e projetos de intervenção a garantir com o novo período de programação. Por isso, a incorporação dos contributos recolhidos e sistematizados concretiza-se em diferentes capítulos do texto e em diferentes momentos de elaboração da estratégia regional.

Resta referir que os contributos também recebidos a partir do trabalho de planeamento realizado pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro, mobilizados em três fases, refletem pluralidade e diversidade de abordagens ao desenvolvimento regional e estádios diferentes de revisitação das suas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT). De qualquer modo, seja pela integração e análise de documentos acabados de revisitação de EIDT, seja através da interação da CCDRC com as CIM, pode dizer-se que o presente documento integra pensamento gerado no âmbito das CIM.

2. Uma região que se afirma pelo seu perfil de inovação

Um Sistema Regional de Inovação em maturação ...

O Sistema Regional de Inovação (SRI) da Região Centro é já há algum tempo conhecido nos perfis territoriais da inovação como um sistema de atores em que a interação entre (i) as empresas mais inovadoras integradas nos diferentes sistemas produtivos regionais, (ii) as entidades e interfaces do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) representadas na região e focadas na transferência de conhecimento para as empresas, (iii) o potencial de produção de conhecimento científico aqui localizado e (iv) instituições de educação e formação e empresas de prestação de serviços tem inscrito a sua marca na trajetória de inovação da região. A RIS3 do Centro capitalizou essa realidade sistémica em estruturação, contribuindo por essa via para a focagem e seletividade do esforço científico e tecnológico em curso.

Recentemente, culminando a persistência e continuidade de orientações de política pública (em grande medida corporizada a partir da influência dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)) e das próprias estratégias das empresas mais influentes, a região elevou o seu estatuto para o patamar das regiões fortemente inovadoras, segundo os padrões e critérios

do *Regional Innovation Scoreboard*, alinhando com a melhoria observada no estatuto do próprio país⁶.

Este estatuto que se estima poder vir a ser consolidado pela transformação económica “*place-based*” que a RIS3 do Centro visa alcançar, para além de constituir em si próprio um importante fator de notoriedade europeia da região e do seu perfil de especialização produtiva⁷, está em linha com um conjunto de outros indicadores associados à dinâmica recente observada na região, que tem mantido a forte densidade industrial, com o peso do Valor Acrescentado Bruto (VAB) industrial sempre acima da média nacional.

Com vários indicadores de dinâmica empresarial em linha com a evolução do perfil inovador da região ...

Vários indicadores confirmam esta perceção:

- Em 80 dos 100 municípios da região estão localizadas 27% das Pequenas e Médias Empresas (PME) com estatuto de PME Excelência a nível nacional⁸, respeitando os critérios estabelecidos pelo IAPMEI;
- A evolução crescente do número de empresas gazela identificadas na região (a única região que regista e trabalha este indicador) tem sido sustentada, apontando para uma duplicação entre 2013 e 2018 (47 contra 95) e para uma nova subida para 112 em 2019⁹, com localização em cerca de 40% dos municípios da região;
- A região apresenta, imediatamente a seguir à Área Metropolitana de Lisboa, o melhor índice em termos de competitividade relativamente aos padrões das regiões mais evoluídas (40,15 para o Centro e 63,06 para Lisboa)¹⁰;
- A informação do Inquérito Comunitário à Inovação de 2014-2016 (figura 1) confirma indicadores para a Região Centro sempre superiores aos registados no país.

⁶ Cfr. *European Innovation Scoreboard*:
https://ec.europa.eu/growth/industry/policy/innovation/scoreboards_en.

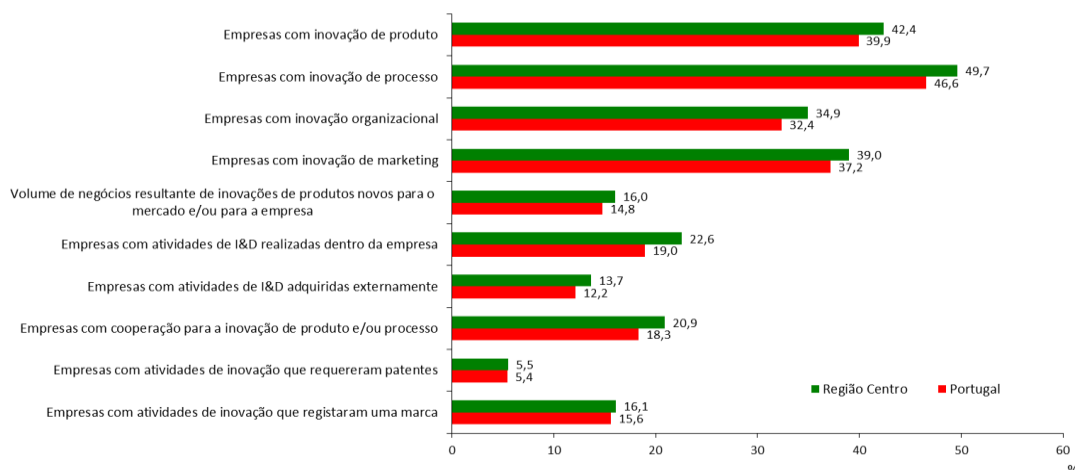
⁷ CCDRC (2020), Especialização produtiva da Região Centro:
<http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo32/index.html>

⁸ CCDRC, As PME Excelência na Região Centro 2019:
<http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo33/index.html>

⁹ CCDRC, Empresas GAZELA 2019:
<http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo39/index.html>

¹⁰ Comissão Europeia, *European Regional Competitiveness Index 2019*:
https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/

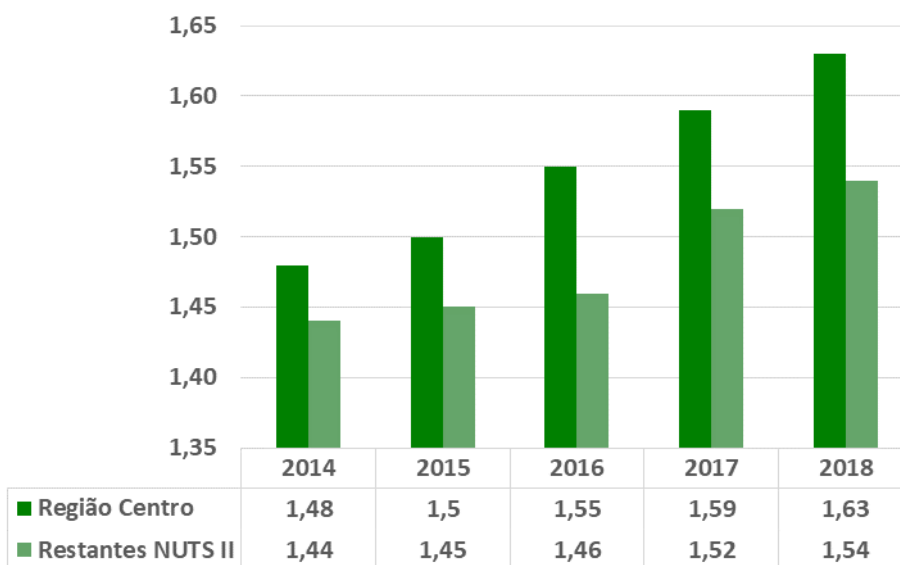
Figura 1. Indicadores de inovação da Região Centro e de Portugal



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Inquérito Comunitário à Inovação), 2014-2016

- A Região Centro revelou no período 2014-2018 um peso mais elevado das empresas de média e alta tecnologia face à média das restantes NUTS II do país, como o gráfico abaixo também documenta (figura 2).

Figura 2. Evolução da proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%), de 2014 a 2018, para o Centro e para a média das restantes NUTS II



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do Instituto Nacional de Estatística (INE)

- As empresas da região revelaram, até 31.08.2020 uma forte apetência e reatividade na procura dos apoios dos sistemas de incentivos (SI) do Portugal 2020, captando 1,8 mil milhões de euros de fundo europeu aprovado, representando 30% do total dos SI do Portugal 2020; por sua vez, o investimento elegível aprovado é de 3,6 mil milhões de euros (31% do total); mesmo tendo em conta que os investimentos aprovados nestas tipologias de incentivos ao investimento exigiam que o enquadramento na Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI)/RIS3 do Centro fosse apenas um critério

de mérito entre outros, a magnitude de investimento elegível aprovado, que justificou a referida atribuição de financiamento europeu, constitui um indicador inequívoco de dinâmica de inovação empresarial;

- A este poder de captação de fundos há que adicionar os cerca de 160 milhões de euros de financiamento do Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação (H2020)¹¹, com relevo para os 63,8 milhões de euros das instituições de ensino superior, os 56,8 de milhões de euros captados por PME (contra 14,4 milhões de euros de grandes empresas) e os 34,6 milhões de euros de centros de investigação.

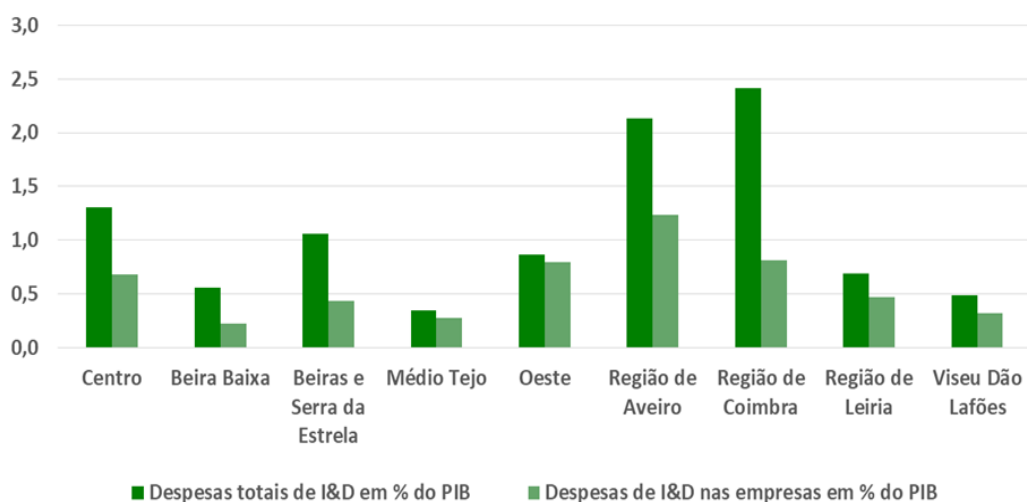
Dinâmicas promissoras cujo contributo para a transformação global dos principais indicadores estruturais da região exige consolidação e seletividade de esforços ...

As dinâmicas empresariais e de inovação, embora registem sinais de poderem alargar progressivamente a sua incidência territorial, tendem na sua fase inicial de configuração a concentrar-se nos territórios mais dinâmicos e mais bem apetrechados em termos de recursos técnicos e humanos. A inovação é um processo que tenderá a aumentar *gaps* interempresariais e interterritoriais que só os processos de difusão por ela gerados tenderão a reduzir. Por isso, é tão importante assegurar, simultaneamente, que novos focos de inovação possam emergir na região, alargando a base territorial da sua competitividade e que se criem condições para a sua transferência e absorção por outras empresas e territórios.

Vários indicadores sugerem esta realidade na região:

- Os valores do peso das despesas de I&D (totais e empresariais) no PIB por NUTS III da Região Centro ilustram perfeitamente aquela afirmação (figura 3).

Figura 3. Despesas totais de I&D e despesas de I&D nas empresas em % do PIB, 2018, Região Centro e NUTS III



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

¹¹ Dados reportados a abril de 2019.

- A Região de Aveiro e a Região de Coimbra são presentemente duas das NUTS III mais dinâmicas do país em termos de desempenho de/em inovação, medido pelo confronto entre o esforço total de I&D e o que é realizado pelas empresas; relativamente a este último indicador merece ainda destaque o Oeste, que regista o terceiro melhor desempenho da região, com um valor acima da média regional;
- Em estreita conformidade com esta evidência, a Região de Aveiro e a Região de Coimbra são também as que a nível nacional apresentavam, em 2016, os valores mais elevados de número de doutorados em áreas de Ciência e Tecnologia por 1000 habitantes, da população residente com idade entre 25 e 34 anos, respetivamente 3,61 e 1,81;
- 78% dos projetos aprovados com enquadramento na RIS3 do Centro até 31.12.2019 localizam-se nas NUTS III Região de Aveiro, Região de Leiria, Região de Coimbra e Oeste, com destaque para as duas primeiras quando os valores são relativizados pelo universo de empresas, o que é extensivo ao investimento previsto também relativizado pela massa de empresas (com Viseu Dão Lafões a revelar notoriedade segundo este critério)¹²; esta evidência situa bem a Região Centro do ponto de vista dos objetivos europeus e nacionais de reindustrialização, dada a resiliência das práticas industriais na região.

Apesar da magnitude das dinâmicas de inovação atrás assinaladas, do ponto de vista global, a Região Centro continua a apresentar um PIB *per capita* em PPC (Paridades do Poder de Compra) que corresponde a 87% do registado no país, sendo que, em cerca de duas décadas, a evolução acabou por não ser significativa (figura 4). De acordo com os dados das Contas Regionais de 2018, apenas três NUTS III (Região de Leiria, Região de Aveiro e Beira Baixa) ultrapassaram 90% do valor registado no país. A evolução observada é ligeiramente mais positiva na produtividade aparente do trabalho (figura 5), sugerindo que as mencionadas dinâmicas de inovação estarão a produzir efeitos nesta matéria, neste caso com um maior número de NUTS III a impulsionar tal mudança (Região de Leiria, Região de Coimbra, Região de Aveiro, Beira Baixa e Médio Tejo, obviamente com significado diverso entre as três primeiras e as duas últimas).

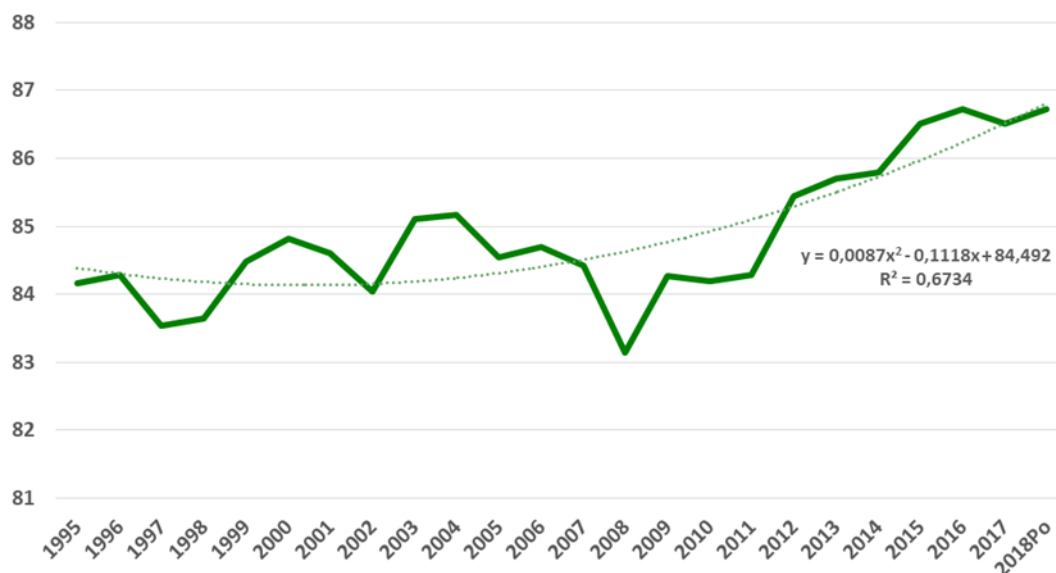
Sinal de que as dinâmicas de inovação em curso na região ainda carecem de maturação em termos de efeitos na competitividade é a evidência revelada pelo índice de competitividade do Instituto Nacional de Estatística (índice parcelar do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)¹³. A Região Centro ocupou, nos últimos anos, o quarto lugar do ranking, atrás da Área Metropolitana de Lisboa, região Norte e Algarve, apresentando uma única NUTS III, a Região de Aveiro, com índice superior à média nacional e coeficientes de variação elevados entre as suas NUTS III nesse indicador. Do ponto de vista da estratégia futura para a região e ponderando as suas implicações para a revisão da própria RIS3 do Centro, o que estes dados revelam é a necessidade de criação de condições para uma mais rápida maturação dos efeitos de competitividade que as dinâmicas de I&D-inovação em curso na região tenderão a determinar.

¹² CCDRC (2020), Caderno D ANÁLISE DO ALINHAMENTO DOS PROJETOS CANDIDATOS AO PORTUGAL 2020 COM A RIS3 DO CENTRO (Abril de 2020) - Dados reportados a 31 de dezembro de 2019: <http://ris3.ccdrc.pt/index.php/ris3-documentacao/regional>

¹³ CCDRC (2019), O Desempenho da Região Centro: Uma perspetiva segundo o PIB e o ISDR: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo27/index.html>

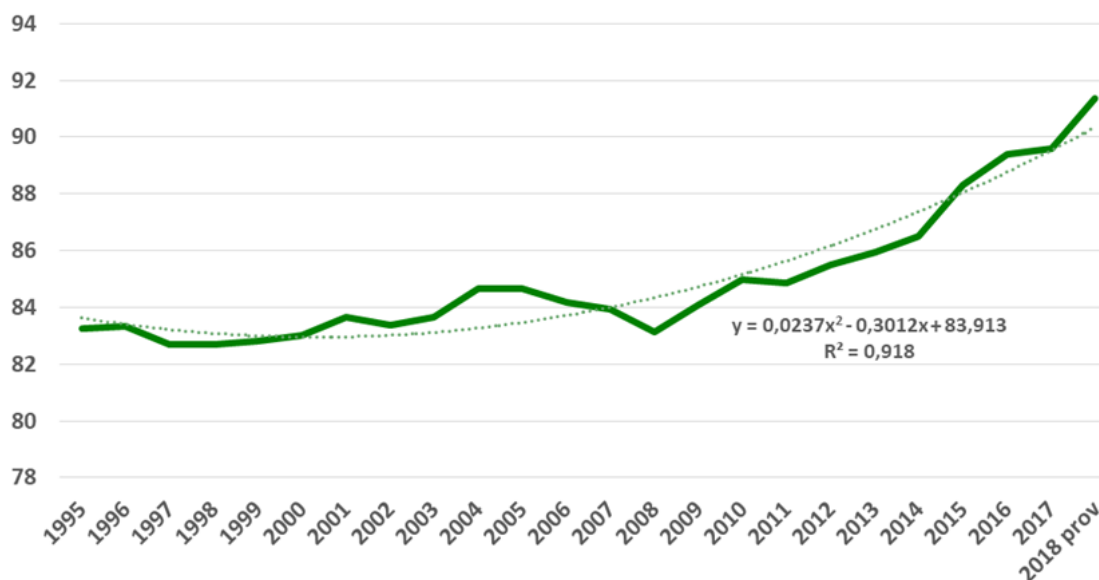
Algo de semelhante se observa no poder de compra *per capita* (Instituto Nacional de Estatística - INE) (figura 6), registando-se neste caso uma evolução desfavorável entre 2013 e 2017 no indicador¹⁴. De novo, também só a Região de Aveiro, a Região de Leiria e a Região de Coimbra conseguem ultrapassar os 90% do poder de compra *per capita* registado no país.

Figura 4. PIB *per capita* (PPC), Região Centro, 1995-2018 (Portugal=100)



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

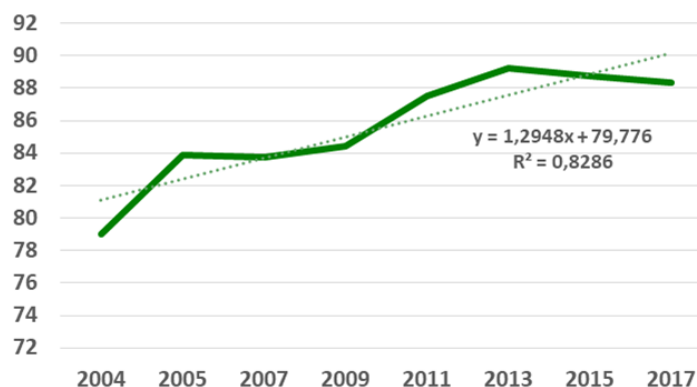
Figura 5. Produtividade aparente do trabalho, Região Centro, 1995-2018 (Portugal=100)



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

¹⁴ CCDRC, Análise do Poder de Compra Concelhio na Região Centro em 2017: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo30/index.html>.

Figura 6. Evolução do poder de compra per capita na Região Centro, 2004-2017 - PT=100



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

Uma dotação de recursos em matéria de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) que importa reforçar para um posicionamento mais confortável em termos de desafios da transformação digital

A tabela abaixo (figura 7) evidencia que a Região Centro apresentou na última década uma evolução significativa no que respeita à utilização de TIC, alinhada com a evolução favorável observada no país, embora apresentando ainda alguns *gaps* que importará colmatar no futuro.

Figura 7. Indicadores comparativos de utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Região Centro e em Portugal

Indicadores	2019 ou 2018		2009	
	Centro	Portugal	Centro	Portugal
Empresas com atividades de TIC (%), 2018	1,0	1,3	0,7	1,0
Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que nos últimos 3 meses do ano utilizaram Internet (%), 2019	74,0	75,3	43,7	46,5
para realizar serviços avançados (%), 2019	70,6	72,3	37,8	40,6
utilizaram comércio eletrónico para fins privados (%), 2019	26,2	28,2	8,3	9,7
Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que, nos últimos 12 meses, preencheram e enviaram pela internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados (%), 2019	29,6	29,6	14,0	17,8
Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa (%), 2019	76,7	80,9	41,8	47,9
através de banda larga (%)	74,1	78,0	39,3	46,2
Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários on-line (%), 2018	73,0	63,6	x	x
Câmaras Municipais que utilizaram o comércio eletrónico (%), 2018	69,0	58,4	40,9	36,4
Taxa de cobertura territorial das lojas do Cidadão (%), 2018	22,0	17,5	5,0	5,8

x – informação não disponível

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Os indicadores em que os municípios são os principais agentes utilizadores de TIC revelam, porém, uma posição mais favorável da região, o que constitui um sinal promissor do papel que este tipo de recursos e os atores associados podem assumir na difusão pelos territórios de processos de inovação.

Dados complementares recolhidos pela CCDRC a partir de informação sistematizada pela Agência Nacional de Inovação (ANI) mostram que as empresas mais relevantes da região estão a posicionar-se em termos de preparação para a transformação digital e Economia 4.0¹⁵. Estimando-se que a transformação digital venha a assumir no próximo período de programação um lugar central na alocação de recursos, é fundamental que, para além da correção de desvios atrás assinalados, seja concedida uma atenção particular às consequências organizacionais dessa transformação no que respeita à alteração de modelos de negócio empresarial e ao apetrechamento de competências básicas, intermédias e avançadas para uma boa resposta.

É igualmente fundamental que a transformação digital chegue à sociedade e ao cidadão nas suas diferentes vertentes e implicações. Colocar o ser humano no centro da transformação digital deverá ser um requisito fundamental para o sucesso e para que a região seja um espaço mais atrativo e com maior qualidade de vida. Os saltos tecnológicos só fazem sentido e são estruturados quando melhoram a forma de viver dos seres humanos e lhes permitem um salto civilizacional, qualquer que seja o território de implantação e residência.

Concluindo ...

As dinâmicas de inovação observadas na região, que a catapultaram para o estatuto de região fortemente inovadora segundo os padrões e critérios do *Regional Innovation Scoreboard*, estarão neste momento a meio caminho do percurso desejável de resultados: por um lado, a maturação de efeitos em termos de crescimento do potencial económico da região será muito provavelmente lenta, atendendo a que as mudanças estruturais da especialização produtiva o são também; por outro lado, os efeitos de tais dinâmicas de inovação em termos de alargamento territorial da competitividade da região enfrentam os condicionantes da sua forte concentração nas NUTS III mais dinâmicas da Região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria, exigindo não só a criação consistente de novos focos territoriais de inovação, mas também um mais intenso esforço de transferência de conhecimento e de difusão de inovação para os territórios com menor concentração dessas dinâmicas (Viseu Dão Lafões é claramente um território em transição desse ponto de vista).

Finalmente, a maturação dos efeitos associados às dinâmicas de inovação está também relacionada com o grau ainda inicial de implementação da abordagem RIS3 do Centro. Há que ter em conta que uma das vias pelas quais a implementação da RIS3 do Centro poderá ter efeitos no desenvolvimento económico passa pela sua relação com os níveis do empreendedorismo. O modelo económico e territorial da Região Centro apontou nas duas últimas décadas para a emergência de empreendedorismo por influência de *spillovers* (externalidades) de

¹⁵ No sentido de que a amplitude e transversalidade da transformação digital excede já a dimensão industrial, embora nela encontre a sua manifestação mais robusta.

conhecimento geradas por economias de aglomeração/localização de concentrações industriais. O que a RIS3 do Centro pretende alcançar nesta matéria é criar condições para novas fontes de criação de empreendedorismo através de novos *spillovers* de conhecimento gerados a partir da diversidade na concentração (variedade relacionada). A notoriedade da presença com sede na Região Centro de *clusters* resilientes, como por exemplo o Engineering&Tooling, o Habitat Sustentável, as TICE e o Agroindustrial do Centro, pode ser considerada um fator favorável a esta pretensão específica e para a dinamização da inovação em geral.

3. Com um modelo económico relativamente inclusivo

Graças a um tecido empresarial em que a presença predominante de pequenas e microempresas assegura padrões interessantes de flexibilidade e resiliência, cujos caminhos se cruzam por vezes com grandes empresas e grandes exportadoras, o modelo económico da Região Centro tem conseguido alcançar níveis relevantes de inclusão e de coesão social em geral, sem descurar todo o investimento público feito neste sentido, bem como o papel desempenhado pela política de coesão ao longo das últimas décadas. A estes níveis também não é indiferente a cobertura que a região apresenta em termos de respostas sociais institucionais. Segundo informação sistematizada pela CCDRC a partir dos dados da Carta Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, MTSSS)¹⁶, na Região Centro localizavam-se 32% das chamadas “entidades não lucrativas” que desenvolvem respostas sociais¹⁷. A Região Centro emerge com pesos relevantes de intervenção nas respostas sociais suscitadas principalmente pelos problemas relacionados com idosos (37% das respostas sociais a nível nacional) e com crianças e jovens (28 % do total nacional)¹⁸.

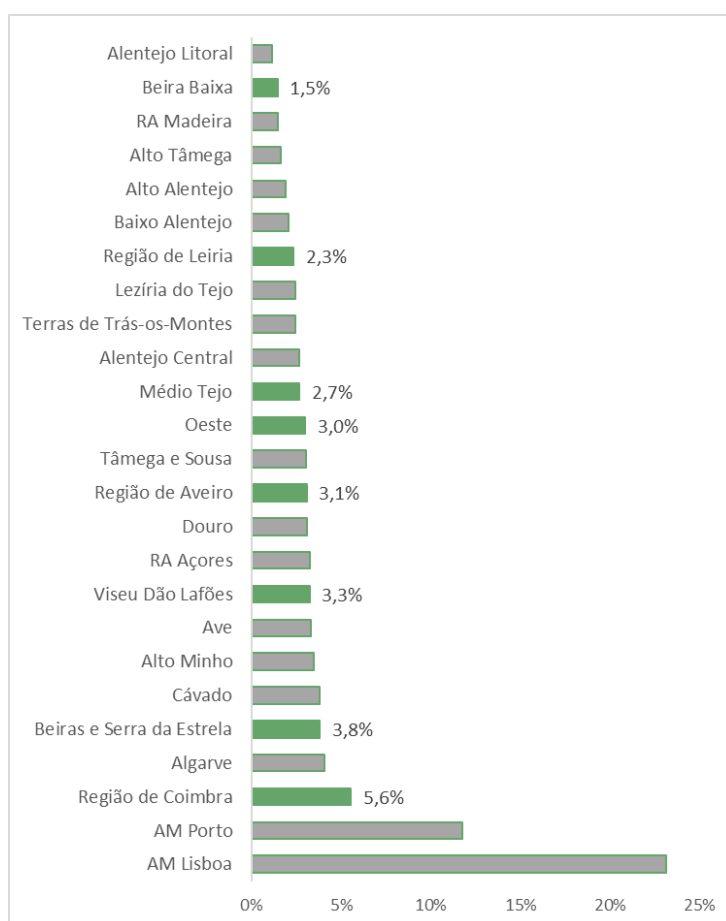
Acresce que, de acordo com informação associada à Conta Satélite da Economia Social 2016 (INE), o território da região, analisado segundo a unidade territorial NUTS III, acolhe 18.146 entidades correspondentes a 25,2% do total nacional, com mais forte representação das NUTS III da Região de Coimbra, Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão Lafões, Região de Aveiro e Oeste (figura 8), revelando em relação à população residente uma significativa dinâmica de evolução.

¹⁶ CCDRC (2020), Economia Social e Inovação Social na Região Centro: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo31/index.html>.

¹⁷ Cerca de 4.670 entidades, representando uma aproximação ao universo das IPSS e equiparadas, integrando também entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, serviços sociais de empresas e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.

¹⁸ O facto de a Região Centro evidenciar na pandemia um maior peso em matéria de registo de mortes relativamente ao peso em termos de infetados recomenda análises mais aprofundadas, podendo estar relacionado seja com a estrutura etária dos residentes nos territórios com maior disseminação de casos, seja com a densidade de lares por freguesia, seja ainda com a distribuição especial de morbilidades geradoras de situações de risco mais elevado.

Figura 8. Distribuição das entidades de Economia Social, por NUTS III, 2016



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social 2016

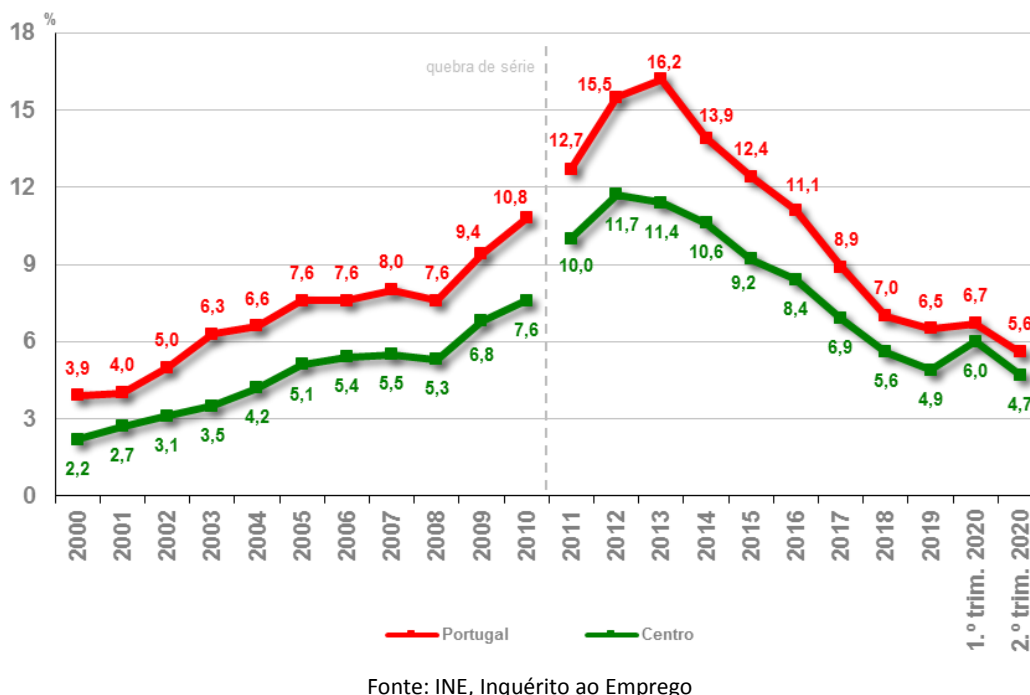
Um aspeto a relevar é a boa cobertura que alguns dos territórios mais interiores da região apresentam em termos de entidades da economia social, constituindo nessa medida um recurso para o reforço das condições de resiliência e de redução das vulnerabilidades desses territórios.

Não menos importante é o reconhecimento de que a região não se tem revelado apenas dinâmica em matéria de respostas sociais mais tradicionais. A Região Centro tem estado amplamente representada nos apoios da iniciativa pública Portugal Inovação Social, o que sugere existir na região um potencial importante de respostas sociais segundo modalidades mais inovadoras. Segundo dados da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) reportados ao ano de 2019, a procura da Região Centro foi particularmente significativa para ações de capacitação para o investimento social, com 85 projetos em implementação (correspondentes a 43% do total), cobrindo domínios diversificados, mas abrangendo, entre outros, domínios de maior conteúdo de inovação como é a capacitação de avaliação de impactos. O mesmo se diga em relação às parcerias para o impacto, com 58 projetos (correspondentes praticamente a 40% do total) em curso de concretização na região.

Nesta área do apoio social inovador, a digitalização e a implementação de práticas centradas nas TIC poderá trazer mais-valias e novas formas de aumentar o nível e a qualidade de vida das pessoas que escolheram o Centro de Portugal para viver.

O comportamento do mercado de trabalho da região, gerando taxas de desemprego sempre inferiores às observadas no país (figura 9), é o principal responsável pelo caráter relativamente inclusivo do modelo, embora tenhamos sempre de o considerar à luz do *trade-off* produtividade-desemprego. Ou seja, a região tem o desafio de manter o padrão de taxas de desemprego total e jovem que tem evidenciado num contexto em que as dinâmicas de inovação atrás assinaladas incrementem a produtividade. Este desafio será agravado pela necessidade de resposta aos problemas gerados pela recessão económica e social induzida pela pandemia.

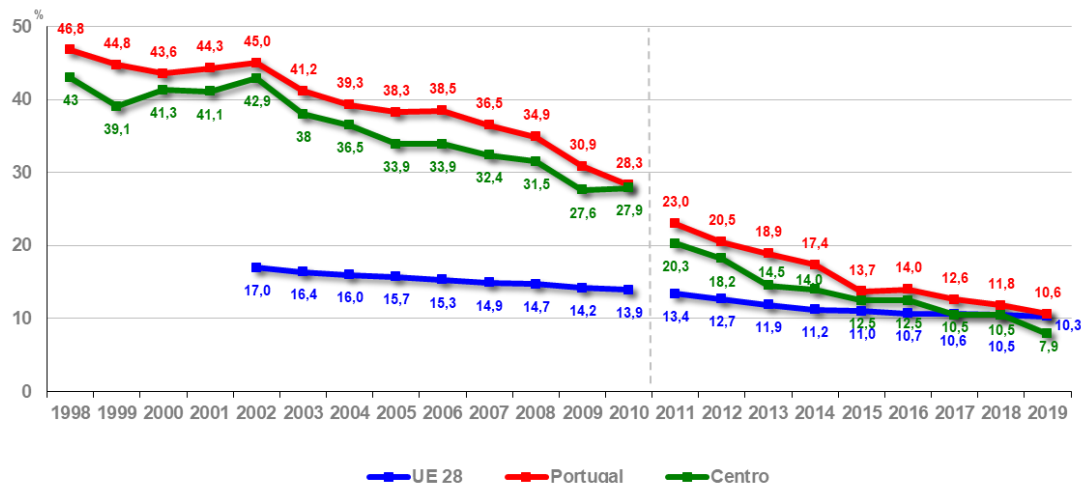
Figura 9. Taxa de desemprego na Região Centro e em Portugal, 2000 a 2º trimestre 2020



O efeito provocado pela pandemia no mercado de trabalho, apesar dos apoios económicos e sociais disponibilizados a nível governamental, tende a contrastar vincadamente com a situação favorável que a Região Centro vinha evidenciando. O comportamento da taxa de desemprego até ao ano de 2019 foi de contínua descida, sendo já visível a inversão da situação no 1º trimestre de 2020, ainda sem refletir a maior intensidade dos efeitos de recessão económica impostos pela pandemia. Do mesmo modo se podia falar quanto à descida persistente e continuada do peso do desemprego de longa duração no desemprego total e da massa de desempregados de longa duração que está em linha com aquela tendência, o que é uma referência relevante dada a diversidade e intensidade de situações sociais problemáticas que tendem a acompanhar a incidência do desemprego de longa duração. O contexto de redução do desemprego anunciava um outro universo de problemáticas, entre os quais podem mencionar-se novos padrões de desajustamento entre oferta e procura de trabalho, escassez de recursos humanos e novos entraves ao investimento. Estas questões tenderão a contrastar com as que emergem da situação pandémica, em que regressarão problemas de empregabilidade, de criação de novos empregos e de uma mais intensa requalificação profissional de desempregados alinhada com as necessidades exigidas pelo novo paradigma que se pretende (e.g. economia circular e digitalização).

Adicionalmente, tendo em conta a importância que a marginalização escolar assume em matéria de trajetórias de exclusão, as melhorias significativas observadas, nas últimas duas décadas, na região na taxa de abandono escolar, com redução em 2019 de 35,1 pontos percentuais face a 1998, podem também ser consideradas uma evidência do caráter inclusivo do modelo da região, que apresentava valores mais baixos do que Portugal e a União Europeia, voltando a ser a região portuguesa com mais baixa taxa de abandono escolar precoce (figura 10).

Figura 10. Taxa de abandono escolar precoce na Região Centro, em Portugal e na União Europeia, 1998 - 2019



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No que respeita ao confronto inevitável entre a evolução observada nos últimos anos e a situação gerada pelos efeitos da pandemia, há que referir a posição também favorável da Região Centro em matéria de indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais¹⁹, embora com heterogeneidade territorial assinalável²⁰, sendo que se comparam os resultados regionais com a média europeia (UE27) e a média nacional, em três categorias: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; proteção e inclusão sociais.

No cômputo geral (figuras 11, 12 e 13), a Região Centro vinha a registar uma evolução bastante positiva em várias áreas ao longo dos últimos anos, nomeadamente em indicadores relativos à igualdade de oportunidades e mercado de trabalho (como o abandono precoce de educação e formação, os jovens NEET (não estudam, não trabalham, nem frequentam formação), as desigualdades económicas, as condições materiais de vida ou as taxas de emprego e desemprego). Por outro lado, destoam as disparidades de género no emprego e a incidência da pobreza monetária na região, sobretudo para o grupo de população empregada com mais de 18 anos. Todavia, a taxa de risco de pobreza monetária é um indicador que deve ser lido com cautela, pois quando se complementa esta análise com as linhas de pobreza regionais, a taxa de

¹⁹ CCDRC (2020), O Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Região Centro: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo34/index.html>.

²⁰ CCDRC (2020), O Pilar Europeu dos Direitos Sociais nas sub-regiões do Centro: <http://bibliotecadigital.ccdrc.pt/Digital/Estudos/estudo35/index.html>.

risco de pobreza da Região Centro baixa significativamente, resultando evidente a influência dos elevados rendimentos medianos da Área Metropolitana de Lisboa (AML) no limiar nacional.

Uma referência particular deve ser feita à incidência da pobreza e exclusão social, que tem por base variáveis que tenderão a ser fortemente impactadas pelos efeitos económicos e sociais da pandemia. Na situação de pré-pandemia, a Região Centro apresentava 17,3% da população a viver abaixo do limiar de pobreza nacional. Quando analisada a situação perante o trabalho, cerca de 11,3% dos trabalhadores da região estavam também abaixo desse limiar, registo acima da média nacional de 10,8% e longe dos 9% da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Este indicador era aquele em que, em matéria de condições sociais e de pobreza, a região apresentava uma posição ligeiramente desfavorável em relação ao país e à União Europeia, suscitando por isso atenção, já que tenderá a ser fortemente penalizado pelos efeitos recessivos da pandemia.

Figura 11 – A Região Centro no quadro dos indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

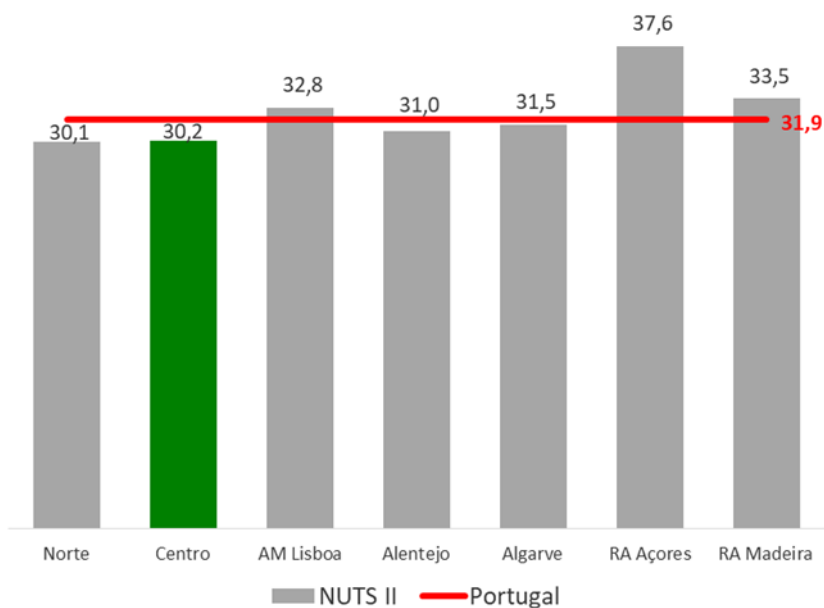
Categoria	Áreas de Política	Indicadores	UE27*	Portugal	Região Centro
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	1. Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24)	10,2% [2019]	10,6% [2019]	7,9% [2019] ↑
		Taxa de participação de adultos em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (25-64)	10,7% [2019]	10,5% [2019]	10,9% [2019] ↑
		Insucesso escolar	ND	ND	ND
		Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30-34)	40,1% [2019]	36,2% [2019]	36,5% [2019] ↑
	2. Igualdade de género no mercado de trabalho	Disparidades de género no emprego (em p.p., 20-64)	11,8pp [2018]	6,8pp [2018]	8,2pp [2018] ↓
		Disparidades de género no emprego a tempo parcial (em pp)	21,7pp [2018]	4,8pp [2018]	ND
		Disparidades salariais entre homens e mulheres (sem ajustamento)	14,8% [2018]	16,2% [2018]	ND
	3. Desigualdade e mobilidade ascendente	Desigualdade de rendimento (rácio S80/S20)	5,05 [2018]	5,2 [2018]	4,7 [2018] ↑
		Variação no desempenho explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos (em leitura)	12%/OCDE [PISA 2018]	13,5% [PISA 2018]	ND
	4. Condições de vida e pobreza	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,6% [2018]	21,6% [2019]	20,4% [2019] ↑
		Taxa de risco de pobreza	16,8% [2018]	17,2% [2018]	17,3% [2018] ↓
		Taxa de privação material severa	6,1% [2018]	5,6% [2019]	4,1% [2019] ↑
		Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade de trabalho	8,8% [2018]	6,2% [2018]	5,0% [2018] ↑
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% proprietários)	1,2% [2018]	2,7% [2018]	ND
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% inquilinos)	5,4% [2018]	7,8% [2018]	ND
		Jovens que não estão em emprego, formação ou educação (15-24)	10,5% [2018]	8,0% [2019]	6,0% [2019] ↑
Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas	6. Estrutura da mão-de-obra	Taxa de emprego (20-64)	72,4% [2018]	76,1% [2019]	77,6% [2019] ↑
		Taxa de desemprego (15-74)	6,7% [2019]	6,5% [2019]	4,9% [2019] ↑
		Taxa de atividade (15-64)	73,1% [2018]	75,1% [2018]	75,5% [2018] ↑
		Taxa de desemprego jovem (15-24)	15,1% [2019]	18,3% [2019]	14,6% [2019] ↑
	7. Dinâmica do mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração (15-74 anos)	3,2% [2018]	3,2% [2019]	2,2% [2019] ↑
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	13,1% [2018]	15,1% [2018]	14,8% [2018] ↑
		% trabalhadores por permanência no emprego atual (de 12 a 23 meses)	9,0% [2018]	8,0% [2018]	7,4% [2018]
		% trabalhadores por permanência no emprego atual (de 24 a 59 meses)	16,1% [2018]	14,7% [2018]	14,2% [2018]
		% trabalhadores por permanência no emprego atual (5+ anos)	60,8% [2018]	62,1% [2018]	63,6% [2018] ↑
		Taxa de transição de trabalho temporário para permanente (média de 3 anos)	24,5% [2018]	30,3% [2017]	ND
	8. Rendimento, incluindo relativo ao trabalho	Rendimento bruto não ajustado disponível dos agregados per capita Index 2008=100	104,97 [2018]	104,23 [2018]	ND
		Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores	9,2% [2018]	10,8% [2018]	11,3% [2018] ↓
Proteção Social e Inclusão Social	9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza	Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na redução da pobreza	33,80% [2018]	24,22% [2018]	ND
		Despesa pública com proteção social (% do PIB)	19,2% [2018]	17,1% [2018]	ND
		Despesa pública com Saúde (% do PIB)	7,0% [2018]	6,3% [2018]	ND
		Despesa pública com Educação (% do PIB)	4,6% [2018]	4,5% [2018]	ND
		Rácio de substituição agregado das pensões	0,58 [2018]	0,67 [2018]	ND
	10. Serviços de apoio à primeira infância	Crianças (<3 anos) em acolhimento formal	34,7% [2018]	50,2% [2018]	ND
	11. Cuidados de Saúde	Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos comunicadas pelo próprio (16+ anos)	1,8% [2018]	2,1% [2018]	ND
		Anos de vida saudável aos 65 (homens)	9,8 [2018]	7,8 [2018]	ND
		Anos de vida saudável aos 65 (mulheres)	10,0 [2018]	6,9 [2018]	ND
		Esperança de vida aos 65 (homens)	18,1 [2017]	18,2 [2018]	18,1 [2018] ↓
		Esperança de vida aos 65 (mulheres)	21,5 [2017]	22,0 [2018]	22,0 [2018] →
	12. Acesso digital	Competências digitais (% de indivíduos com competências básicas ou mais do que básicas)	56% [2019]	52% [2019]	ND

Atualização 31/03/2020 (*) exclui UK ND: não disponível

(Obs.: ano de rendimento para PT e Centro com base em EU-SILC)
Fonte: EU-SILC, LFS, ESTAT-DEM, DESI - Eurostat e INE; PISA - OCDE

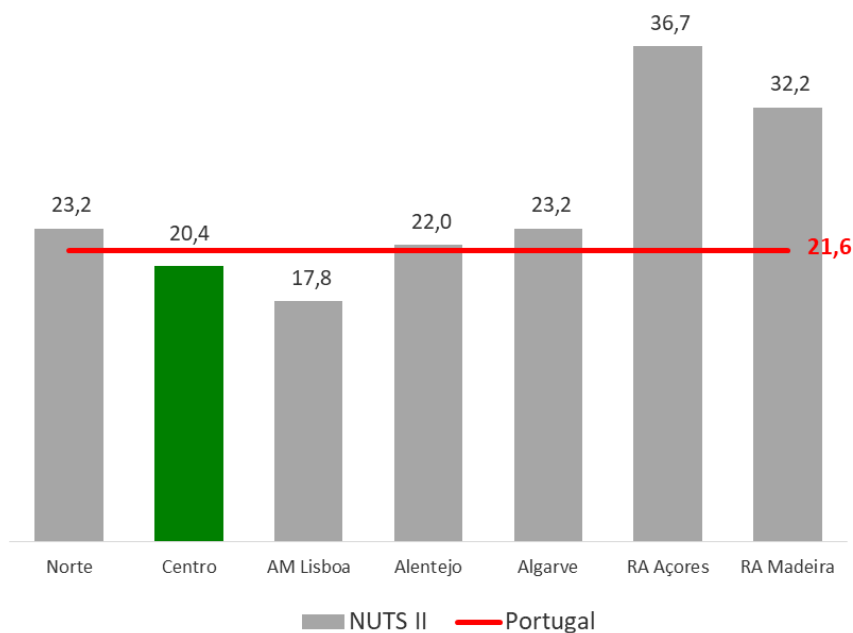
Legenda: Melhor que PT ↑
Pior que PT ↓
Igual a PT →

Figura 12. A desigualdade na distribuição do rendimento (Coeficiente de Gini, NUTS II, 2018 - %)



Fonte: *European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)*; INE (dados provisórios)

Figura 13. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social (%) face ao país, 2019



Fonte: *European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)*; INE (dados provisórios)

Resumindo, o confronto da posição da Região Centro em matéria de indicadores sociais com a situação que se antecipa que irá ser gerada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia suscita as seguintes conclusões:

- A posição relativamente favorável que a região apresentava em alguns indicadores não significa de modo algum a dispensa de políticas sociais robustas para consolidar tais

progressos e sobretudo acomodar os efeitos do agravamento social induzido pelos efeitos pandémicos;

- Não podem ser ignorados os efeitos gravosos que a crise das dívidas soberanas e do ajustamento da economia portuguesa em matéria social provocaram, que foram devastadores em matéria de desemprego, exclusão social, precariedade e aumento dos níveis de pobreza; por comparação com o período de 2010-2014 e embora a abordagem à crise pandémica seja incomparavelmente mais robusta, as estimativas disponíveis apontam para uma recessão de maiores proporções, pelo que a ponderação das questões sociais pós pandémicas é crucial;
- A posição relativa da região embora favorável no contexto comparativo nacional não pode alhear-se da situação global do país em que se insere: em 2019, existiam em Portugal cerca de 2,2 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (21,6% da população); 17,2% (17,3% na Região Centro), de população em risco de pobreza monetária, valor ainda próximo ao registado em 2009, de 17,9%; um terço (33%) das famílias evidenciava insegurança financeira (30,9% na Região Centro), isto é, sem ‘capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada (no valor de 470 euros em 2019) sem recorrer a empréstimo’ e 5,8% viviam em agregados sem “capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito hipotecário ou despesas correntes com a habitação” (5,4% na Região Centro);
- É a dimensão absoluta e não apenas relativa dos problemas sociais que deve estar no topo da necessidade de políticas sociais robustas, sobretudo quando os efeitos sociais da pandemia se anunciam especialmente gravosos e intensificadores de problemas e desigualdades já existentes;
- Embora existam na região recursos para uma resposta mais efetiva à recomendação para 2019 do mecanismo de coordenação do semestre europeu que propõe a melhoria da eficácia e a adequação da rede de proteção social²¹, o mesmo sendo válido em relação às recomendações para 2020 e 2021²², os tempos de pandemia recomendam ações robustas de mitigação de efeitos gravosos, mas também uma reconsideração e redução dos elementos de vulnerabilidade social do modelo de crescimento.

²¹ “Adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho. Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho. Aumentar o número de licenciados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação. Melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social” (COM (2019) 522 FINAL).

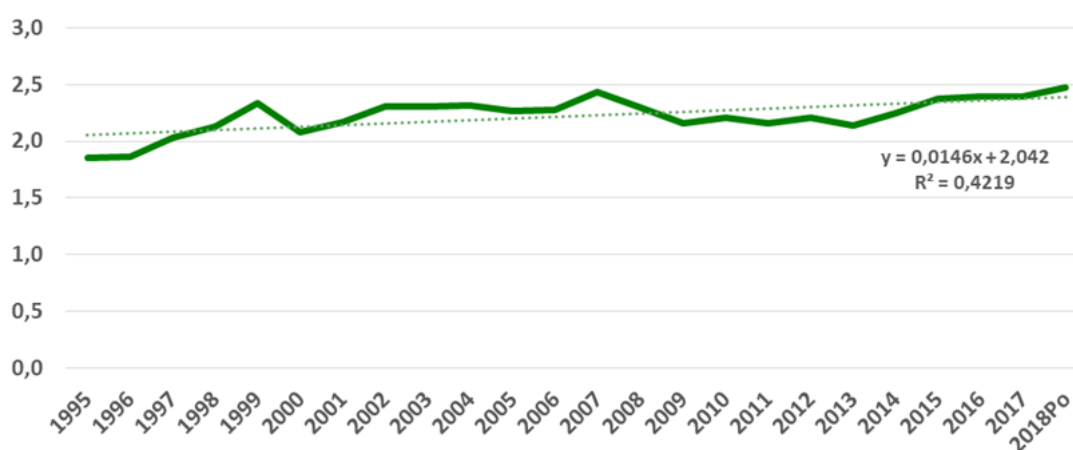
²² “Apoiar o emprego e atribuir prioridade às medidas que visem preservar os postos de trabalho. Garantir uma proteção social suficiente e eficaz, bem como o apoio aos rendimentos. Apoiar a utilização das tecnologias digitais, a fim de assegurar a igualdade de acesso a um ensino e formação de qualidade e reforçar a competitividade das empresas” (COM (2020) 522 Final, de 20 de maio)

4. Modelo territorial da região e dinâmicas para o reforço da coesão

A Região Centro continua a ocupar a segunda posição no índice de coesão como dimensão parcelar do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) do INE (dados de 2018), a seguir à Área Metropolitana de Lisboa, apresentando, nos últimos anos, um valor inferior à média nacional, embora registando uma tendência de aproximação a esse valor. Comparando as três dimensões do ISDR, é possível concluir que a dimensão da coesão é aquela que apresenta na região as disparidades mais baixas, o que é em si uma informação relevante já que ela reflete “o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais”, podendo assim considerar-se uma aproximação à coesão territorial.

Tem assim sentido questionar se as dinâmicas de inovação e menor maturação em termos de competitividade que caracterizaram a Região Centro nos últimos tempos se traduziram por quebras de coesão territorial. Essa possível conclusão não é totalmente líquida. É um facto que quando se analisa o desvio-padrão dos PIB *per capita* (em PPC) das NUTS III da região se observa (figura 14) um aumento das disparidades medidas por aquele indicador, sugerindo que as disparidades tendem a aumentar em ciclos de crescimento e a diminuir ou a estagnar em ciclos de estagnação de crescimento ou recessivos.

Figura 14. Desvio-padrão do PIB *per capita* (em PPC) por NUTS III na Região Centro, 1995-2018

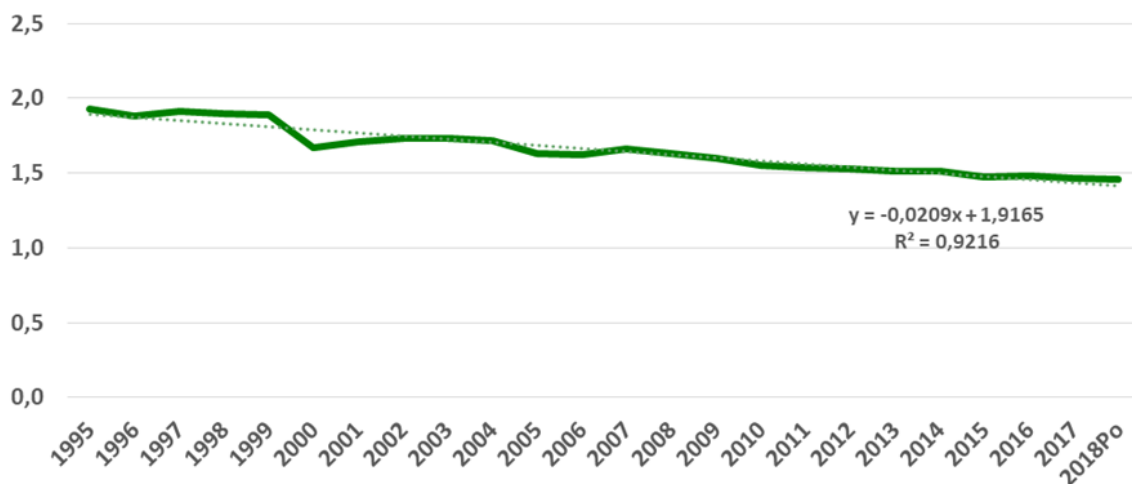


Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do Instituto Nacional de Estatística (INE)

No entanto, essa tendência não é totalmente confirmada por outros indicadores de disparidade. Ensaíamos, por exemplo, o indicador singelo (Máximo/Mínimo) e nesse caso até se verifica uma redução da disparidade (figura 15). Ensaíamos também o cálculo dos índices de Theil T e L para

os anos de 2000, 2014 e 2017 e a sua evolução não evidencia aumento de disparidade²³, antes pelo contrário apontando para a sua redução.

Figura 15. Rácio Máximo PIB *per capita* (em PPC)/Mínimo PIB *per capita* (em PPC) por NUTS III Região Centro, 1995-2018



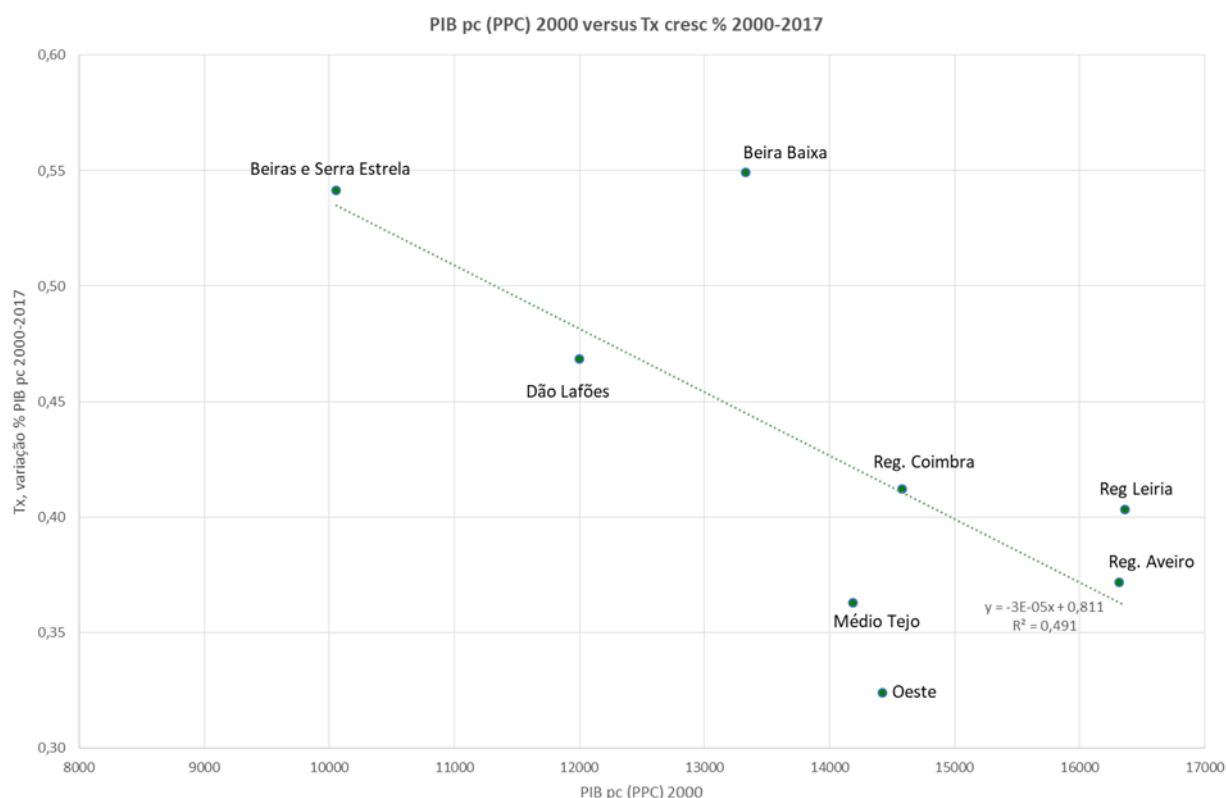
Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do Instituto Nacional de Estatística (INE)

O ensaio do confronto entre o PIB *per capita* (em PPC) das NUTS III da Região Centro com a taxa de crescimento global dessa variável entre 2000 e 2017 (figura 16)²⁴ permitiu observar que, em média, para um coeficiente de correlação que não é elevado, mas mesmo assim com algum significado, as NUTS III com menor PIB *per capita* em 2000 foram as que evidenciaram um crescimento mais elevado dessa variável.

²³ Os dados já publicados de 2018 revelam um ligeiro aumento desta disparidade, sendo por isso necessário monitorizar a sua evolução futura.

²⁴ Esta é uma medida imperfeita, mas frequentemente utilizada, de convergência absoluta entre as NUTS III.

Figura 16. PIB *per capita* (em PPC) e taxa de crescimento do PIB *per capita*



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do Instituto Nacional de Estatística (INE)

Em suma, não é totalmente conclusivo saber se as dinâmicas de inovação na Região Centro tenderam ou não a diminuir a coesão territorial da Região, agravando disparidades. Porém, não é indiferente se tais resultados se devem a problemas de medida se, pelo contrário, isso pode resultar do facto dos focos de inovação não estarem limitados às NUTS III mais dinâmicas da região. Nesse caso, ou a base territorial da competitividade da região está a alargar-se ou os instrumentos de política pública compensatória estão a exercer algum efeito de balanceamento. Tudo isto sob a reserva de que o PIB *per capita* continua a ser um instrumento imperfeito de desenvolvimento e o conceito de coesão territorial é bem mais amplo do que os desvios de PIB *per capita* permitem medir.

A análise do Índice Sintético de Coesão 2018 (INE) diz-nos que a região se divide em dois grupos de NUTS III:

- O grupo das NUTS III Centro com índice de coesão superior à média nacional (Regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria);
- O grupo que apresenta valores inferiores à média nacional (as restantes NUTS III, com a Beira Baixa a apresentar o valor mais baixo).

O confronto destes valores do Índice Sintético de Coesão INE com a evidência não conclusiva de que as disparidades entre NUTS III estejam inequivocamente a agravar-se abre uma relevante margem de manobra à região para no próximo período de programação continuar a balancear a consolidação das suas dinâmicas de inovação com a criação de novos focos territoriais para a favorecer e de transferência de conhecimento e de recursos para os territórios mais débeis.

O que nos leva à questão do modelo territorial e ambiental da Região Centro e da sua evolução, com relevo para o modo como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT 2019) olha a região.

Relativamente à sua estrutura económica, a região é vista pelo PNPOT (2019) como evoluindo num território marcado pela diversidade da paisagem, recursos naturais, economia (essencialmente com três tipos de sistemas produtivos, dependentes de recursos locais, atividades tecnológicas e turismo) e povoamento, envolvendo sistemas urbanos sub-regionais organizados segundo um modelo policêntrico, especializado e sustentado e uma qualidade de vida urbana reconhecida, com assimetrias internas muito vincadas. É importante notar que o PNPOT reconhece a existência do ecossistema regional de inovação do Centro, sublinhando-se o incremento da sua consistência sistémica de interação entre a diversidade de atores que o povoam.

Em termos complementares, o PNPOT interpreta a região como um mosaico territorial, ocupado com atividades relacionadas com agricultura em cerca de um terço do seu território e com atividades relacionadas com floresta em cerca de 40% do seu território (aproximando-se de um terço da área florestal nacional), assumindo a floresta um papel determinante no contributo para a balança comercial externa da região. De realçar, ainda, a notoriedade da presença da Região Centro no Sistema Natural do PNPOT, com relevo para a sensibilidade ambiental costeira e da plataforma continental, a rede hidrográfica, a pujança e a continuidade da ocupação dos povoamentos florestais e a ocorrência de áreas de proteção ambiental de grande significado (Ria de Aveiro, Serras de Aires e Candeeiros, Pauis (Arzila e outros), Serras (com realce para a da Estrela) e geoparques.

Em linha com a evidência que lhe é dedicada no PNPOT, a generalidade dos indicadores disponíveis aponta para a proeminência consolidada das dinâmicas empresariais e de inovação nas NUTS III Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste. No entanto, a coexistência nesses territórios da concentração de ativos e recursos de inovação e de relevantes valias e vulnerabilidades ambientais transforma estes territórios não apenas em áreas nucleares da inovação na região, mas também de desafios de promoção da sustentabilidade e de proeminência nas estratégias de descarbonização e circularidade. As dinâmicas de inovação aqui representadas apresentam um elevado potencial de disseminação para territórios de proximidade e são também elementos parceiros de processos de transferência de conhecimento para territórios mais interiores.

Para um processo mais consistente de alargamento da base territorial de inovação e competitividade na região é necessário que novos focos territoriais de inovação possam surgir. A NUTS III de Viseu Dão Lafões assume neste objetivo um lugar de destaque pelo que pode veicular em termos de uma cobertura territorial mais equilibrada de dinâmicas empresariais e de inovação, assumindo uma posição de charneira no território da região e apontando para uma distribuição espacial dessas dinâmicas mais matizada.

O envolvimento necessário dos territórios das NUTS III Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo nestas dinâmicas, com maior representação de territórios de baixa densidade e de escassez de iniciativa empresarial, passa essencialmente por duas vias: (i) potenciar os recursos de conhecimento e investigação concentrados nas instituições universitárias e politécnicas

localizadas nestes territórios (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico da Guarda, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Tomar) e as experiências associativas para o desenvolvimento local que operam nestes territórios para, no âmbito das prioridades da RIS3 do Centro, gerar processos de valorização de recursos naturais e endógenos e atrair capacidade de investimento e jovens mais qualificados; (ii) intensificar e valorizar processos de cooperação e parceria com os centros de produção de conhecimento, inovação e incubação localizados fora destes territórios.

Nesta matéria, cabe realçar o papel aglutinador e dinamizador de novos focos de inovação e de atração de novo conhecimento a estes territórios exercido pelas marcas já consolidadas (por via designadamente das operações PROVERE) das Aldeias de Xisto, das Aldeias Históricas de Portugal, das Termas do Centro e do iNature. Esse papel aglutinador transcende os limites administrativos e introduz nestes territórios a lógica funcional que constitui em si própria um contributo para a não sobreposição de iniciativas. Estas experiências revelam potencial para gerar efeitos de demonstração, orientar processos de capacitação e para alargar o alcance das Estratégias de Eficiência Coletiva a estes territórios.

Para que o envolvimento destes territórios na partilha das dinâmicas de inovação em curso na região seja possível importa que as estratégias de desenvolvimento territorial aí formadas e revisitadas em função do próximo período de programação possam contribuir para uma menor dispersão territorial de iniciativas e de investimentos, concentrando recursos e comprometendo entidades e projetos apoiados no objetivo de atingir uma incidência territorial mais alargada dos seus resultados. Esse envolvimento poderia levar a uma nova aposta nas abordagens territoriais integradas para territórios de geometria variável, de que é exemplo o Programa de Revitalização do Pinhal Interior.

5. Constrangimentos e desafios

5.1. Constrangimentos

Toda a estratégia de desenvolvimento territorial assenta numa procura de equilíbrio na abordagem aos principais constrangimentos estruturais que podem bloquear o desenvolvimento do território e à valorização dos ativos-recursos em torno dos quais é possível construir um futuro diferenciado e competitivo.

Dos ativos-recursos diferenciadores da região as secções anteriores deram conta, procurando evidenciar as suas dinâmicas mais recentes de afirmação. É tempo agora de identificar os constrangimentos estruturais, incidindo especialmente naqueles cuja superação/minimização é suscetível de justificar alocação relevante de recursos de programação.

O declínio demográfico

Este constrangimento não é específico da Região Centro, nem sequer eventualmente assume na região os contornos mais severos. Poder-se-á mesmo aceitar que pode ser considerado “emergência nacional” sobretudo tendo em conta a rapidez com que o crescimento natural da

população vai diminuindo, sendo já negativo em territórios que há bem pouco tempo podiam ser considerados oásis demográficos. Para além disso, sabe-se como, do ponto de vista das repercussões que o declínio demográfico tende a provocar rebaixando o produto potencial das economias regionais, esta situação é agravada pelo facto da economia portuguesa estar sujeita a um *gap* de produtividade-salários face aos países mais desenvolvidos da União Europeia. Em condições de declínio demográfico, este diferencial salarial constitui sempre um fator de atração para a diáspora qualificada que tende assim a prolongar os efeitos do declínio demográfico em matéria de produto potencial regional.

Porquê então salientar este constrangimento estrutural no quadro regional, se ele faz parte do que poderíamos designar como uma emergência nacional?

Para além da evidência de que o fenómeno da diminuição do crescimento natural para valores negativos atinge já um conjunto relevante de municípios localizados nas áreas que constituem os principais focos territoriais de inovação, o declínio demográfico majora significativamente a vulnerabilidade dos territórios mais interiores da região.

Partindo de uma população residente na região de 2,2 milhões de pessoas, os dados prospetivos do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para uma perda continuada de população até cerca de 2 milhões em 2030 e, de acordo com um cenário central de projeção, baixando para os 1,5 milhões de habitantes em 2080.

Tomando por referência o período 2011-2019 apenas um município da região (Arruda dos Vinhos – Oeste), não viu o seu crescimento natural diminuir, com um crescimento natural quase nulo, registando o Entroncamento um crescimento natural nulo. Nesse mesmo período, com incidência mais forte em territórios mais interiores, observam-se quedas percentuais do crescimento natural expressivas (superiores a 10%). No período 2011-2019, só as NUTS III Oeste (6 municípios), Região de Aveiro (3 municípios), Região de Coimbra (1 município), Região de Leiria (1 município) e Médio Tejo (1 município) apresentam crescimento da população residente, o que significa que na grande generalidade dos municípios as migrações de população não lograram compensar o crescimento natural negativo.

Nessa perspetiva, e na medida em que a redução dessa vulnerabilidade constituirá uma prioridade da estratégia regional no sentido de melhorar as condições de atração de investimento e recursos humanos a esses territórios, o declínio demográfico constitui-se em constrangimento estrutural ao qual a programação 2021-2027 deverá saber responder eficazmente.

Os trabalhos de investigação realizados na Universidade de Aveiro – ao construírem cenários demográficos em que a variável demográfica é combinada com questões de crescimento económico e de produtividade aparente do trabalho – são bem ilustrativos do constrangimento estrutural aqui considerado e da relevância que a atração de imigrantes representa. Segundo estes trabalhos, a síntese das dinâmicas demográficas e económicas para o cenário 2040 era caracterizada pelos seguintes tópicos: “(i) forte declínio da população rural; (ii) redução em linha com a média nacional da população nos centros urbanos da área em análise; (iii) forte redução

da população jovem em toda a área; (iv) decréscimo significativo da população em idade ativa; (v) nas áreas periféricas até a população idosa diminui”²⁵.

Adicionalmente, é necessário ter em conta o agravamento do duplo envelhecimento na região caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem. A Região Centro evidencia um forte envelhecimento populacional. Em 2019, havia 204 idosos (com 65 ou mais anos) por cada 100 jovens (menos de 15 anos), quando há duas décadas atrás eram 128, sendo a segunda região do país com maior índice de envelhecimento (a seguir ao Alentejo). A situação regional é ainda mais gravosa do que em termos médios nacionais, em que este índice é de 163 em 2019. Deste ponto de vista, a região é também um território bastante assimétrico, com o litoral a apresentar uma população relativamente menos envelhecida do que o interior. Simultaneamente, a proporção de população jovem na Região Centro diminuiu de 15,2% em 2000 para 12% em 2019.

Neste sentido, devem ser prosseguidas políticas de promoção da natalidade e de apoio à infância, de reforço do papel da população menos jovem no mercado de trabalho, de conciliação entre a vida profissional e de incentivo a um envelhecimento mais ativo e saudável. Neste último caso, a CCDRC tem já desenvolvido um conjunto de iniciativas, pela relevância que esta temática assume em todo o território, tendo sido identificada como uma das prioridades da RIS3 do Centro. São exemplo disso, o Concurso de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro, que já vai na sua terceira edição e que culminou com a disponibilização do Catálogo das Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável da Região Centro e de um *microsite* dedicado a esta temática (<http://envelhecimentoaocentro.ccdrc.pt>) e ainda a primeira edição do Prémio Empreendedor 50+.

Dada a relativamente escassa massa demográfica volante para alimentar migrações internas em resposta a políticas mais ambiciosas de atração de população nacional a estes territórios, a criação de condições para a atração e integração socioeconómica de população estrangeira em idade ativa deve integrar progressivamente as agendas municipais e intermunicipais desses territórios, implicando estratégias proativas de criação de condições de integração que ao nível local e sub-regional podem encontrar o espaço pertinente para a sua concretização e as parcerias adequadas para o fazer. Certamente, a ambição de chamar de novo ao país pelo menos parte da diáspora jovem qualificada que abandonou o país na sequência do forte e penoso ajustamento a que a economia portuguesa foi sujeita deve constar de um programa mais abrangente de “regresso à região”. Mas, nesse domínio, a diferença salarial que fundamentou a saída permanecerá como obstáculo ao retorno. Deve ainda preconizar-se a possibilidade de regresso de uma diáspora menos jovem e menos qualificada, mas muito empreendedora e porventura mais disponível para regressar aos seus territórios de origem.

Os constrangimentos que continuam a penalizar o desempenho de inovação da região

A valorização dos ativos-recursos responsáveis pelas dinâmicas mais promissoras de inovação na região não pode fazer esquecer as insuficiências que continuam a penalizar o desempenho em inovação da região e a sua tradução em níveis de competitividade mais resilientes face às

²⁵ Eduardo Anselmo Castro, José Manuel Martins e Carlos Jorge Silva, *A Demografia e o País – Previsões Cristalinas sem Bola de Cristal*, Gradiva, janeiro de 2015.

incidências de indeterminação e instabilidade da economia mundial. Indicadores compósitos ou de síntese como o Índice de Competitividade da Comissão Europeia ou o que subjaz à hierarquização do posicionamento das regiões no *Regional Innovation Scoreboard* constituem auxiliares preciosos para essa identificação, pois a partir dos vários critérios contemplados é possível ajuizar da posição relativa da região, isolando os *gaps* mais desfavoráveis.

Assim, domínios como a submissão de patentes entendidas como indicador de *output* tecnológico, a quota de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo, as publicações conjuntas entre o setor público e o setor privado ou a despesa do setor privado em investigação e desenvolvimento continuam a rebaixar a posição relativa da região. O que é relevante assinalar é que estas insuficiências de desempenho materializadas nestes indicadores se devem a condições organizacionais, de recursos e de conhecimento sobre as quais importa continuar a trabalhar de modo a corrigir estas diferenças e a melhorar globalmente o desempenho da inovação.

Entre as dimensões que importa relevar podem mencionar-se as seguintes:

- A criação de condições nas PME para melhorar a sua capacidade de absorção da transferência de conhecimento, designadamente fomentando a criação de núcleos internos vocacionados para a transferência de conhecimento e sua incorporação e disseminação internas (algo de similar aos núcleos de I&D mas focados na organização para a transferência de conhecimento e sua absorção empresarial) e intensificando a absorção de recursos humanos altamente qualificados em linha com a mais intensa absorção de transferência de conhecimento;
- A multiplicação de processos combinados de reforço da internacionalização das empresas da região e de processos concomitantes de inovação;
- Assegurar uma menor atomização de centros de incubação de novos projetos empresariais, promovendo especialização diferenciada e focando apoios na criação de centros de recursos de suporte à incubação com reforço da dotação de recursos humanos e de conhecimento valorizadoras das funções a montante desse processo e apoios à concretização do trabalho em rede desses centros, incentivando a partilha-cooperação de recursos;
- O apoio à disseminação de estratégias organizacionais focadas na criação e valorização de culturas internas de mérito-inovação (com remuneração total ou parcialmente vinculada a resultados dos projetos de inovação) em entidades com potencial para incrementar a intensidade de transferência de conhecimento para as empresas, assumindo um vigoroso apoio aos *clusters*, aos centros tecnológicos e a outras estruturas de interface.

A este tipo de constrangimentos que se observam no plano da transferência de conhecimento para as empresas da região e da sua posterior transformação em atividades de inovação há que acrescentar as dificuldades observadas no próprio sistema científico localizado na região, parte do qual integra inequivocamente (falam as avaliações conhecidas) a excelência científica nacional. Entre os testemunhos recolhidos no âmbito do processo participativo²⁶, a identificação de alguns problemas é recorrente: desconformidade (e descontinuidade) entre os tempos do

²⁶ Designadamente o das áreas biomédicas e clínicas.

financiamento público e da investigação, lacunas em termos de oferta de técnicos especializados para a manutenção de equipamentos, ausência de redes regionais de estruturas laboratoriais tipo biotérios e biobancos, inexistência de lógicas regionais para o financiamento da ciência e para a sua internacionalização.

No quadro de uma adequação mais eficaz da política científica às necessidades de desenvolvimento da região e tendo em conta que as políticas de inovação cofinanciadas por Fundos Estruturais valorizam o conhecimento científico que evidencie a presença ativa em processos de transferência de conhecimento baseados na inovação, começa a ser recorrente entre as instituições de investigação da região o reconhecimento da necessidade de uma política científica mais territorializada, a qual pode passar pelo fortalecimento do funcionamento em rede das instituições científicas localizadas na região e pela criação de espaços e momentos institucionais para lhe dar acolhimento. Por exemplo, existe uma gama de projetos que por pouco ficam abaixo da pontuação alcançada pelos projetos aprovados a nível europeu que pode justificar a sua consideração no âmbito regional, sendo necessário encontrar fontes de financiamento para o assegurar.

As incongruências da governação multinível

A progressiva diversificação do quadro institucional de suporte ao desenvolvimento regional e local resulta de duas dinâmicas nem sempre coerentemente articuladas: as dinâmicas ascendentes (*bottom-up*) que desenvolvem voluntária e conscientemente parcerias para um melhor aproveitamento dos recursos regionais e locais e do potencial de sinergias entre diferentes entidades e territórios; e o efeito das políticas públicas, nacionais e comunitárias, que vão estimulando e promovendo inovação institucional de base territorial. O problema é que nem sempre a sucessão de períodos de programação promove a continuidade de experiências institucionais criadas para esse efeito. A multiplicação de formas associativas e de cooperação que daí resulta tende a gerar um tecido institucional frequentemente frágil na sua dotação humana e de recursos de sustentação. Não raras vezes existe um desequilíbrio entre excesso de iniciativas em que a densidade institucional é já elevada e escassez de dinâmicas em territórios em que seriam mais necessárias.

Essas falhas de coordenação não são apenas observáveis na cooperação horizontal (articulação entre diferentes entidades de âmbito regional ou local situadas ao mesmo nível da hierarquia administrativa), mas também no que respeita a falhas de coordenação entre diferentes níveis operando nos mesmos territórios, algumas vezes não coincidentes (cooperação vertical).

Uma outra questão que se transforma em constrangimento deriva do facto da governação nacional das políticas públicas nem sempre valorizar, no que se refere a uma governação multinível equilibrada, o potencial das figuras institucionais estimuladas pela programação comunitária, submetendo essas fórmulas institucionais a modelos fortemente centralizados e envolvendo pesadas cargas burocráticas de funcionamento que agravam as já débeis dotações de recursos humanos.

Para além disso, a nível regional, sub-regional e local o panorama não é homogéneo quanto às capacidades de liderança, de reconhecimento do papel desempenhado pelas sociedades civis locais, de geração de receitas próprias e de dotação de recursos técnicos e humanos.

Frequentemente, as políticas públicas que recorrem a estas organizações como entidades de intermediação junto de beneficiários potenciais partem do princípio de que existe homogeneidade territorial de capacidades e pensam as intervenções em função da capacidade organizativa dos exemplos mais avançados de apetrechamento.

Em termos de constrangimento, o resultado é um tecido bastante heterogéneo, participando ativamente em processos para os quais não está preparado, assumindo por vezes funções gestionárias que inibem a concretização do seu papel de agentes animadores do desenvolvimento local e sub-regional. Como é óbvio, a natureza dos problemas não é similar em entidades como as CIM ou em associações mais vocacionadas para o desenvolvimento local. Haverá, sobretudo, de ter em conta o modo como as CIM da região assumiram e internalizaram novas competências. Neste contexto, a identificação dos processos de capacitação com simples processos de formação é bastante redutora do âmbito que deve alcançar. Essa capacitação deverá alicerçar-se num universo mais abrangente de modalidades e vias de capacitação envolvendo exercícios de planeamento estratégico, de concretização de projetos de desenvolvimento territorial, de reforço de dotação de recursos técnicos e humanos, de identificação mais rigorosa de necessidades sub-regionais e locais que a entidade pode colmatar através dos seus serviços, de políticas mais seletivas de formação e mobilização de parcerias, de avaliações de impacto da sua atividade e ampla comunicação e divulgação de resultados obtidos, enfim um espectro vasto de modalidades de capacitação em que a formação-ação pode ter lugar mas a ela não ser reduzida.

As dinâmicas de concertação no espaço institucional de intervenção das CIM estão ainda em fase de maturação, designadamente do ponto de vista do seu cruzamento com as dinâmicas do associativismo empresarial e da diversidade de processos colaborativos entre empresas e instituições de base científica e tecnológica cuja progressão tem sido registada em diferentes trabalhos de avaliação. São domínios que não correspondem à intervenção mais tradicional dos municípios pelo que é expectável que também ao nível do espaço institucional de intervenção das CIM tenham de fazer a sua progressão. A revisão das EIDT (NUTS III) no horizonte 2030 pode ser uma excelente oportunidade para a progressão desejada.

Como é óbvio, o papel central das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional neste processo é essencial para influenciar o modo de correção das incongruências do modelo atual.

O reconhecimento da existência de incongruências e problemas de coordenação na governação multinível em curso não significa de todo um convite à negação da riqueza e diversidade do tecido institucional nele envolvido. Significa tão só trabalhar para um racional mais objetivo da cooperação local e sobretudo evitar a destruição de recursos.

Seria, assim, relevante que, em sede do próximo período de programação e no âmbito da nova edição dos ITI – PDCT, fosse possível intensificar nesses processos as estratégias de eficiência coletiva que revelem maior potencial para melhorar a eficácia da governação multinível e reduzir os eventuais custos de coordenação observados, tendo em conta, como é óbvio, os processos de descentralização/delegação de competências que venham a ser estabilizados.

O défice crónico de qualificações

Numa região que aposta nos efeitos de disseminação das dinâmicas de inovação que têm vindo a diferenciar a região, é compreensível que o problema do défice de qualificações tenha de ser considerado um constrangimento estrutural. Este constrangimento é tanto mais relevante quanto é conhecido que o já mencionado declínio demográfico tenderá a fazer diminuir o volume da força de trabalho, independentemente do modo como evoluir a sua estrutura de qualificações.

Este défice existe apesar da progressão que a Região Centro evidencia no indicador “População jovem - 30-34 anos - com formação superior”²⁷. Segundo dados dos Censos de 2011, essa percentagem era de 27,7%, a seguir à da AML (38,6%), tendo passado em 2019 para 36,5 %, agora acima da média nacional (36,2%) e mais próxima da AML (40,2%). No entanto, os valores de *stock* de ativos ainda com baixas qualificações e as enormes exigências das transformações induzidas pelas estratégias de inovação justificam a referência a um défice de qualificações.

Tenham-se ainda em conta duas limitações: por um lado, a massa de migrações possíveis no interior do território continental é reduzida e, por outro lado, a atração de população estrangeira é condicionada por um efeito global do país que se sobrepõe à proatividade dos territórios locais. Quanto a esta última limitação haverá que seguir com atenção algumas experiências bem-sucedidas praticadas por algumas instituições de ensino superior, designadamente do ensino superior politécnico. Essa captação em termos de formação superior poderá ser entendida como um estágio inicial de uma estratégia mais ampla de fixação. Mas não apenas no âmbito da atuação das Instituições de Ensino Superior devem ser estimulados projetos e iniciativas de organização institucional e social do acolhimento, designadamente de migrantes com potencial de integração produtiva. Alguns municípios, em associação com instituições nacionais vocacionadas para o acompanhamento das migrações internacionais, têm desenvolvido iniciativas concretas nesse sentido, cujo escalamento possível abre uma oportunidade para a região e sobretudo para os territórios mais atingidos pelo declínio demográfico e pelo seu efeito na força de trabalho disponível.

A superação do défice de qualificações da região enquanto constrangimento estrutural do seu desenvolvimento tem de ser equacionada no âmbito de uma estratégia abrangente que envolva pelo menos as seguintes dimensões:

- Manter ou mesmo reforçar a atenção aos problemas do abandono precoce da educação e formação e ao insucesso escolar, contribuindo para a promoção do sucesso educativo dos jovens da região, como forma de assegurar uma real igualdade de oportunidades para todos;
- A continuada aposta na formação e qualificação iniciais de jovens, projetando no mercado de trabalho gente mais qualificada e mais apta a desenvolver as suas próprias estratégias pessoais de valorização de qualificações, num quadro de preparação para uma navegação profissional cada vez mais incerta e flexível;

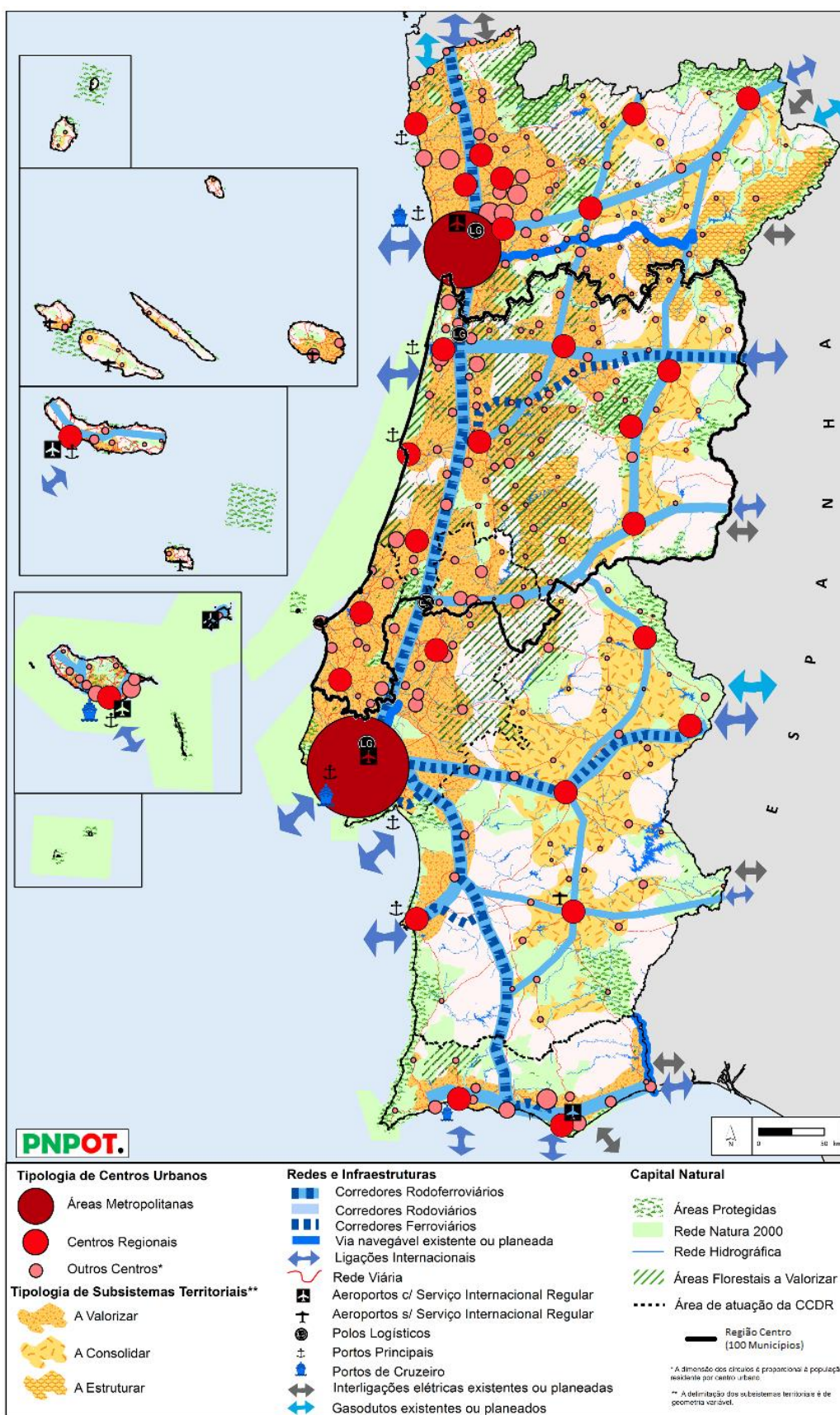
²⁷ Barómetro da Região Centro, maio de 2020:
http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5083-barometro-centro-portugal-maio2020&category_slug=download&Itemid=739.

- O necessário incremento da qualidade do ensino profissional fazendo dessa aposta na qualidade da oferta (e um efetivo ajustamento às especificidades empresariais e de recursos dos respetivos territórios) o instrumento mais adequado para melhorar as condições de procura social deste tipo de ensino e valorizar as suas condições de empregabilidade junto dos empresários;
- O reforço da experiência dos CET e dos TeSP, associando-os a programas específicos de preparação de jovens para a indústria e a avaliação da possibilidade de o sistema de aprendizagem poder evoluir para níveis de qualificação superiores aos atuais;
- Uma maior aposta (desafio da programação nacional) na formação de ativos, seja melhorando as condições de adaptabilidade à mudança e à navegação profissional de empregados, seja continuando a pugnar pela formação para a reconversão de desempregados com mais reduzida probabilidade de regresso às suas atividades e profissões;
- Um grande esforço de disseminação de competências digitais para um espectro largo de ativos com diferentes graus de qualificação académica e profissional;
- O maior alinhamento da formação avançada, superior e pós-graduada, com as prioridades da RIS3 do Centro, tirando partido da massa crítica de formação superior que a região apresenta com destaque para as suas três universidades e seis Institutos Politécnicos, envolvendo progressivamente os empresários da região e as instituições de base tecnológica e de intermediação da transferência de conhecimento na prospetiva de qualificações ditadas pelas trajetórias de inovação que a região pretende trilhar;
- Uma atenção permanente aos riscos de “*skill bias*” que os processos de inovação tecnológica acelerada tendem a desenvolver, procurando envolver os diferentes patamares de qualificações na modernização tecnológica, ou seja, com atenção às qualificações intermédias associadas a processos de inovação tecnológica;
- A urgência das políticas públicas à escala nacional, regional e sub-regional/local, devidamente articuladas, em conceber e operacionalizar instrumentos de estímulo à atração de quadros de natureza abrangente e diversificada (projetos organizacionais e de progressão associada relevantes, estratégias habitacionais específicas, incentivos ao arrendamento, flexibilização de políticas de emprego e de formação profissional, envolvimento de estudantes do ensino superior em projetos ERASMUS, etc.);
- O contributo não necessariamente apenas regional para que o *gap* salarial entre Portugal e os países de destino habitual da nossa população jovem mais qualificada possa ser atenuado, o que passa obviamente por melhorias de organização empresarial focadas na produtividade, completadas por políticas mais pontuais de rendimentos e de acesso a determinados bens e serviços que possam influenciar positivamente a propensão para a permanência desses jovens no país;
- A promoção de incentivos ao teletrabalho em territórios mais despovoados, criando ainda espaços de *coworking* nestes territórios que facilitem a partilha de conhecimentos e o surgimento de novas soluções para problemas locais.

As carências em termos de infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade

Tal como foi anteriormente referido, o PNPOT (2019), seja no modelo territorial proposto, seja nos seus sistemas natural, social, económico, de conectividade e urbano, reserva para a Região Centro o reconhecimento das suas particularidades e sobretudo o seu contributo para a coesão territorial do país, insuscetível de ser atingida apenas a partir da extensão das dinâmicas metropolitanas a sul e a norte. A relevância crucial do seu sistema natural e dos sistemas produtivos de transformação de recursos locais, de intensidade tecnológica e do turismo é fundamental para compreender o modo como a Região Centro aparece representada na proposta de sistema urbano (figura 17). A estrutura policêntrica de centros urbanos enquadrada a norte e a sul pelas aglomerações metropolitanas do Porto e Lisboa, com as quais algumas NUTS III da região mantêm uma forte proximidade e partilha de influência constitui uma dimensão pertinente para se compreender de que modo a estratégia regional Centro 2030 procura dar corpo à estratégia territorial do PNPOT (2019).

Figura 17. Sistema Urbano do Modelo Territorial



Fonte: Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2019

A Região Centro tem sabido explorar as virtualidades do seu sistema urbano policêntrico, o qual está fortemente representado nas dinâmicas de inovação que têm proporcionado à região uma elevada notoriedade e reconhecimento. Porém, do ponto de vista das infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade, que são cruciais para que as dinâmicas de inovação da região possam ocorrer em condições de um ainda maior peso de atividades transacionáveis e reforço da internacionalização, observa-se que tais infraestruturas e funções têm sido atraídas pelas aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, sobretudo para as infraestruturas mais pesadas.

É assim fundamental que a região consiga algum equilíbrio entre a valorização das virtualidades do seu sistema urbano policêntrico e correspondente inserção nas valias do sistema regional de inovação do Centro e a minimização dos constrangimentos em matéria de internacionalização e competitividade que decorrem das limitações face às aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto.

O esforço de minimização dos constrangimentos atrás assinalados passa essencialmente pelas seguintes vias complementares:

- Melhoria da conectividade da Região Centro às plataformas aeroportuárias, portuárias e logísticas de Lisboa e Porto, com ênfase no envolvimento da região no Corredor Ferroviário do Atlântico e uma futura e esperada melhoria das condições de ligação de passageiros entre Coimbra e Lisboa e Porto (no quadro do eixo ferroviário Lisboa-Porto-Vigo, ao qual se deve acrescentar o papel da Região Centro nas ligações transfronteiriças) em termos de tempo de viagem e consequentes ajustes tarifários corrigindo situações penalizadoras para a região, não ignorando a necessidade de modernização da linha ferroviária do Oeste e a ligação litoral/interior com as linhas da Beira Alta e da Beira Baixa;
- Integração da viabilidade de uma infraestrutura aeroportuária para a região nas preocupações do planeamento de médio prazo;
- Aumento do investimento das infraestruturas portuárias e logísticas da Região Centro, mormente dos Portos de Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré e Peniche, que sendo as infraestruturas naturais da região, melhor poderão dar resposta às necessidades de maior eficiência e sustentabilidade requeridas pelas cadeias logísticas das empresas nelas fixadas, incluindo o seu papel como alavancas para atração de novos investimentos e reindustrialização;
- Robustecer a capacidade de a Região Centro atrair mais serviços avançados e intensivos em conhecimento de suporte à internacionalização, inovação e competitividade, tirando partido das massas críticas de conhecimento e de recursos humanos avançados disponíveis na região.

Esta estratégia de minimização de constrangimentos parece mais inteligente do que a vã tentativa de mimetizar as aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto, que pode revelar-se incompatível e até penalizadora da valorização das virtualidades do sistema urbano policêntrico da região.

A relevância destas matérias transcende obviamente o alcance de uma programação regional e de preparação do POR Centro para o novo período de programação. No entanto, é crucial que a

Região Centro participe ativamente nesse debate, recentrando-o ou, quando necessário, contribuindo para uma maior abrangência e importância do mesmo.

5.2. Os principais desafios

O desafio da transformação das dinâmicas de I&D – inovação em melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento

Este desafio constitui preocupação central da RIS3 do Centro e da sua revisão. Ele consiste em tirar partido das capacidades e recursos de investigação e inovação que a região tem vindo a consolidar para, num quadro de escolhas estratégicas a validar com o sistema de atores do Sistema Regional de Inovação do Centro (SRI), acelerar a transformação económica regional, projetá-la em melhorias de competitividade e condições mais favoráveis de fixação na região dos recursos humanos mais qualificados e obviamente criar condições para a melhoria das condições de vida de residentes. Cada domínio prioritário da RIS3 do Centro revista deverá explorar a estratégia de valorização económica e de transformação da especialização produtiva regional que melhor corresponda aos fatores que justificam a sua seleção e que melhor responda ao equilíbrio entre ativos de conhecimento, tecnologias e desenvolvimento empresarial e procura (privada ou pública, externa ou interna) avançada.

A região conta para a resposta a este desafio com a progressiva sensibilidade das suas principais instituições de formação avançada e de investigação à questão da transferência e da translação de conhecimento, que é visível tanto na sua mais abrangente e mais antiga instituição, a Universidade de Coimbra, como nas instituições de mais recente criação. Não há propriamente domínio prioritário da trajetória de inovação desejável para a região que não tenha cobertura em termos de suporte de recursos de conhecimento, o que, adicionado à já referida sensibilidade para a transferência de conhecimento, proporciona condições favoráveis para a resposta ao desafio.

A superação do *gap* existente entre potencial de inovação e níveis de competitividade constitui em si próprio um desafio, na medida em que: (i) a maturação dos processos de I&D – inovação em resultados empresariais é lenta e nem sempre as políticas públicas de inovação conseguem acompanhar toda essa maturação de resultados; (ii) regra geral as políticas públicas não apoiam a coerência global de toda a cadeia de inovação, independentemente do impulso motor se concretizar a partir do conhecimento e da tecnologia (*technology-push*) ou a partir da procura (*demand-pull*), sendo necessário prolongar a intervenção dos apoios públicos até ao despertar do financiamento privado e reforçar o apoio em áreas como as provas de conceito; (iii) as mudanças organizacionais nas empresas nem sempre são atempadamente concretizadas de modo a favorecer a procura de inovação e a sua absorção; (iv) a baixa dimensão média do tecido empresarial da região e a situação de “*price takers*” nos mercados mundiais em que operam tendem a dificultar a inovação; (v) continuam a observar-se margens de progresso para a intensificação das práticas colaborativas das empresas com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico representado na região incluindo as que revelam uma maior proximidade às necessidades empresariais; (vi) embora em si relevantes e reveladoras de dinamismo empresarial, as “empresas gazela” identificadas na região, com potencial de demonstração

relevante, devem ser complementadas com outros elementos geradores de efeitos de demonstração, contágio ou de relações interempresariais desejáveis para um alargamento da sua experiência, exigindo consequentemente outros veículos complementares do seu papel suscetíveis de trazer escala a esses processos; (vii) nem sempre os empreendedores de base tecnológica (*startups*) conseguem facilmente aceder ao espaço do financiamento internacional, o que coloca a articulação entre fundos da política de coesão e fundos geridos diretamente pela Comissão Europeia como algo de crucial.

Nesta matéria, é importante não ignorar o potencial de transferência de conhecimento para os sistemas públicos, por exemplo na área da saúde e de uma visão mais preventiva para a mesma, incluindo nessa preocupação a organização dos sistemas públicos para um diálogo mais efetivo e eficaz com a investigação.

O foco nos investimentos de base tecnológica resulta da ênfase que as políticas de inovação adquiriram na política regional (política de coesão). Isso não significa esquecer a persistente necessidade de assegurar um ritmo persistente de investimento de inovação-reequipamento de empresas e de investimentos de qualificação da organização empresarial, aliás presentes na política de incentivos que tem sido apoiada. Convém recordar que, no estágio de desenvolvimento tecnológico da economia regional, o investimento em equipamento pela importância central que reveste na veiculação da difusão de progresso técnico continuará a representar um importante fator de crescimento do PIB e da produtividade regional. Associar essa prioridade a uma melhoria das condições de capitalização e de autonomia financeira das empresas regionais deve continuar a ser um vetor relevante da melhoria da competitividade regional.

O desafio da redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento

Os territórios de mais baixa densidade da região para além do risco do declínio demográfico se transformar em círculo vicioso do desenvolvimento enfrentaram, com a continuidade e persistência dos incêndios florestais, alguns dos quais com extrema gravidade, uma clara intensificação da sua vulnerabilidade e ainda uma significativa deterioração da perceção das condições de vida aí observadas por parte da população residente noutros territórios. Não pode ser, no entanto, ignorada a alteração de perceções que o surto pandémico poderá ter gerado sobre alguns destes territórios, sugerida, por exemplo, pela procura do turismo rural e de natureza. A associação destes territórios a uma procura mais notória de habitação (de primeira ou segunda residência) e a processos de desenvolvimento do teletrabalho exigirá uma monitorização mais continuada e evidências mais persistentes.

Para além de outros apoios e ajudas, o POR Centro aprovou, até 30.11.2019, projetos de investimento no âmbito da resposta nacional e regional aos incêndios na região no montante de cerca de 150 milhões de euros de investimento elegível. Para além da magnitude desse investimento apoiado, a análise dos projetos aprovados, mesmo tendo em conta que tiveram referenciais de mérito mais simplificados, põe em evidência a existência nesses territórios de uma atividade económica que tende a ser desconhecida e a passar relativamente ignorada, dada

a propensão de uma mal informada opinião para restringir a atividade económica que opera nesses territórios a tipologias de atividades e negócios relacionados com o turismo em espaços rurais e de baixa densidade. A lista de projetos atrás mencionada permite aceder a um universo de iniciativas empresariais que está bem para além dessa perceção, onde coexistem formas de resiliência económica em atividades mais tradicionais com exemplos de mudança e de inovação em meio rural.

Esta evidência é muito relevante para se operar a recuperação das condições de resiliência destes territórios, afinal o meio mais seguro de reduzir a sua vulnerabilidade trazida pelo declínio demográfico, sem embargo das melhorias necessárias a nível de prevenção e combate a incêndios florestais e de gestão da floresta, matérias de âmbito claramente nacional. Essa via é também a mais segura para combater a perceção destes territórios como territórios de risco acrescido, o que por sua vez tenderá a impactar favoravelmente a sua perceção como destino possível de inícios de vida e de outros projetos profissionais.

Entretanto, como alguns testemunhos do processo participativo o evidenciaram com clareza, as fragilidades e as vulnerabilidades territoriais estão longe de poder ser circunscritas aos territórios interiores e de mais baixa densidade, mesmo tendo em conta as incidências de fenómenos como os incêndios, a seca, os riscos tecnológicos e outras formas de severidade e aleatoriedade climáticas. Esta conclusão revela-se, aliás, de grande alcance para que todos os trabalhos a realizar à escala NUTS III na preparação do próximo período de programação possam integrar uma componente de diagnóstico para a ação das fragilidades e vulnerabilidades neles observadas.

Os temas da agricultura e da floresta, regra geral cobertos pela intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural, requerem uma maior articulação com a estratégia regional, já que do seu contributo podem resultar respostas compatíveis com a diversidade espacial das vulnerabilidades, no quadro da dimensão do ordenamento do território como instrumento de valorização produtiva. As cadeias de valor agroflorestais assentam em bases relativamente frágeis, algumas das quais com forte vulnerabilidade às alterações climáticas, justificando uma mais intensa incorporação de conhecimento mobilizável na região. Adicionalmente, dada a severidade que a emergência climática tenderá a trazer a alguns territórios, designadamente em termos de *stress* hídrico, a questão agrícola e florestal não pode ser dissociada de uma mais ampla discussão sobre os modelos produtivos agrícolas e florestais que melhor respondam às condições esperadas em alguns territórios em termos de fatores de produção e da sua melhor combinação, com participação das áreas governativas pertinentes e tendo a CCDRC como entidade de coordenação desse diálogo no quadro das opções estratégicas para a região.

O desafio de promover a resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de *stress* hídrico em que tais territórios estão mergulhados

Esta é uma das mais relevantes consequências da emergência climática que atravessa a região. Em poucas palavras, o desafio equivale a num único sistema de equações promover a resiliência, dinamizar atividade e atrair pessoas e investimento e, simultaneamente, reconverter sistemas produtivos e padrões de culturas integrando as evidências registadas na região de casos de

stresse hídrico com o desenvolvimento de projetos demonstradores dum uso racional do recurso água. Esta questão estará seguramente presente nas preocupações e orientações do 3º ciclo de planeamento da gestão de recursos hídricos na região conduzido pela Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Centro.

O desafio de que o aprofundamento e intensificação das dinâmicas de inovação reforce o modelo territorial equilibrado da região

Os resultados que têm vindo a ser conhecidos nesta matéria são promissores e o desafio consiste no alargamento e consolidação desses resultados. Trata-se de conseguir que as dinâmicas de inovação emergentes a partir dos pontos mais avançados do SRI do Centro continuem a potenciar a virtuosidade do sistema urbano policêntrico da Região Centro e a não deixar para trás os territórios que carecem dos resultados dessas dinâmicas, mas que não apresentam os mesmos ativos e recursos dos restantes territórios.

A RIS3 do Centro foi pioneira e constitui mesmo o único exemplo no país em que a inovação em meio rural e também a conquista de resultados de progressão na cadeia de valor de recursos naturais endógenos integram as suas prioridades e dão origem a plataformas colaborativas operando no interior do seu modelo de governação. Para além disso, existe a preocupação de incrementar os níveis de equidade no acesso aos cuidados básicos de saúde, segurança alimentar e nutricional designadamente de grupos sociais com necessidades diferenciadas.

O desafio está no aprofundamento de tais opções, fazendo-as alinhar com o propósito de dinamizar agendas de transformação económica regional a partir do maior afinamento de prioridades da RIS3 do Centro.

Importará destacar neste âmbito a relevância do contributo que a política de turismo (plasmada nas suas opções estratégicas na Estratégia Turismo 2027), apostada na valorização do território e das comunidades da região, pode trazer a um modelo de ocupação económica e humana mais equilibrada do território. De facto, o turismo está presente, embora com matizes diferenciadas, em territórios com diferentes características, desde os mais robustos e internacionalizados até aos mais carenciados de “energia demográfica” e de iniciativa empresarial. Haverá aqui que considerar, na sequência das novas macrotendências que a pandemia está já a gerar em matéria de procura turística, a emergência de novas políticas para as quais a região pode estar bem posicionada: foco no turismo interno e em territórios não atingidos por surtos pandémicos, o enfraquecimento do turismo de massa em favor de outras condições de fruição turística do território e da natureza e de novas experiências vivenciais. O mesmo se diga em relação ao elevado potencial termal e de turismo de saúde da região.

Há condições para que o turismo possa ser mais coerentemente integrado com uma lógica de inovação que a RIS3 do Centro pretende construir em torno do desenvolvimento de capacidades e recursos regionais que valorizem conhecimento e oportunidades de variedade relacionada. Existe também espaço para que no plano dos investimentos municipais se possa aumentar a coerência de redes de equipamentos, sobretudo das que revelam um maior poder de articulação em escalas inter-regionais e internacionais.

Mas também em termos de inovação-produto (não só em relação a um turismo mais sustentável, trabalhando a economia circular no setor e concebendo produtos seguros em contexto de emergência climática, mas também de resposta a novas tendências de procura), de inovação na organização do setor (com intensificação e racionalização de práticas colaborativas) e na inovação no marketing, há condições para que o turismo possa constituir um instrumento de disseminação de novos focos de inovação pelo território, contribuindo por essa via para um modelo de ocupação económica e humana mais equilibrada. Neste campo, a crise pandémica pode ser encarada como uma oportunidade de aceleração destas tendências.

Não pode ainda ser ignorado que, segundo valores do INE, o peso da região relativo a áreas protegidas representa 24,2% do valor do continente, o que, numa lógica de combinação virtuosa entre a preservação e a valorização do capital natural, representam um outro recurso para uma valorização mais equilibrada do território da região.

A região Centro aparece bem representada na rede de 24 polos de inovação para a agricultura anunciada pelo Ministério da Agricultura (presença na fruticultura, vinha e vinho, horticultura e cereais), o que, de forma articulada com os Laboratórios Colaborativos (CoLABS) em que entidades da região estão também representadas, cria condições para a emergência e transferência de conhecimento em moldes compatíveis com o modelo territorial mais equilibrado que se pretende atingir.

O desafio das coberturas sociais para as novas tipologias de problemas suscitados pelo declínio demográfico e pelas ameaças da digitalização e da globalização

Vimos anteriormente que, sobretudo na sequência do bom desempenho relativo da região em termos de taxa de desemprego e de incidência do desemprego de longa duração e da capacidade de resposta da diversidade de instituições sociais que operam na região, o Centro tende a apresentar no panorama nacional uma situação relativa favorável, registando-se com frequência o facto de a região ser aquela que apresenta os melhores indicadores entre as sete regiões NUTS II.

Neste contexto, tem sentido questionar-se a razão de inscrever um desafio social na discussão das orientações que a preparação do período de programação deve prosseguir.

A ideia da problemática social constituir um desafio radica sobretudo em quatro argumentos:

- **O primeiro** consiste no desafio da cobertura dos problemas sociais evoluir de um paradigma em que se tenha em conta a situação relativa da região para um outro em que a dimensão absoluta dos problemas constitua o principal referente; extremando o argumento, pode dizer-se que para problemáticas também extremas de privação, como por exemplo, o fenómeno dos sem-abrigo, não tem sentido orientar realizações para a melhoria da posição relativa de um município ou cidade, mas antes eleger a meta da erradicação do fenómeno; procurando agora argumentação para uma problemática social não tão específica ou radical, pode por exemplo dizer-se que por mais melhorias relativas observadas no indicador de risco de pobreza ou exclusão social, o combate à dimensão absoluta do problema não pode ser enfraquecido, pois ainda assim trata-se de uma quantitativo significativo de cidadãos a experienciar situações de privação por

falta de recursos, sendo o fenómeno em Portugal marcadamente estrutural, isto é, trata-se de um problema social persistente, que se vai transmitindo de geração em geração e cujo ciclo vicioso urge quebrar;

- **O segundo** consiste em considerar o desafio de intervenção em problemáticas cujo indicador é menos favorável do que a situação registada a nível nacional; trata-se de acautelar a melhoria de uma situação relativa, relevando, por exemplo, o problema do envelhecimento populacional e no painel de indicadores relativos ao pilar social europeu avulta a posição mais desfavorável da região em termos de disparidades de género no emprego e a necessidade de melhoria dos indicadores da região em termos de risco de pobreza e de pobreza de trabalhadores; há assim espaço para a Região Centro se perfilar com um programa mais audacioso de apoio a experiências paradigmáticas de conciliação da vida profissional e familiar, estimulando as empresas da região a investir em programas de responsabilidade social corporativa reduzindo as disparidades de género e as suas consequências sobre a fraca socialização da fertilidade;
- **O terceiro** consiste em colocar na programação o desafio de geração de novas respostas sociais a novas problemáticas (como as populações deslocadas pela incidência de riscos naturais ou pelas suas consequências ao longo do tempo) ou à intensidade da complexidade de problemáticas já conhecidas e objeto de cobertura, como é o caso do envelhecimento; a excessiva associação que foi criada entre respostas de inovação social e recurso a instrumentos financeiros deve ser analisada com cautela e com avaliação aprofundada, já que essa associação afastou prematuramente algumas entidades da economia social da inovação social, registando-se mesmo o paradoxo de algumas respostas inovadoras não serem consideradas como tais devido à rejeição da mobilização de instrumentos financeiros para o seu financiamento. Inclui-se nesta dimensão de novas necessidades uma perspetiva mais preventiva para a saúde e a internalização nos cidadãos de uma mais robusta cultura de segurança;
- **Por último e não menos importante**, há novos desafios suscitados por novas fontes de desigualdades e de vulnerabilidades que a transformação digital vai colocar a alguns grupos sociais, às quais se adicionam a incerteza estrutural que as transformações não reguladas da globalização determinam para alguns empregos e ocupações, algumas das quais o surto pandémico colocou em evidência: a dualidade entre desafios e oportunidades associadas a estas transformações exige a procura de equilíbrios entre a acomodação e mitigação dos primeiros e a exploração das segundas, tanto mais que as mesmas giram em torno de grupos sociais diferentes.

O desafio da capacidade de transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos para a região

A preparação da Agenda Regional para a Economia Circular permitiu identificar na região conhecimento, iniciativa e experiências colaborativas relevantes para essa importante transformação dos paradigmas de produção através da qual a linearidade dos ciclos produtivos deve ser progressivamente reformulada. A economia circular como transformação que integra uma dimensão mais lata de transição energética e de descarbonização só tenderá a afirmar-se de modo dominante quando se traduzir em novos modelos de negócio e de organização

empresarial, fazendo jus ao termo “economia” circular, não ignorando o papel crucial das compras públicas para formação de primeiros mercados. Do mesmo modo, pode pensar-se que o sistema científico da região tem recursos e capacidades para fortalecer a posição da região em matéria de concretizar um plano de ação consequente para enfrentar a emergência climática, numa espécie de ponte entre os sérios problemas de erosão costeira e problemas associados aos riscos de intensificação de fogos florestais nas zonas mais interiores e oferecendo respostas consequentes às inúmeras situações de *stress* hídrico registados na região.

O desafio configura-se sobretudo em função da massa de recursos financeiros que a próxima programação tenderá a alocar às questões da emergência climática, na sequência da aposta realizada nesse tema pela nova Presidente da Comissão Europeia através do chamado *Green Deal (Pacto Ecológico Europeu)*. Acresce que, em relatório da Agência Europeia do Ambiente (“O ambiente na Europa – estado e perspetivas 2020”), se afirma claramente que a assunção nos próximos dez anos de medidas mais urgentes para combater a perda alarmante de níveis de biodiversidade, o aumento dos efeitos das alterações climáticas e o progressivo consumo de recursos naturais constituirá condição necessária para que as metas impostas pela União Europeia para 2030 sejam entendidas como prudentes.

Conhecidos que são os problemas de implementação que a estratégia de valorização de eficiência energética teve na programação atualmente em curso com queda de muitas das expectativas que foram associadas a essa dimensão da programação, é lógico que a resposta à prioridade da emergência climática e descarbonização das economias constituirá um enorme desafio em termos de capacidade regional de geração de projetos. Alguns planos conhecidos de âmbito intermunicipal para o combate e mitigação das alterações climáticas não atenuam por si só essa preocupação dada a sua incipiente configuração em termos de planos de ação concretos e famílias de projetos. Por isso, esta questão é configurada como desafio, até porque não é líquido que seja possível encontrar ainda na programação em curso oportunidades de financiamento para ações preparatórias e formatação de planos de ação.

Entendida nesta perspetiva mais ampla, a sustentabilidade ambiental surge transversal a todas as políticas públicas, exigindo à programação adaptações em conformidade. Será por isso determinante que a Estratégia Regional possa, no âmbito do seu desenvolvimento e operacionalização futuros, traduzir instrumentos de génese transversal da política de ambiente e de sustentabilidade, tais como a Estratégia Nacional para os Bio resíduos e outros referenciais para esta área, o Plano Nacional da Água e outros instrumentos para os recursos hídricos, o Plano de Ação do Litoral XXI, a Estratégia Nacional para o Ar 2020 e outros em temas como a Biodiversidade, a Conservação da Natureza, o Combate à Desertificação, a Energia e o Clima. O mesmo poderá ser dito quanto ao referencial estratégico que a Estratégia Nacional para o Mar configura, recurso ao qual a RIS 3 Centro em revisão dedica a atenção necessária. Essa relevância decorre da valorização das potencialidades do Mar na valorização dos recursos marinhos e das energias renováveis oceânicas para além do seu papel na erosão da orla costeira.

O desafio das qualificações e competências

Para que os resultados já alcançados em matéria de inovação tenham repercussão no aumento da competitividade da região e na redução da sua vulnerabilidade a padrões de maior incerteza

na economia global e seus reflexos na economia portuguesa, a região enfrenta o desafio de dotar essa transformação das qualificações e competências necessárias. É um desafio abrangente que não pode limitar-se à formação inicial nos seus vários níveis, das qualificações intermédias às mais avançadas, integrando uma capacitação de banda larga para a transformação digital, como ficou bem evidenciada nas insuficiências dessa infraestrutura em alguns territórios da região na sequência do reforço do trabalho e do ensino à distância reveladas pela reatividade à pandemia. É tempo de insistir na batalha da formação de ativos e da aprendizagem ao longo da vida, procurando que os ativos que tiveram formação segundo outros paradigmas de maior estabilidade de empregos e os que ficaram substancialmente aquém de mínimos de formação possam ganhar competências para uma navegação profissional em contextos de maior incerteza e de rotação de empregos.

Sabemos hoje que as dinâmicas de inovação têm nos tempos mais recentes promovido situações de favorecimento das qualificações mais avançadas (*skill bias*) e fenómenos de polarização no mercado de trabalho que penalizaram profissões mais rotinizáveis e mais seriamente impactadas pelos diferentes processos de automação industrial. A formação profissional e o ensino profissional são veículos de minimização dessas tendências, constituindo por isso vias de inclusão se forem planeadas para atingir tais objetivos.

Finalmente, este desafio abrange também a resposta a necessidades de melhoria de literacia de cidadãos em matérias como a saúde, a segurança e a cidadania.

O desafio de incrementar a variedade relacionada e a progressão na cadeia de valor induzidas pela RIS3 do Centro e o alargamento da base territorial dos processos de descoberta empreendedora.

A RIS3 do Centro está em processo de revisão.

Dada a importância crucial que o bom rumo e implementação da RIS3 do Centro assumem enquanto instrumentos de concretização da estratégia regional para o próximo período de programação, embora como é óbvio não esgote a paleta de instrumentos necessários para a concretizar, a revisão da RIS3 do Centro é, em si própria, um desafio importante. A dimensão relevante desse desafio consiste na escolha do que deve ser objeto de prioridade da RIS3 do Centro enquanto agenda de transformação económica regional do tipo “*place-based*”, isto é, considerando sempre a dimensão territorial dos seus efeitos.

O desafio global declina-se em alguns temas particulares:

- O incremento e afinamento das condições de variedade relacionada que constituem o cerne das S3 (*Smart Specialisation Strategies*), de modo a impulsionar a identificação e desenvolvimento de oportunidades efetivamente transformativas do perfil de especialização produtiva da região;
- A obtenção de resultados concretos em termos de progressão na cadeia de valor de algumas das bases da especialização produtiva regional;
- A progressiva internacionalização das atividades de I&D e a sua integração gradual em redes e projetos europeus, capitalizando sinergias à escala europeia;

- O reconhecimento da importância do alinhamento das prioridades regionais com as de outras regiões europeias e, neste contexto, à cooperação inter-regional enquanto instrumento privilegiado de melhoria da integração da região nas cadeias de valor globais de configuração ajustada em função dos efeitos pandémicos sobre o futuro da globalização;
- O incremento e diversificação dos processos de empreendedorismo suscitados pela nova agenda colaborativa entre produtores de conhecimento, tecnologia e utilizadores avançados;
- O progressivo foco do SRI do Centro nas necessidades e oportunidades de inovação das empresas, organizando-se progressivamente a partir desse núcleo central;
- A relação com a ENEI também revista sobretudo do ponto de vista da valorização das prioridades concedidas a domínios de conhecimento a montante das prioridades temáticas da RIS3 do Centro;
- O progressivo envolvimento dos territórios de baixa densidade na triangulação da variedade relacionada, ou seja, na interação entre ativos de conhecimento, tecnologias de desenvolvimento empresarial e mercado (utilizadores avançados, incluindo os públicos).

Este último aspeto do envolvimento dos territórios de baixa densidade nos processos de variedade relacionada é provavelmente o mais desafiante e pode mesmo admitir, para uma abordagem incremental à sua resolução, envolvimento parcelares e progressivos desses territórios na lógica da variedade relacionada. Quer isto significar que tais territórios, atendendo às suas fragilidades de instituições e de recursos humanos, podem integrar processos de variedade relacionada que se distribuem por outros territórios (com massas críticas mais alargadas de recursos) e por essa via iniciarem processos virtuosos. A cadeia de valor do vinho como espaço de descoberta empreendedora constitui um bom exemplo dessa potencialidade de projetos regionais agregadores.

Entre os testemunhos do processo participativo é possível compreender a expressão das dificuldades de apropriação dos princípios da RIS3 ao nível de projetos de mais pequena dimensão, designadamente os que são promovidos por Associações de Desenvolvimento Local (ADL)/Grupos de Ação Local (GAL). O desafio existe, mas talvez nenhuma outra RIS3 a nível nacional tenha avançado mais na diluição dessas dificuldades de apropriação pela escala local do alcance de uma abordagem RIS3, pelo que a integração de ecossistemas sub-regionais e locais na abordagem global RIS3 do Centro parece possível. Para isso, a flexibilização do conceito de inovação ajustando-o aos problemas destes territórios, a extensão para os temas da inovação social, o novo âmbito da resposta à emergência climática e os temas da economia circular a eles ajustados constituem vias promissoras a explorar.

A valorização dos ecossistemas locais de empreendedorismo e inovação nos territórios mais carenciados de “energia demográfica” e empresarial emerge assim como uma extensão da dinâmica associada aos processos de descoberta empreendedora que se inscreve na mesma lógica de progressiva extensão da abordagem RIS3 a este tipo de territórios.

Por todas estas razões, a revisão da RIS3 do Centro constitui-se um desafio central da própria estratégia regional.

O desafio de organizar a rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG²⁸) em estreita articulação com a densificação do sistema urbano regional e com as estratégias sub-regionais a elaborar pelas CIM

A organização da rede territorial regional de suporte à prestação de SIG deve ser uma preocupação de planeamento estratégico e deve promover, por sua vez, a articulação com a densificação do sistema urbano regional (em articulação com as orientações do PNPOT) e as próprias estratégias sub-regionais a elaborar em conformidade pelas CIM. A resposta a este desafio assume uma importância crucial do ponto de vista da colmatação das fragilidades e vulnerabilidades que atravessam uma grande parte dos territórios da região, seja na baixa densidade mais interior, seja na baixa densidade de maior proximidade aos centros mais dinâmicos do litoral, seja ainda em territórios mais densos que, por via da sua exposição a riscos de vária natureza, partilham estados de vulnerabilidade e fragilidade.

A articulação da referida rede territorial regional de suporte à prestação de SIG com a densificação do sistema urbano da região significa que é necessária uma perspetiva dinâmica desse sistema urbano, tendo em conta a fluidez das condições de mobilidade de pessoas e de bens e serviços. Em territórios com escassez de “energia demográfica”, uma política inteligente de partilha de SIG enfrenta sérios obstáculos se a mobilidade da população e de bens e serviços estiver fortemente penalizada por deficiências persistentes e continuadas de acessibilidade. Ou seja, por outras palavras, os obstáculos a uma mobilidade fluida de pessoas e bens agravam o défice demográfico e trazem consequências nefastas para as condições de vida dos residentes que ficam assim impedidos de beneficiar de políticas mais inovadoras de oferta e organização de SIG.

Avulta nesta questão o papel relevante a exercer pelos centros urbanos do interior e dos centros urbanos polarizadores do PNPOT no interior. A relevância de tais centros transcende a sua mera indicação com esse estatuto na formulação do PNPOT. É necessário dar corpo a essas funções com a capacitação correspondente desses serviços, procurando sempre que possível explorar margens de diversificação e complementaridade entre territórios à luz das estratégias sub-regionais em que se inserem. Estará aqui em causa a superação de carências fundamentadas em matérias tradicionais neste tipo de preocupações, como os equipamentos de educação, de saúde e de proteção social, mas também a atenção a instrumentos novos considerados cruciais para a fixação e atração de jovens casais ou de jovens em geral a esses territórios como o são, por exemplo, as políticas municipais de habitação e os equipamentos de produção, animação e fruição cultural. A existência de um vasto universo de territórios não atingidos pelo surto pandémico veio incrementar a sua notoriedade para o desenvolvimento de trabalho à distância, desde que devidamente assegurados os investimentos de melhoria de uma geração de infraestruturas de telecomunicações. Importa ainda referir que, no quadro da dotação existente e melhorável de SIG, a questão das modalidades de acesso a esses serviços representa por si só uma oportunidade de viabilização e operacionalização de novos modelos e da sua flexibilização.

²⁸ Serviços sujeitos a obrigações específicas de serviço público de carácter territorial e que preferencialmente deverão estar ligados ao ordenamento do território, com especial relevância para os serviços sociais e de saúde.

A área dos transportes em zonas de muito baixa densidade tem dado origem a soluções flexíveis e inovadoras, pelo que essa perspetiva pode estender-se a outro tipo de SIG.

Seria também relevante que esse processo de planeamento integrasse também nesse exercício o que deve ser feito em termos de reforço das condições de capacitação e resiliência das populações rurais e ainda localizadas em aldeias com reduzida massa de população residente face aos riscos de incêndios florestais (na sequência dos trabalhos e relatórios realizados sobre essa matéria). O mesmo pode dizer-se em relação a outras aldeias e vilas atingidas por galgamentos e cheias.

6. Uma Visão para a Região consistente com a resposta aos constrangimentos e aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação

A Visão que é proposta à discussão da Estratégia Regional 2021-2027 declina-se nos seguintes **desígnios**:

Uma região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores, seja ainda pela valorização da criatividade, da arte e da cultura e do papel das cidades mais internacionalizadas.

Uma região que pretende trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de “energia demográfica”, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.

Uma região que ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável, promovendo a inovação e transição para a descarbonização da economia (incluindo a economia circular), integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial.

Uma região que procura aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos, inovadores e inteligentes (*smart cities*) e territórios mais deprimidos de “energia demográfica e económica”.

Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens, a formação avançada de profissionais, a formação contínua de ativos, a requalificação e criando condições para a atração de população qualificada.

*

Esta visão é obviamente indissociável do quadro de dinâmicas, constrangimentos e desafios enunciados nas páginas anteriores. Com a oportuna validação e necessário enriquecimento induzido pelo processo participativo regional, ela deve ser suficientemente mobilizadora e integradora do posicionamento a assumir pela Região Centro em todo o processo de programação do próximo período, envolvendo por isso a elaboração do novo Programa Operacional Regional, o pronunciamento sobre o formato e configuração de Programas Operacionais temáticos e setoriais, a própria revisão da RI3 Centro em articulação com a revisão da ENEI, os Orçamentos de Estado deste período e o posicionamento da região em programas e redes de cooperação inter-regional e transfronteiriça. E, não menos importante, um referencial para a revisão das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) de âmbito NUTS III.

7. Linhas de estratégia para 2030

Considerando:

- As dinâmicas que a Região Centro tem protagonizado no período mais recente, nelas integrando os ensinamentos adquiridos com os resultados dos dois últimos períodos de programação;
- Os constrangimentos que permanecem na região e que são entendidos como fatores inibidores de resultados mais amplos e territorialmente disseminados;
- Os desafios que se colocam à região face ao novo período de programação e às orientações decorrentes das agendas nacionais e comunitárias, desafios esses agravados pela necessidade de combinar a dimensão estratégica das prioridades para uma Região Centro mais competitiva e coesa com a recuperação da crise económica e social suscitada pela crise sanitária pandémica;
- A Visão estratégica proposta para a região.

As prioridades estratégicas para a região são apresentadas em oito grupos aos quais correspondem linhas de ação. Estas prioridades não se confundem com eixos prioritários de um futuro Programa Operacional Regional (POR) Centro, embora possam ser inspiração para o seu desenho programático. No sentido de adaptar a formulação das prioridades estratégicas ao momento particular que a região e o país vivem pela combinação dos efeitos de crise sanitária e crise económica e social, cada uma das oito prioridades estratégicas termina com uma síntese dos efeitos na sua operacionalização provocados pela situação pandémica.

7.1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação

Reforçar as dinâmicas de inovação baseadas no conhecimento e promover/consolidar novos focos territoriais de inovação e a sua materialização na melhoria dos níveis de competitividade regional e das empresas

Fundamentos

Esta linha de estratégia articula-se diretamente com a agenda europeia “Por uma Europa mais Inteligente” e as agendas temáticas nacionais “Um país competitivo externamente e coeso internamente” e “Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento” e é estruturada essencialmente a partir e com o contributo crucial da revisão da RIS3 do Centro para o período 2021-2027. O processo de revisão está em curso e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente que for aprovada em resultado deste processo fará parte integrante da presente Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Corresponde a um aprofundamento e racionalização de dinâmicas que a Região Centro tem vindo a protagonizar nos períodos de programação mais recentes, orientadas essencialmente para dois objetivos que se combinam entre si:

- Acelerar os processos de transformação das dinâmicas de I&D e Inovação em melhorias efetivas de produtividade do trabalho e de competitividade empresarial, capazes de projetar a região para níveis mais elevados de desenvolvimento sustentável no contexto nacional e europeu;
- Alargar a incidência territorial de focos de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia para os territórios de mais baixa densidade de recursos humanos e de capacidade empresarial.

Esta linha de estratégia permite ainda favorecer as condições de reindustrialização da região e do país, orientando-a para rumos de maior sustentabilidade e incorporação de conhecimento e sobretudo de capacidade de absorção de emprego mais qualificado.

O processo de revisão da RIS3 do Centro traz a esta linha de estratégia algumas dimensões essenciais de intervenção:

- Afinar a identificação de capacidades regionais de produção de conhecimento e de tecnologia que justifiquem apostas seletivas de alocação de recursos, operacionalizando processos de variedade relacionada e permitindo uma análise de mérito de projetos de investimento mais fundamentada;
- Identificar áreas tecnológicas com maior transversalidade e que possam por essa via induzir uma maior multiplicidade de aplicações;
- Identificar domínios de investigação suscetíveis de ser considerados prioridades nacionais e regionais, valorizando a articulação entre apostas ENEI e EREI Centro;
- Aprofundar mecanismos de extensão das dinâmicas virtuosas geradas pela implementação da RIS3 do Centro aos territórios de mais baixa densidade,

concentrando esforço na valorização e aprofundamento da cadeia de valor de produtos endógenos;

- Robustecer entidades e instituições com capacidade de transferência e disseminação de conhecimento nesses territórios;
- Afinar o modelo de governação da RIS3 do Centro;
- Valorizar as melhores condições de articulação da implementação da RIS3 do Centro e da dinamização dos correspondentes Espaços de Descoberta Empreendedora com a dimensão dos apoios ao empreendedorismo de base tecnológica (qualificado e criativo).

Principais linhas de ação

- Reforçar as condições institucionais de cooperação entre as instituições com atividade de investigação científica na região (robustecimento do funcionamento em rede) em estreita articulação com o fortalecimento do Sistema Regional de Inovação e a implementação da RIS3 do Centro
- Apoiar o desenvolvimento dos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) existentes na região, criando condições para o maior envolvimento das Universidades, do Poder Local e das Empresas e desenvolvendo os recursos de suporte à incubação de empresas;
- Operacionalizar o *Digital Innovation Hub* do Centro (PTCentroDIH) como forma de fomentar e apoiar a digitalização das empresas da região através de atividades colaborativas e acelerar a difusão das tecnologias digitais, fortalecendo o ecossistema de inovação;
- Promover um novo ciclo de desenvolvimento das Redes de Universidades, Politécnicos, Centros de Investigação e Desenvolvimento, e Parques de Ciência e Tecnologia, com mobilidade de recursos humanos e polarização de empresas;
- Promover a valorização económica da propriedade intelectual (patentes) existentes nas instituições científicas e tecnológicas da região;
- Promover a participação das Instituições de Ensino Superior da Região Centro nas Universidades Europeias, enquanto redes de excelência de formação e inovação no ensino superior;
- Avaliar a pertinência de a região ser dotada de laboratórios com nível de biossegurança três (BSL3 – Biosafety level 3);
- Robustecer o corpo de políticas de investigação e de inovação segundo o objetivo de aumentar a coerência dos apoios e incentivos ao longo de toda a cadeia de inovação, independentemente de se tratar de processos gerados a partir de lógicas de “*technology-push*” ou de “*demand-pull*”;
- Conceber e operacionalizar modalidades integradas de mobilização de diferentes instrumentos de política de inovação segundo modelos de candidatura única e redução de exigências burocráticas;
- Conceber nessa orientação linhas de apoio que valorizem a incidência combinada de inovação e internacionalização, bem como a transformação digital para a internacionalização;
- Criar condições para o impulso de valorização dos usos do Mar como recurso estratégico, com destaque para a aquacultura sustentável e biotecnologia marinha e

promovendo o desenvolvimento de entidades já instaladas, como por exemplo o ECOMARE e o CITAQUA;

- Promover dinâmicas de inovação turística (organizacionais, de modelo de negócio, de integração de novos recursos para a sustentabilidade, de maior intensidade de incorporação de conhecimento, de alargamento da base territorial de competitividade turística da região, entre outras dimensões) garantindo melhores e mais eficazes formas de integração da RIS3 do Centro com a Estratégia Regional de Turismo;
- Conceber e operacionalizar incentivos à valorização de provas de conceito;
- Mobilizar e reforçar os recursos existentes na região para as atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico para a fabricação digital e prototipagem;
- Conceber e operacionalizar modalidades de apoio a projetos em copromoção envolvendo empresas de mais pequena dimensão;
- Implementar um programa de largo espectro focado na internacionalização do sistema regional de inovação, na criação de melhores condições para a internacionalização de *startups* e na alavancagem de uma participação mais intensa em programas comunitários de acesso competitivo fora do contexto dos Fundos Estruturais em Portugal;
- Conceber e implementar um programa de formação intermédia e avançada de novas competências (*skilling* e *re-skilling*) estruturado em função das dinâmicas de revisão e implementação da RIS3 do Centro e das necessidades identificadas no âmbito das interações do Sistema Regional de Inovação;
- Conceber e implementar um programa de largo espectro focado na valorização do conhecimento científico existente na região nas áreas das ciências da saúde, biomédicas e clínicas em termos da sua transferência e articulação com o Serviço Nacional de Saúde e suas estratégias de valorização da saúde preventiva, organizando a rede regional de saúde e incluindo a perspetiva da capacitação das unidades do SNS para absorverem e aplicarem esse conhecimento;
- Criar uma linha (regional) de apoio aos *clusters* com incidência mais significativa na região que evidenciem maior potencial de desenvolvimento de processos de variedade relacionada integrados nas prioridades da RIS3 do Centro;
- Criar uma linha (regional) de apoio aos projetos de cidades que evidenciem maior capacidade de mobilização de conhecimento e tecnologia existente na região;
- Apoiar a captação mais ambiciosa de talentos (e também a sua retenção na região), designadamente através da intensificação de candidaturas ao *European Research Council* e da organização de condições apelativas de acolhimento;
- Promover formas mais avançadas de cooperação empresarial intersetorial, tendo em vista posicionamentos mais proativos de redução de vulnerabilidades face à fragmentação de cadeias de valor internacionais (que não devem ser confundidos com retorno acrítico a projetos de substituição de importações sem perspetivas de viabilidade económica) e de exploração de nichos no mercado global;
- Promover a implementação da estratégia regional de desenvolvimento turístico da Região Centro promovida pela Entidade Regional de Turismo do Centro numa lógica de valorização das dinâmicas de inovação compatíveis com as prioridades da RIS3 do Centro e também de alargamento sustentado da base territorial de competitividade

turística da região, projetando o turismo como um instrumento de compatibilização das lógicas de inovação da RIS3 do Centro com os objetivos da coesão territorial.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

A prioridade estratégica formulada em torno do reforço e diversificação das dinâmicas de inovação tem implícita uma dimensão estrutural que, em princípio, resiste aos efeitos provocados pela crise pandémica na saúde pública e na forte recessão económica que a acompanha. Por isso, do ponto de vista mais geral, a formulação desta prioridade mantém-se incólume, o que não significa que a sua operacionalização não deva ser ela própria reequacionada face à dimensão das duas crises e, sobretudo, da sua interação dinâmica.

Alguns aspetos podem indicativamente ser explicitados:

- A investigação científica e tecnológica não deixará de refletir as prioridades de investigação pública ditadas pelo surto pandémico e pela necessidade de capacitação dos sistemas públicos para a resposta à pandemia, como os exemplos da investigação médica sobre os efeitos do COVID-19, da procura de vacinas e novos fármacos, da rastreabilidade (“*traceability*”) dos processos de disseminação e contágio e da organização digital dos processos de trabalho que o ilustram;
- As empresas da região enfrentarão os seus desafios de inovação, modernização, qualificação e internacionalização num ambiente recessivo inicialmente não previsto, que sem a ajuda de planos específicos de recuperação económica poderão implicar diferimento de investimentos de inovação, tornando mais complexa a avaliação do seu retorno;
- Em matéria de internacionalização, o estado da arte das cadeias de valor globais nas quais as empresas devem situar-se vai prolongar algum ambiente de incerteza, percecionado de modo diferente pelas empresas em função do grau de exposição à fragmentação dessas cadeias de valor globais; a pandemia potenciou recuos que o populismo económico determinou em termos de globalização e, por isso, o contexto de internacionalização será diferente, com novos *mixes* de oportunidades e ameaças;
- A inovação no turismo deixará de ser uma palavra vã e difícil de ser preenchida com tipologias concretas de projetos de inovação já que muito provavelmente será o setor de atividade que mais brutalmente será impactado pelas sequelas da pandemia, embora gerando igualmente oportunidades para outras formas de fruição turística dos territórios para as quais, aliás, a Região Centro está muito bem posicionada;
- Os desafios organizacionais para a flexibilidade empresarial, com a digitalização à cabeça como instrumento facilitador dessa flexibilidade, tenderão a constituir uma modalidade forte de inovação, aconselhando por isso os sistemas de incentivos a acolher essas tipologias de inovação;
- A experiência de digitalização do trabalho realizada como adaptação de confinamento face à pandemia traz matéria relevante para rediscutir as condições de organização do trabalho à distância, integrando nessa perspetiva as implicações organizacionais nas empresas e nas famílias, sobretudo do ponto de vista da otimização de deslocações casa-trabalho e de novas oportunidades para o trabalho em territórios de menor densidade populacional.
- Os desafios da transformação digital e da Economia 4.0 em contexto pós-pandemia tenderão a intensificar necessidades de reconversão dos modelos de negócio e modelos organizacionais e sua readaptação para setores de maior valor acrescentado, que

representam aliás uma das dimensões mais relevantes da já referida Economia 4.0, com forte potencial para alavancar outros modelos de desenvolvimento como a economia circular e/ou a economia verde.

7.2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral

Dotar a região de condições de conectividade digital e de mobilidade em geral numa perspetiva de (i) condições de suporte à internacionalização, (ii) de fixação de recursos humanos nos territórios mais carenciados de rejuvenescimento demográfico e de (iii) capacitação de ativos e cidadãos

Fundamentos

O reforço das condições de internacionalização da Região Centro e a maior repercussão do seu potencial de inovação em termos de produção e exportação de bens e serviços transacionáveis são indissociáveis de alcançar uma significativa melhoria do posicionamento da região do ponto de vista das infraestruturas para a internacionalização e competitividade, instando à redução dos custos de contexto associados à movimentação de produtos para os mercados externos, mas sem perder de vista as preocupações inerentes em matéria de eficiência energética e sustentabilidade ambiental. A relação da região com a estrutura aeroportuária do país, a valorização económica dos portos de Aveiro e Figueira da Foz no quadro da rede de infraestruturas portuárias do país, as infraestruturas logísticas articuladas com o transporte marítimo, ferroviário e rodoviário e a melhoria das conexões internas do território da região com os grandes eixos viários de saída para o estrangeiro são domínios inquestionáveis de melhoria de posicionamento geoestratégico e territorial²⁹. Trata-se indiscutivelmente de uma prioridade regional, mas é também uma prioridade nacional, pois o país não pode permitir que um valioso potencial de inovação transferível para a capacitação da exportação nacional geradora de maior valor acrescentado nacional na exportação não seja concretizado por insuficiências de investimento em infraestruturas para a competitividade.

Independentemente das condições de financiamento de tais investimentos, a superação dos défices de mobilidade competitiva da região exige que não se ignorem investimentos necessários do ponto de vista infraestrutural, incluindo os viários. Determinados projetos não são compatíveis com investimentos de mobilidade suave e têm de ser inscritos numa lógica de competitividade regional, nomeadamente: (i) a conclusão/modernização do IP3 (dada a necessidade imperiosa de eliminar a sua sinistralidade) e do IC6 e IC8 e a concretização de alguns

²⁹ Em concordância com o previsto no conjunto de projetos estruturantes estabelecidos no Plano Nacional de Investimentos 2030 com relevância para a região, nomeadamente, no domínio respeitante aos Transportes e Mobilidade e respetivos subsetores ‘Mobilidade sustentável e transportes públicos’; ‘Ferrovia’; ‘Rodovia’; ‘RodoFerrovia’; ‘Marítimo-portuário’; e ‘Aeroportuário’. Neles, são contemplados os programas de ‘Promoção da mobilidade elétrica’, ‘Promoção de Soluções inteligentes e inovadoras de mobilidade urbana’, o ‘Programa de Eletrificação e Reforço da Rede Ferroviária Nacional’, o ‘Programa de adaptação de infraestruturas de transportes às alterações climáticas’, entre outros.

investimentos do tipo *last mile*, para fecho de redes; (ii) a superação das indefinições da ligação Aveiro-Salamanca; (iii) a colocação da linha do Oeste em condições de qualidade de serviço com a modernidade do transporte ferroviário para o século XXI; (iv) a modernização das linhas da Beira Alta e da Beira Baixa; (v) a consolidação das plataformas logísticas em torno dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz e a consolidação dos portos da Nazaré e de Peniche enquanto interfaces mar/economia; (vi) a qualificação das infraestruturas logísticas que a Guarda pode acolher. O mesmo se diga da necessidade de reequilibrar a posição da Região Centro do ponto de vista do seu posicionamento face aos aeroportos do Porto e de Lisboa e de estudar a viabilidade de uma infraestrutura que sirva diretamente a região. O risco de privilegiar a infraestrutura competitiva das duas áreas metropolitanas sem acautelar a valia produtiva da Região Centro compromete a competitividade nacional. É nessa perspetiva que, para além dos investimentos infraestruturais atrás assinalados, a definitiva modernização da ligação ferroviária Porto-Lisboa é um investimento crucial para aquele reequilíbrio e para que a Região Centro disponha de rápidas e eficientes ligações aos aeroportos do Porto e Lisboa. Ao mesmo tempo, a melhoria de posicionamento da Região Centro face às infraestruturas aeroportuárias de Lisboa e do Porto não é incompatível com a persistente necessidade e aspiração regional de uma infraestrutura aeroportuária, não ignorando ainda a necessidade de conceber um racional de articulação, especialização e coerência para os aeródromos existentes na região. Nas condições de indeterminação que ainda não foram dissipadas e que são substancialmente agravadas pelas ameaças que pairam sobre o transporte aéreo, a possibilidade de a Região Centro dispor de uma infraestrutura aeroportuária continua a suscitar a atenção de muitos atores regionais.

É tempo igualmente de tirar partido das dinâmicas e iniciativas observadas na região em termos de mobilidade suave e sustentável, criando condições para uma nova geração de políticas, designadamente em termos de ligações entre áreas urbanas e áreas em ambiente natural associadas e através da valorização do papel da bicicleta e dos veículos elétricos, valorizando em simultâneo a capacidade de produção industrial da região nestas áreas.

Esta linha de estratégia articula-se com a agenda europeia “Por uma Europa mais Conectada” e, do ponto de vista da sua integração com as agendas temáticas nacionais, cruza-se com várias dessas agendas, já que nesse campo não existe uma agenda nacional para as questões da conectividade e mobilidade.

Nessa perspetiva, entendendo a revolução digital também como um instrumento de capacitação, articula-se com a agenda “As Pessoas Primeiro”, ao passo que, do ponto de vista do seu contributo para a competitividade, articula-se com as agendas “Um País competitivo externamente e coeso internamente” e “Inovação e qualificações”, e, finalmente, na perspetiva do seu contributo para a atratividade dos territórios mais carenciados de ‘energia demográfica’, articula-se com a agenda “Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”. À medida que a transformação digital adquirir uma amplitude societal ela abre simultaneamente desafios e oportunidades para a transformação digital das organizações (empresas e administração pública em praticamente toda a gama de serviços públicos). Uma transformação desta envergadura só é possível com um processo transversal de formação de competências.

Pela sua amplitude e pelo facto de integrar também as condições de mobilidade em geral, esta linha de estratégia relaciona-se com algumas questões de cobertura por parte de programas

operacionais regionais, mas, como foi inicialmente sublinhado, a estratégia regional proposta é mais ampla do que a sua materialização num corpo de prioridades acomodáveis num programa operacional regional tipo.

Acresce que, dada a recente assunção de competências de autoridade intermunicipal de transportes assumidas por CIM da região, importa criar condições para que o exercício dessas novas competências possa ser concretizado em pleno e com eficácia. Essa capacitação e a robustez da intervenção das novas autoridades intermunicipais são cruciais para afirmar o seu campo de intervenção e, sobretudo, serem reconhecidas no plano da organização territorial dos serviços do Estado.

As autoridades intermunicipais de transportes com atuação articulada no plano regional podem constituir oportunidades relevantes para aprofundar processos de interoperabilidade e de intermodalidade aspirando a um nível superior de integração de serviços designadamente de bilhética, em que a preocupação de uma melhor integração dos transportes coletivos tradicionais com modos pessoais e inovadores de transporte e a mobilidade de grupos vulneráveis devem emergir como prioridades de nova geração. Existem na região recursos de conhecimento capazes de alimentarem por essa via as funções de laboratórios inteligentes de mobilidade em ambiente urbano e interurbano.

Em termos que a resposta à pandemia COVID-19 veio claramente reforçar, impõe-se uma melhoria significativa da dotação regional em matéria de rede digital com capacidade de cobertura de todo o território, assegurando a equidade territorial neste domínio. Não só na perspetiva de criação de condições para o exercício do teletrabalho, mas também na do apoio às condições de autoformação de alunos e, sobretudo, como condições fundamentais para assegurar a melhoria das condições de mobilidade de pessoas no território, a melhoria das infraestruturas digitais com relevo para a rede de telecomunicações é crucial.

Principais linhas de intervenção

O âmbito desta prioridade de intervenção é diversificado e, nessa medida, as linhas de intervenção propostas distribuem-se por vários domínios, interpelando diferentes políticas públicas:

- Investir na melhoria de cobertura territorial da rede de telecomunicações que serve a região;
- Conceber e formatar um programa regional de formação de competências para a transformação digital, de simples ações de suporte aos processos de aprendizagem ao longo da vida com programas tutoriais de concretização e supervisão *online* até ao reforço da oferta de qualificações nesses domínios, incluindo qualificações intermédias, superiores e avançadas;
- Apoiar projetos de reorganização de centros de formação e outras entidades com intervenção na formação de competências digitais focados na transformação digital enquanto modelo de organização pedagógica e de participação de formandos,

preparando a região para melhores condições de combinação entre a natureza crucial da formação presencial e da formação à distância;

- Promover o surgimento de zonas industriais inteligentes e que possam ser piloto para testar novas tecnologias (e.g. 5G);
- Promover, em articulação com as ações da prioridade estratégica 1, a concretizar através dos sistemas de incentivos de suporte à competitividade e à inovação programas de transformação digital de modelos de negócio empresarial e de digitalização de processos produtivos;
- Apoiar a criação em territórios de baixa densidade de núcleos de concentração e disseminação de competências e serviços digitais, de suporte não só aos tecidos empresariais desses territórios, mas também ao reforço da resiliência das populações, consumada através de uma mais intensa utilização das tecnologias digitais (incluindo a formação associada a tais núcleos de serviços de intermediação e acompanhamento junto de públicos-alvo mais desfavorecidos em termos de literacia digital);
- Apoiar a capacitação digital das autoridades intermunicipais de transportes e a sua capacitação institucional e financeira para uma adequada intervenção no mercado dos transportes públicos, promovendo a melhoria de serviços de mobilidade às populações, com particular destaque para os territórios carenciados de soluções não tradicionais para a oferta de serviços públicos de transporte;
- Organizar e institucionalizar a rede de cooperação das Autoridades Regionais e Municipais de Transportes da Região Centro, tendo em vista o aprofundamento das áreas da interoperabilidade e intermodalidade entre diferentes modos de transporte, coletivos e individuais;
- Promover o envolvimento necessário e concertado de todas as instituições e entidades representativas da Região Centro na defesa de investimentos públicos estruturantes para a região no sentido de assegurar o acesso a uma rede de infraestruturas e transportes competitiva, sustentável e inteligente, nomeadamente nas áreas das infraestruturas aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e logísticas;
- Concretizar o programa de melhoria de condições de articulação viária da região, na sua tripla dimensão de promoção da coesão social e territorial, da competitividade e internacionalização e da qualidade ambiental;
- Concretizar o programa de modernização de infraestruturas ferroviárias para a região.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

O país, as regiões e as empresas e organizações em geral revelaram um elevado poder de reatividade e de adaptação aos processos de confinamento, em que o trabalho à distância se revelou um poderoso instrumento de minimização dos efeitos de crise económica suscitados pela pandemia. Mas por detrás dessa reatividade positiva outros problemas e insuficiências se revelaram tais como as difíceis condições de coabitação da vida familiar e desse trabalho à distância, a emergência de novos problemas organizacionais nas empresas não previstos com a duração dos processos de trabalho à distância, a resposta diferenciada das condições logísticas de suporte a uma vida em confinamento, a qualidade dos sistemas de telecomunicações penalizando seriamente alguns territórios e os cidadãos e empresas aí localizados.

A qualidade da conectividade digital revelou-se como um poderoso fator de flexibilização dos processos empresariais, organizacionais e sociais. Isso não significa que o trabalho à distância, o ensino e aprendizagem *online* e o próprio comércio eletrónico venham a emergir como soluções dominantes, nem isso seria desejável. Mas o que parece fundamental é que a região esteja preparada para a eventualidade de novos riscos desta natureza e que os aborde não apenas dependente da chamada reatividade criativa, mas sobretudo na sequência de uma preparação organizada e coerente.

Para além disso, a reatividade observada permitiu identificar insuficiências e lacunas desde a insuficiência de competências digitais, à má qualidade dos sistemas de telecomunicações e de internet, passando pelas desigualdades geradas pelas soluções à distância, de natureza territorial, familiar e pessoal, por vezes fazendo emergir ou mesmo amplificando as desigualdades económicas e sociais já existentes nesses territórios e nessas famílias. Abre-se, assim, um vasto campo de oportunidades para que a prioridade de valorização da conectividade digital possa dar origem a uma série de projetos e ações que permitam assegurar essa valorização com mais preparação e organização e, principalmente, a procura de soluções que minimizem as desigualdades.

7.3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional

Valorizar e densificar o sistema urbano regional segundo uma lógica de competitividade e de internacionalização da região e de sustentabilidade, racionalização, fixação e concentração de energias e recursos em contexto de acentuado declínio demográfico

Fundamentos

Esta prioridade de intervenção não se articula com nenhuma agenda europeia em particular, cruzando todas elas. Em contrapartida, no âmbito das agendas nacionais, a articulação concretiza-se essencialmente na agenda “Um país competitivo externamente e coeso internamente”, em particular no domínio da competitividade das redes urbanas.

A Região Centro é tratada no âmbito do PNPOT recentemente revisto como uma região com um sistema urbano policêntrico, no qual se deposita em grande parte a estratégia do ordenamento territorial. As cidades que integram esse sistema urbano policêntrico (não perdendo de vista a sua articulação potencial com o sistema homólogo de Castela e Leão e a promoção de um corredor verde no enfiamento da E80) apresentam um levado potencial de:

- Competitividade (pela atração de serviços intensivos em conhecimento, de recursos humanos avançados e pela criação de atmosferas favoráveis à inovação e à criatividade).
- Internacionalização (pelo seu papel proativo em redes internacionais de cooperação, pela atração de investimento direto estrangeiro, pela notoriedade da sua imagem e de eventos diferenciadores) e
- Sustentabilidade (pelas estratégias de circularidade, de mobilidade sustentável, de redução do conteúdo em carbono dos modelos urbanos e de adaptação à emergência climática).

Mas, de acordo com a estratégia regional Centro 2021-2027, as cidades do sistema urbano policêntrico da região desempenham ainda um outro papel relevante, que consiste, no que respeita às cidades que organizam o sistema urbano nos territórios mais interiores e de baixa densidade, em organizar recursos em contexto de forte declínio demográfico. Nesta sua última função, as cidades são fundamentais para combater a atomização de recursos em territórios carenciados de energia e iniciativa e constituem ainda preciosos instrumentos para organizar a atração de população jovem qualificada a esses territórios. Não só é fundamental consolidar dinâmicas de resiliência demográfica aí observadas, como capitalizar o seu papel na atração de novos residentes.

Uma nota final para relevar também a importância do sistema urbano em articulação com a organização dos Serviços de Interesse Geral (SIG) como instrumentos de planeamento e intervenção no território. Importa acautelar o risco de desaparecimento/ concentração de serviços em determinados territórios, uma vez que agravaria ainda mais a situação periférica e pouco atrativa de alguns territórios, arrastando-os para uma espiral recessiva de despovoamento e de falta de serviços essenciais, impedindo a existência de qualquer atividade económica de relevo.

Principais linhas de intervenção

Esta prioridade considera as seguintes linhas de intervenção:

- Conceber e formatar programas de internacionalização e competitividade para as cidades do sistema urbano da região com integração das dimensões de internacionalização e competitividade (atração e organização de eventos culturais e económicos, participação em redes de cooperação internacional e em projetos urbanos inovadores, estratégias urbanas para a atração de serviços intensivos em conhecimento e de novos residentes qualificados);
- Valorizar experiências de promoção de cidades inteligentes explorando as novas potencialidades introduzidas por matérias como a Internet das Coisas e Big Data, abrindo um novo ciclo de experiências de “*smart cities*” com diferenciação mais marcada e integrando o potencial destas novas dimensões;
- Valorizar a disseminação de projetos urbanos baseados na constituição de comunidades produtoras de energia;
- Promover, em articulação com o eixo prioritário 5 (ver ponto 7.5), a implementação de planos estratégicos exemplares de cidades circulares;
- Apoiar projetos exemplares de recuperação de património histórico e habitacional com reutilização funcional de edifícios e espaços e modelos de gestão e ocupação dos mesmos, em linha com os projetos de internacionalização e competitividade das cidades proponentes;
- Apoiar projetos classificáveis como boas práticas a disseminar, em termos de partilha e cooperação de recursos, equipamentos e oferta cultural e de animação urbana entre diferentes cidades ou redes para esse efeito constituídas;
- Apoiar a organização de uma rede regional de instituições e equipamentos com políticas culturais marcantes, focada na consagração da cultura como recurso de desenvolvimento dos territórios (independentemente das dinâmicas e dos recursos existentes);

- Apoiar projetos conjuntos de internacionalização de cidades e Universidades e Institutos Politécnicos;
- Apoiar a conceção de estratégias urbanas focadas na dinamização de territórios de baixa densidade e na racionalização da localização dos Serviços de Interesse Geral.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

Numa primeira e superficial análise, uma prioridade estratégica que está focada na valorização e densificação do sistema urbano regional é penalizada por uma crise pandémica em que os efeitos de contágio tendem a ser mais fortes em concentrações populacionais mais densas. Se essa observação pode ser pertinente para sistemas urbanos organizados em função de cidades de grande dimensão, esse não é o padrão de organização do sistema urbano do Centro claramente policêntrico e com uma dimensão média de cidades que podem, simultaneamente, acolher os efeitos benéficos da concentração e evitar os sobrecustos de dimensões urbanas desproporcionadas e fora do controlo urbanístico.

Pelo contrário, o sistema urbano da Região Centro deve ser entendido como um poderoso fator de organização dos Serviços de Interesse Geral (SIG) de suporte de proximidade às populações, constituindo o racional de planeamento e organização de sistemas como o de prestação de serviços de saúde e no apoio à doença, os serviços de proteção social aos idosos e as próprias estruturas de proteção civil.

Ora todo este sistema de planeamento necessita de ser reequacionado à luz dos ensinamentos trazidos pela crise pandémica e de ser preparado para o pós-pandemia, na convicção de que não estamos perante um fenómeno episódico que não deixará rasto perene, mas que pelo contrário estamos perante algo que pode repetir-se e cujos efeitos desta onda serão mais duradouros e impactantes do que era esperado.

Assim, esta prioridade estratégica deverá acolher projetos e ações prioritários que na lógica da valorização do sistema urbano regional reequacionem o sistema de planeamento da saúde pública, da proteção social e da própria proteção civil para um ambiente pós-pandemia.

7.4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região

Promover um combate sistemático às fragilidades e vulnerabilidades dos territórios da região, incluindo a exposição a riscos de vários tipos, segundo uma lógica de “as pessoas primeiro” e de planeamento inteligente da oferta de Serviços de Interesse Geral (SIG)

Fundamentos

Do ponto de vista da articulação com as agendas comunitárias e nacionais, este eixo de intervenção articula-se com a agenda comunitária de “Uma Europa mais próxima dos cidadãos” e, no plano nacional, com a agenda “As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades” e também parcialmente com a agenda “Transição climática e Sustentabilidade dos recursos”, particularmente no domínio da adaptação e

valorização do território, e a agenda “Um país competitivo externamente e coeso internamente”, em particular no domínio da competitividade das redes urbanas.

O fundamento mais relevante para a existência desta prioridade estratégica reside no reconhecimento da impossibilidade de promover sustentadamente a competitividade e a coesão regionais sem erradicar a incidência de um conjunto diverso de fragilidades e vulnerabilidades do território. Essas fragilidades tornaram-se mais evidentes com os trágicos eventos dos fogos florestais, mas trata-se de uma incidência que não se esgota nos territórios interiores de mais baixa densidade. Existe uma periferia próxima das sub-regiões mais desenvolvidas do litoral em que a baixa densidade e as fragilidades associadas também se registam, tal como se observa em alguns territórios NUTS III em que a partilha de espaços de competitividade e inovação com essas vulnerabilidades é uma questão central. E, para além disso, mesmo nos territórios mais densos do litoral a problemática dos riscos de variada natureza, desde os naturais aos tecnológicos, exigem uma intervenção consequente. Do mesmo modo, a abordagem a tais vulnerabilidades integra objetivos de acolhimento e fixação de novos ativos residentes, relevando o papel diferenciador da Cultura para integrar as condições de atração de talento aos territórios e por essa via favorecer também as condições de desenvolvimento do talento dentro de tais territórios.

Os SIG caracterizam-se por estarem sujeitos a obrigações específicas de serviço público, podendo ser prestados pelo Estado ou pelo setor privado, tendo como objetivo garantir o acesso universal a bens e serviços essenciais de qualidade a preços acessíveis a todos os cidadãos, independentemente do território onde vivem, abrangendo domínios como a habitação social, os transportes públicos, o abastecimento de água e energia, o saneamento e o tratamento de resíduos, as telecomunicações, os serviços postais, os serviços bancários, a segurança e justiça, os sistemas de segurança social, os serviços de apoio social, de emprego, educação, saúde e cuidados continuados.

A sua provisão tende a variar com as disparidades territoriais ou com as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, sendo sempre desafiados: nas regiões mais densamente povoadas, com os fluxos migratórios a fazer pressão sobre a sua provisão e a afetar a qualidade da oferta; nas regiões de baixa densidade, com a perda populacional e a falta de massa crítica a afetar a racionalidade da oferta. Impõe-se, por isso, a necessidade de capacitar estes serviços para abordagens mais integradas e inovadoras, ao mesmo tempo que se melhoram os processos de gestão, financiamento e regulação.

Releva aqui como obstáculo a clarificação de papéis dos vários níveis de governação envolvidos e a capacitação de todos os atores para o trabalho em rede e para o planeamento estratégico, para que a descentralização e a conceção de sistemas de governança multinível e multiescala destes serviços permitam, de facto, ganhos de eficácia e de eficiência, garantindo simultaneamente universalidade de acesso e diversidade de respostas.

Esta prioridade de intervenção cruza-se plenamente com as estratégias sub-regionais NUTS III que cabe às CIM formular devidamente integradas na estratégia regional. Há, assim, espaço, para que as CIM/NUTS III sejam convidadas a hierarquizar as fragilidades e vulnerabilidades que caracterizam os seus territórios e a inscrever nas respetivas estratégias regionais ações consequentes.

Principais linhas de intervenção

- Consagrar nas estratégias das sub-regiões NUTS III programas de abordagem e erradicação de fragilidades e vulnerabilidades identificadas na provisão dos vários SIG, em estreita interação com os GAL-ADL que operam nos respetivos territórios;
- Promover a implementação de novos modelos institucionais de prestação de serviços, instigando a cooperação territorial ou a liderança destes serviços pelas comunidades;
- Incentivar o ensaio de novas soluções em linha na provisão de SIG, apoiadas pela transformação digital;
- Conceber e formatar programas de reforço das condições de resiliência das populações de territórios rurais com maior risco de incêndios florestais e exposição a riscos naturais, designadamente os derivados das mudanças climáticas, em estreita cooperação com os serviços de proteção civil municipal e com as prioridades de localização de serviços de suporte em aldeias consideradas nucleares para a proteção de populações em situações de risco;
- Conceber e implementar programas de apoio à colocação de emprego jovem em instituições da região carenciadas de capacitação e apetrechamento técnico e humano, com a dimensão temporal adequada para estimular condições de fixação desses jovens;
- Conceber e implementar estratégias e planos de abordagem a riscos tecnológicos identificados nos trabalhos de ordenamento do território realizados seja pela CCDRC, seja pelas CIM da região;
- Aprofundar planos e trabalhos de defesa do Litoral, da zona costeira e do território adjacente, com atenção aos pontos mais críticos, designadamente entre Ovar e Mira;
- Apoiar programas de valorização económica de recursos endógenos focados na reconstituição e fortalecimento dos tecidos empresariais de territórios de mais baixa densidade;
- Apoiar estratégias locais de atração de jovens qualificados aos territórios de baixa densidade, no quadro da promoção de imagens mais positivas destes territórios como espaços de investimento e de residência segura;
- Promover a concentração espacial de serviços de suporte à atividade económica em territórios de baixa densidade, apoiando projetos exemplares do ponto de vista do combate à atomização de iniciativas;
- Conceber e operacionalizar um programa de reorganização da oferta de espaços de incubação em territórios de baixa densidade na região, com clarificação de funções e de serviços e de centros de recursos de suporte ao seu funcionamento;
- Apoiar projetos de configuração de modelos de negócio digitais para a valorização dos recursos endógenos;
- Conceber e implementar, em cooperação com as CIM e GAL-ADL um novo ciclo de apoio ao microempreendedorismo de base local, focado no robustecimento económico dos territórios com menor concentração industrial;
- Apoiar instituições da região vocacionadas para a atração e integração social e no mercado de trabalho de (i)migrantes, em articulação com estratégias locais de habitação de municípios que se queiram associar a esse objetivo regional de rejuvenescimento da população residente e da força de trabalho;
- Criar as condições institucionais necessárias para uma territorialização mais eficaz da política nacional de imigração ajustando-a às necessidades territoriais da região;

- Reforçar a aposta no envelhecimento ativo e saudável da população da região mobilizando o conhecimento científico existente nesta área, capacitando instituições regionais e locais para a sua aplicação e organizando o potencial de voluntariado.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

Está ainda por fazer uma análise espacial aprofundada dos efeitos provocados no território pela crise pandémica e pela crise económica e social associada. Por agora, sabemos que a incidência da crise sanitária, salvo surtos muito localizados nos territórios mais interiores, foi menos grave, embora saibamos também que os efeitos em matéria de crise económica e social são fortemente desproporcionados à incidência sanitária. Basta o efeito provocado pela pandemia global nos fluxos turísticos para uma região com fraca incidência pandémica poder enfrentar efeitos devastadores em termos económicos e sociais.

Nestes termos, as fragilidades e vulnerabilidades dos diferentes territórios da região, cuja mitigação constitui o foco desta prioridade estratégica não podem deixar de ser reequacionadas à luz dos riscos pandémicos, da que tentamos debelar e das que poderão emergir no mundo.

Simultaneamente, o facto de a região apresentar territórios particularmente bem-adaptados a uma fruição turística da natureza e do património natural compatível com a segurança sanitária deve constituir uma oportunidade única para a emergência apoiada de novos projetos empresariais nesse domínio. A estas oportunidades não poderá também deixar de se acrescentar a conquista de um limiar mais exigente de cobertura digital desses territórios, bem como de oferta qualificada de outros serviços de interesse geral que tornem estes territórios inquestionavelmente atrativos sob este prisma (como, por exemplo, telecomunicações, energia, água, gestão de resíduos, segurança, cultura, transportes públicos, saúde, entre outros).

Não deve ser esquecido ainda que a população idosa a viver em condições mais isoladas e nos territórios mais frágeis justifica especiais cautelas, mesmo tendo em conta que é menos propensa ao contacto com fatores de disseminação viral.

Por último, conviria acompanhar de perto a possibilidade de a pandemia ter incrementado o sentimento de pertença da população dos diferentes territórios face à região que os une, promovendo uma atitude solidária por parte dos agentes regionais para com os territórios com níveis mais baixos de desenvolvimento, que é uma condição necessária para a concretização da coesão territorial.

7.5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização

Promover a adaptação da região à emergência climática e à transição para uma economia e sociedade regionais de mais baixo carbono, incluindo a integração de modelos de negócio para a economia circular, a transformação de modos de produção agrícola e florestal e mudança no paradigma energético

Fundamentos

Tal como ressalta dos elementos de análise que organizam este documento, esta prioridade estratégica assume uma particular relevância, atendendo sobretudo ao problema que lhe está

associado e à sua incidência na região, bem como tendo em conta a relevante alocação de recursos que a programação comunitária lhe concede, desafiando a região e a sua capacidade de gerar projetos em conformidade com tal relevância.

Não se ignora também que os objetivos da adaptação proativa à emergência climática e à descarbonização constantes do Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*) não podem deixar de ser articulados com a aposta na transformação digital, embora por conveniência de explicitação tais prioridades surjam neste documento alinhadas com prioridades de intervenção específicas. Embora nem todas as alterações de comportamento induzidas pela adaptação à pandemia possam ser plenamente conservadas após a retoma da atividade económica, todas as oportunidades de utilização dessas experiências para a mudança de comportamentos devem ser estimuladas.

A articulação desta prioridade de intervenção com a agenda europeia “Uma Europa mais verde e hipocarbónica” e com a agenda nacional “Transição climática e Sustentabilidade dos recursos” é claríssima. No que respeita a esta última, o número de domínios estratégicos relacionados é bastante significativo: desde a política climática e transição energética à adaptação e valorização do território, da mobilidade sustentada à economia circular e gestão de resíduos, da eficiência energética das cidades e ciclo urbano da água aos domínios da agricultura e florestas.

Esta prioridade estratégica convoca também a Região Centro para uma estratégia ambiental diferenciadora de largo espectro. Essa estratégia reclama da região e das unidades territoriais NUTS III uma profunda revisão do ordenamento agrícola e florestal, mobilizando entre outros contributos os elementos de conhecimento e proposta coligidos por planos de adaptação e mitigação às alterações climáticas elaborados por algumas CIM da região. Entre os resultados dessa revisão devem estar preocupações de equacionar novos modelos de produção e de ocupação do solo, a valorização diferenciada dos ecossistemas mais relevantes, da biodiversidade e da conservação da natureza e medidas de mitigação de riscos de erosão costeira e de supressão de alguns passivos ambientais³⁰.

Neste aspeto haverá que ter em conta o novo enquadramento legal aberto pelo Programa de Transformação da Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho), que cria figuras como o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem, as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e os Condomínios de Aldeia. O regime jurídico de reconversão da paisagem (Decreto-Lei nº 28-A/2020, de 26 de junho) completa o novo enquadramento. O abandono de solos tem como é conhecido consequências em termos de paisagens, o que reforça a relevância deste novo enquadramento.

Não menos importante será reconhecer que, neste novo contexto, haverá oportunidade para a região desenvolver iniciativas focadas num novo paradigma energético, algo mais do que o domínio mais restrito da eficiência energética o qual terá ficado abaixo das expectativas criadas

³⁰ Em concordância com o previsto no conjunto de projetos estruturantes estabelecidos no Plano Nacional de Investimentos 2030 com relevância para a região, nomeadamente, no domínio respeitante ao Ambiente e respetivos subsectores ‘Ciclo Urbano da água’; ‘Gestão de resíduos’; ‘Proteção do litoral’; ‘Passivos ambientais’; ‘Gestão dos Recursos Hídricos’; ‘Recursos marinhos’. Neles, são contemplados o ‘Programa de Aumento da resiliência dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais’, o ‘Programa de Promoção da transição para a economia circular no setor da água’, o ‘Programa de Promoção da eficiência da utilização de recursos na transição para a economia circular’, o ‘Programa de Proteção costeira em zonas de risco’, entre outros.

no atual período de programação. É matéria seguramente para a revisão da RIS3 do Centro, mas tem potencial para tocar outros domínios da programação regional. Empresas, famílias e territórios em geral podem beneficiar de um novo paradigma energético (e hídrico também), convocando a região para procurar diferenciação no quadro das diversas dimensões e apostas que a mudança energética poderá abarcar. Haverá condições para conseguir que as estratégias e projetos de eficiência energética adquiram uma dimensão coletiva cada vez mais pronunciada, de modo a ganhar escala em matéria de resultados.

A política do recurso água emerge no próximo período de programação como uma importante prioridade nacional cuja territorialização na região é largamente favorecida pela coexistência temporal da revisão da estratégia regional e do 3º ciclo do Planeamento da Gestão de Recursos Hídricos na região.

Com a diversidade de elementos de articulação com as agendas comunitária e nacional que este eixo apresenta, a diversidade das linhas de intervenção é disso uma consequência lógica.

Principais linhas de intervenção

- Rever no quadro dos futuros Programas Regionais de Ordenamento do Território que incidam na região a estratégia de valorização ambiental da Região Centro ajustando-a aos contributos já disponíveis de adaptação e mitigação das alterações climáticas e preenchendo lacunas ainda existentes;
- Operacionalizar, em termos de programação de investimentos e ações, planos existentes de mitigação e combate às alterações climáticas à escala intermunicipal e municipal;
- Concretizar o Plano de Ações de implementação da Agenda Regional para a Economia Circular na Região Centro;
- Apoiar a disseminação de projetos de economia circular em territórios de baixa densidade, revisitando modos de produção antigos e valorizando patrimónios culturais de saberes, heranças e memórias coletivas, para o que existe conhecimento no sistema universitário e politécnico da região;
- Apoiar a constituição a nível urbano de “comunidades de energia”³¹, entendidas como iniciativas coletivas de ação energética envolvendo a participação organizada de cidadãos no sistema energético;
- Apoiar projetos representativos e disseminadores de boas práticas em matéria de inovação de sistemas de produção agrícola, designadamente em territórios de nível elevado de *stress* hídrico, mas apontando também para a adoção de modelos produtivos e produções agrícolas mais resilientes e adaptados às condições edafoclimáticas dos diferentes territórios da região, consoante as suas particularidades³²;

³¹ No sentido que a Comissão Europeia lhe atribui: <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/energy-communities-overview-energy-and-social-innovation>.

³² Em concordância com o previsto no conjunto de projetos estruturantes estabelecidos no Plano Nacional de Investimentos 2030 com relevância para a região, nomeadamente, no domínio respeitante ao Regadio e respetivo subsetor ‘Revitalização do regadio e aumento da área regada’. Nesse subsetor, destacam-se o ‘Programa “Revitalização do Regadio” através da reabilitação ou

- Apoiar, em coerência com a linha de intervenção anterior, a modernização agrícola sob a forma de digitalização da agricultura (*high tech farming*);
- Apoiar ações de combate a pragas e doenças, de valorização de serviços de ecossistemas, da biodiversidade e da conservação da natureza e de valorização dos espaços naturais e da paisagem;
- Promover como corolário das três linhas anteriores, uma mais efetiva articulação da programação regional de base territorial com a programação do Programa de Desenvolvimento Rural;
- Apoiar projetos de cidades focados na redução do metabolismo económico urbano e na transição energética para cidades de baixo carbono;
- Apoiar a melhoria das condições do uso racional da água em termos agrícolas, industriais e de consumo urbano;
- Apoiar projetos de empresas que valorizem a transição para a economia circular, apostando na redução, reutilização, recuperação e reciclagem dos recursos;
- Reforçar as condições infraestruturais urbanas para o incremento substancial da mobilidade sustentável, designadamente elétrica;
- Operacionalizar na programação instrumentos de transversalidade das políticas ambientais e de sustentabilidade, com relevo para as ações de combate à erosão da orla costeira e defesa dos efeitos de riscos naturais (galgamentos e outros fenómenos) e para a valorização do potencial económico de áreas naturais;
- Desenvolver ações de valorização dos recursos hídricos (despoluição de bacias hidrográficas, reutilização de águas, eficiência hídrica, transvases, eficiência nos aproveitamentos hidroagrícolas, adequação de consumos e de disponibilidades, etc.), de recuperação de passivos ambientais (que inclua solos contaminados, pedreiras e minas abandonadas ou em risco, erosão costeira, águas poluídas, erosão de solos afetados pelos incêndios, áreas afetadas por radioatividade, amianto em edifícios, etc.), de combate à desertificação, de promoção da qualidade do ar e do ambiente em geral;
- Explorar, em cooperação com as autoridades nacionais, o quadro de oportunidades e exigências do Pacto Ecológico Europeu relativamente à Estratégia Regional, assegurando as respostas necessárias;
- Posicionar a Região Centro na liderança da valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos e entendida como ecossistema equilibrado de produtores, agricultores e cidadãos, transformando-a em recurso vital de perceção generalizada e coerente por todos os atores e territórios da região, dos modelos de gestão e ordenamento florestal (potenciando a melhoria das condições de observação da floresta a partir do espaço) à sua valorização económica e energética, passando pelo seu papel incontornável no sequestro de carbono ao serviço de uma estratégia mais alargada de descarbonização da região;
- Avaliar recursos para a criação na região de um Centro Tecnológico para a Valorização dos recursos da floresta, entendido como projeto estruturante a localizar no território do interior da região e com valências associadas de Centro de Competências e em articulação com os desenvolvimentos da recém-criada rede de polos de inovação para

requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas’, assim como o ‘Programa “Aumento da área regada como instrumento de desenvolvimento do território rural’.

a agricultura anunciada pelo Ministério da Agricultura³³ e com as prioridades a nível de ENEI e de EREI Centro que venham a ser estabelecidas para a floresta.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

A pandemia trouxe a nível mundial novos olhares sobre a questão ambiental e sobre a emergência climática. A ingenuidade de alguns desses olhares imaginou que o confinamento mais ou menos generalizado e a redução dos problemas ambientais associados à concentração e ao tráfego intenso mostravam a direção certa. Da mesma forma mostraram que os efeitos económicos devastadores desse confinamento sugeriam custos demasiado elevados e, sem surpresa, existiram mesmo detratores das políticas ambientais que aproveitaram a oportunidade para solicitar o recuo ou alívio de medidas de controlo e proteção ambiental.

A perspetiva reformista certa é de natureza diferente. Ela baseia-se no reconhecimento e evidência de que a pandemia abriu novas oportunidades de abordagem da emergência climática e da descarbonização das economias. É em tempos de recuperação que é possível orientar transformações e desincentivar de vez processos produtivos e consumos de recursos que agravam a emergência climática. A emergência climática existia antes da pandemia e não deixou por isso de existir e ameaçar.

A operacionalização desta prioridade estratégica no quadro pós pandemia acolherá favoravelmente projetos e ações inovadoras do tipo:

- Projetos de reorganização de relações casa-trabalho que minimizem deslocações em viatura própria;
- Projetos que promovam a adoção de modos de mobilidade suave, com ganhos evidentes em termos ambientais, energéticos, sociais e económicos³⁴;
- Projetos de reformulação e reorganização de espaços públicos em estreita articulação com projetos urbanísticos e habitacionais que privilegiem as condições de fruição generalizada desses espaços;
- Revisão de estratégias de habitação do ponto de vista das condições de eficiência energética e hídrica de habitações e da construção de tipologias mais ajustadas ao incremento do trabalho à distância.

³³ Apresentação realizada em 11 de setembro de 2020: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=f9717d22-32d4-44ad-b18f-704a6772807c>.

³⁴ Entre outros benefícios, destacam-se a maior eficiência do sistema de transportes ao contribuir para redução de emissões GEE, ruído, consumo de energia, congestionamento do tráfego. Em consequência, a melhoria da qualidade do ar e do ambiente urbano impactam no bem-estar físico, social e mental dos cidadãos em geral e na melhoria da saúde de quem opta por estes modos de mobilidade, uma vez que promove estilos de vida saudáveis; a redução do congestionamento do tráfego rodoviário, permite reduzir o consumo e a dependência energética, as despesas de saúde, as despesas familiares mensais com transportes.

7.6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais

Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, tendo em conta a diversidade dos modelos territoriais da região e mobilizando os importantes ativos de investigação, de conhecimento e de capacidade de intervenção existentes na região.

Fundamentos

Esta prioridade estratégica articula-se diretamente com a agenda europeia de “Uma Europa mais social” e no que respeita às agendas nacionais com a agenda “As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades”, com destaque para os domínios da promoção de inclusão e luta contra a exclusão e combate às desigualdades e também, parcialmente, com o domínio da sustentabilidade demográfica.

Promover a inclusão social e a coesão é fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável, pois ao criarem-se oportunidades para todos maximiza-se o potencial da sociedade e da economia, com efeitos positivos no emprego, na economia, nas qualificações e no desenvolvimento humano.

De facto, o subgrupo de SIG que incide nos serviços de apoio social, de emprego, educação e saúde são essenciais para garantir maior qualidade de vida a todos os cidadãos, sendo a sua eficácia e qualidade fatores chave para a competitividade e para a coesão, em particular nas regiões mais desfavorecidas. Acresce ainda que estes serviços concorrem diretamente para vários princípios e direitos estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e que fazem parte da matriz identitária europeia há já longos anos.

Neste domínio de intervenção, os períodos de programação anteriores foram implementados segundo um modelo de deficiente territorialização das políticas sociais, fruto de uma política setorial cujos principais instrumentos estão desenhados para uma relação direta entre os serviços da administração central e os territórios sem uma clara definição de estratégias regionais e sub-regionais em matéria das questões da exclusão e das desigualdades geradoras de fortes vulnerabilidades de grupos sociais ou de territórios específicos.

Com uma provisão de geometria variável, que tende a variar com as forças e fraquezas dos territórios, importa agora assegurar um modelo territorial suficientemente flexível para acomodar respostas novas e/ou ajustadas às necessidades específicas de grupos e territórios, capaz de agir à escala adequada e de se adaptar às mudanças e aos novos riscos, promotor e beneficiário de inovação, mobilizador dos vários atores sociais e do trabalho em rede.

A diversidade dos modelos territoriais em afirmação na Região Centro traduz-se obviamente em diferentes tipologias de problemáticas sociais. Sem embargo do papel de proximidade que cabe aos municípios e instituições de solidariedade social desempenhar, a intervenção a montante das políticas sociais, envolvendo a incorporação de conhecimento, a preparação e capacitação de agentes de intermediação e de ação social e a racionalização da oferta de recursos ganhariam substancialmente com a valorização da cooperação intermunicipal (nível sub-regional) e com uma estratégia regional para o cumprimento das agendas europeia e nacional anteriormente identificadas. A recente transferência de competências para os órgãos municipais e para as

entidades intermunicipais no domínio da ação social³⁵ vem dar lastro a este desígnio, procurando reforçar a autonomia local na gestão de serviços públicos de proximidade. Importa agora criar condições para o exercício eficaz dessas novas competências, a par com outras que já detinham, que passará obviamente pelo reforço de recursos e pela capacitação destas entidades nas áreas do planeamento e intervenção.

É também relevante reconhecer o importante contributo da Escola e dos processos educativos como espaços de combate à raiz de algumas tipologias de pobreza na região, como o revelaram os inúmeros e diversificados problemas gerados pelo confinamento escolar em período de pandemia.

Assim, neste novo período de programação, a estratégia regional do Centro aposta sobretudo na criação de referenciais de nível regional e sub-regional que possam viabilizar a concretização de um novo estágio na territorialização de políticas sociais de combate à exclusão social e às desigualdades, com uma maior racionalidade de aproveitamento de recursos e de adaptação de soluções às diferentes tipologias de problemas.

Principais linhas de intervenção

- Apoiar a conceção de referenciais regionais e sub-regionais (NUTS III) de identificação de tipologias de exclusão social e desigualdade e de abordagens integradas na resposta a estes fenómenos, que assumem formas complexas e multidimensionais, interpellando por isso à adoção de estratégias multissetoriais mobilizadoras de políticas que, em simultâneo, apoiem os rendimentos (mínimos), a integração socioprofissional (através de formação e de um mercado de trabalho inclusivo) e o acesso a bens e serviços essenciais (saúde, educação, habitação, guarda de crianças, etc.);
- Assegurar a capacitação técnica e organizativa dos municípios e das organizações da economia social da região, apetrechando-os para uma resposta mais eficaz às novas e às já conhecidas problemáticas sociais identificadas nos referenciais regional e sub-regional anteriormente referidos e para a avaliação do impacto da sua própria atividade;
- Conceber e formatar um novo ciclo de apoio a projetos de empreendedorismo social gizados segundo uma ótica de inovação social;
- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento residencial;

³⁵ Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sequência da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Aos órgãos municipais cabem as competências para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública. Às entidades intermunicipais cabe a participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, pelo exercício das competências das plataformas supraconcelhias e pela elaboração de cartas sociais supramunicipais para a identificação de prioridade e respostas sociais a nível intermunicipal.

- Promover projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de combinação das atividades culturais, desportivas e educativas como formas de combate à exclusão social, tirando partido entre outras condições da resposta das comunidades à pandemia COVID-19;
- Desenvolver a oferta de serviços de saúde com proximidade, qualidade e integração social, segundo uma lógica de reforço da capacidade de intervenção do SNS e a clarificação das condições de articulação entre as áreas da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para uma mais eficaz governação, designadamente na assistência médica a respostas sociais orientadas para o apoio a idosos;
- Apoiar estratégias sub-regionais (NUTS III) de mapeamento de carências (e de identificação de necessidades de investimento) em matéria de tipologias de serviços e equipamentos com oferta mais escassa e/ou com maior procura: cuidados a idosos e dependentes; cuidados a crianças (creches e serviços de amas); cuidados continuados integrados, incluindo os cuidados paliativos;
- Apoiar projetos demonstradores de boas práticas de valorização de recursos de investigação e de intervenção na área da saúde preventiva e promoção de estilos de vida saudável, focados nos públicos mais vulneráveis e com menor capacidade de acesso a cuidados de saúde.

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

A pandemia veio agravar problemas sociais já diagnosticados e suscitar novas tipologias de problemas. A população idosa e residente em lares ou isolada revelou-se um grupo de risco sério e a necessidade do seu confinamento suscitou por si só novos problemas, com desafios de grande magnitude para as instituições que assumem a responsabilidade do seu acolhimento ou de prestação de serviços diários e de cuidados de saúde *in situ* a esses grupos populacionais. A incidência da pandemia evidenciou generalizadamente por todo o país, para além da qualidade de algumas instituições, a presença de informalidade não regulada na prestação desses serviços, expondo fragilidades e evidenciando a existência de défices de oferta de soluções.

A população mais idosa que exercia um papel crucial no equilíbrio entre a intensidade de ocupação produtiva dos pais e a necessidade de acompanhamento dos filhos viu-se particularmente atingida pela confusão que as regras de proteção contra a pandemia involuntariamente estabeleceram entre distância física e social, imprescindível a primeira e exigente a segunda em termos de encontrar soluções criativas para manter a proximidade social sem comprometer a distância física de proteção.

Estima-se, por isso, que as instituições de proteção, acolhimento e prestação de serviços aos idosos possam desenvolver projetos de reequipamento, reorganização funcional e técnica e também de robustecimento de competências para enfrentar com êxito estes novos desafios que esta prioridade estratégica deve acautelar.

O mesmo se diga em relação à revisão de estratégias locais de habitação combatendo situações de coabitação descontrolada que se têm revelado nos parques estudos ainda disponíveis como fatores notórios de propagação desproporcionada de contágios.

Na mesma linha de preocupações abre-se ainda um campo de oportunidade para a mitigação/supressão de vulnerabilidades no acolhimento e integração de população imigrante, integrando aqui as condições habitacionais da sua integração nas sociedades locais, preocupação quanto mais justificada quanto se conhecem as necessidades de revigoração da dinâmica demográfica na generalidade das regiões portuguesas.

E, por fim, mas não menos importante, a prioridade das estratégias de conciliação da vida profissional e familiar como instrumento para uma participação mais equilibrada do homem e da mulher na vida societária e ativa tem à sua frente com o incremento do trabalho à distância novos desafios a explorar que não podem deixar de estar presentes nas políticas de igualdade de oportunidades e de género.

7.7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral

Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral segundo uma perspetiva de educação como fator de inclusão e de capacitação de indivíduos e organizações em termos das competências exigidas pela transformação da região

Fundamentos

Do ponto de vista da articulação com as agendas europeias, este eixo prioritário integra-se com a agenda “Uma Europa mais Social” e parcialmente (no que respeita às competências para a competitividade) com a agenda “Uma Europa mais inteligente”. Já do ponto de vista da articulação com as agendas nacionais, esta prioridade é estruturante da abordagem à prioridade “As pessoas primeiro”, proporcionando ainda uma forte articulação com a agenda “Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento” (designadamente os domínios da promoção da sociedade do conhecimento e da qualificação dos recursos humanos).

Tal como também se observa em relação às políticas sociais, em matéria de políticas de educação e formação e consequentemente a abordagem em termos de mobilização de instrumentos de política envolvendo ajudas do FSE, existe também algum défice de elaboração regional para uma territorialização mais eficaz dessas políticas. Nessa medida, entende-se que o próximo período de programação deverá envolver um esforço adicional na capacitação da região e das NUTS III para que esse défice possa ser colmatado. A necessidade de corrigir esse défice compreende-se também em função de competências acrescidas que os municípios irão assumir em matéria educativa no quadro do programa de descentralização em curso.

A região apresenta um sistema de educação e formação com elevado potencial de resposta para um novo impulso da qualificação de ativos (jovens e adultos) à luz do panorama de novas necessidades que a evolução estrutural da região tenderá a determinar. Na formação superior, destacam-se a abrangência e a capacidade de oferta da Universidade de Coimbra, a terceira Universidade do país, mas as restantes instituições universitárias e politécnicas têm sabido encontrar o seu próprio espaço de intervenção e diferenciação na interação com os seus territórios de influência. O sistema de formação básica, secundária e de âmbito profissionalizante tem concretizado paulatinamente a sua evolução para uma maior relevância da formação profissionalizante, cuja estabilização e minimização do problema do envelhecimento do corpo docente permitirá seguramente melhorias de qualidade na formação

ministrada e no reconhecimento por parte das sociedades locais e famílias do valor da formação aí ministrada.

Com este respaldo, as linhas de intervenção propostas são concebidas em função desse objetivo.

Principais linhas de intervenção

- Envolver a região num processo de identificação de competências digitais a suprir para uma maior eficácia na resposta às oportunidades da transformação digital e valorizar o papel de instituições de intermediação capazes de chegar às populações mais idosas e isoladas;
- Conceber um quadro prospetivo de necessidades de competências intermédias, superiores e avançadas, induzidas pelas apostas prioritárias da RIS3 do Centro, com envolvimento das principais entidades integradas do sistema regional de inovação do Centro e implicações nos apoios da programação 2021-2027 à formação de qualificações;
- Apoiar um novo ciclo de projetos de combate ao abandono e insucesso escolar, aprofundando metodologias, envolvendo progressivamente comunidades locais em torno das Escolas protagonistas e formuladas com base em resultados a atingir e articulando com políticas de combate à pobreza;
- Aprofundar abordagens focadas na redução do número de jovens com estatuto de não estarem nem empregados, nem em educação e nem em formação (NEET);
- Apostar na conceção e formatação de programas de formação de ativos empregados com base em evoluções tecnológicas prospetivas de diferentes setores por dimensão de empresa;
- Conceber programas de formação de jovens para a indústria com diferentes níveis de qualificação, designadamente reforçando CET e TeSP e promovendo formações curtas para a empregabilidade de jovens licenciados, designadamente do ponto de vista do reforço das suas competências digitais;
- Conceber e implementar programas formativos estruturados de apoio à reconversão de trabalhadores para novas áreas de trabalho, incluindo formação para a transição do trabalhador entre diferentes áreas, em conformidade com projetos de reorganização empresarial;
- Dinamização da educação e formação de adultos (ativos empregados e desempregados), nomeadamente através de ofertas de educação-formação ajustadas ao perfil e necessidades dos públicos-alvo e capitalizando experiências já desenvolvidas;
- Promover a capacitação de quadros técnicos de municípios para uma resposta eficaz à assunção de novas competências por parte dos municípios em matéria de educação;
- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em matéria de uma articulação mais eficaz entre a formação de técnicos intermédios (Cursos Profissionais e Cursos Técnicos Superiores Profissionais – TeSP) e os domínios prioritários da RIS3 do Centro;
- Apoiar centros de excelência de formação avançada em articulação com as grandes prioridades da especialização inteligente da região e focados na atração e fixação de talentos;

- Promover projetos de valorização e implementação de pactos rurais-urbanos, focados na cooperação de recursos entre estes territórios (a exemplo do proposto no quadro do modelo territorial de Viseu Dão Lafões).

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

Se aceitarmos que a pandemia tenderá a impactar as macrotendências que enquadram as estratégias de desenvolvimento de países e regiões e que a prospetiva das qualificações e competências é sensível à alteração dessas macrotendências, então a prioridade estratégica em torno da melhoria das qualificações da região não poderá deixar de refletir nos seus conteúdos tais efeitos.

Uma das constantes que emergiu dos efeitos da pandemia e do modo como o país e a região a ela reagiram é a perceção generalizada que o reforço transversal das competências digitais constitui um relevante fator de capacitação e de flexibilização da sociedade face aos novos desafios. Essa transversalidade envolve exemplos como a capacitação dos indivíduos para o melhor desempenho no trabalho à distância, a dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas combinando a formação presencial e a formação à distância, designadamente no enquadramento dos processos de autoformação orientada, a das empresas de logística de proximidade, a dos trabalhadores das empresas explorando novos modelos de negócio ou a dos médicos e técnicos de saúde para a medicina à distância.

Noutro plano, temos de integrar as necessidades de novas competências que a pandemia veio exigir aos quadros e técnicos de saúde e aos trabalhadores da proteção social e assistência a idosos.

E, não menos importante, a pandemia e os seus efeitos mais ou menos prolongados no tempo em matéria de crise económica trazem às empresas novas necessidades organizacionais para enfrentar os tempos de incerteza estrutural em que estamos mergulhados, apontando à flexibilização, à capacidade de atuar em ambientes contingenciais, tendências que não podem deixar de impactar o preenchimento das competências necessárias.

7.8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional

Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional das instituições, organizações e empresas da Região Centro no quadro do atual modelo de organização territorial do Estado e das transformações em curso em matéria de descentralização

Fundamentos

De acordo com as orientações emanadas da Comissão Europeia, as estratégias regionais para o período de programação 2021-2027 devem incorporar as orientações e prioridades a assumir pela região em matéria de mobilização dos instrumentos de cooperação internacional a nível comunitário, não apenas ao nível da cooperação transfronteiriça, mas de todas as dimensões de

cooperação e redes disponíveis no quadro europeu. Em coerência com a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela CCDRC nesta matéria, a cooperação internacional é entendida no âmbito da estratégia regional 2021-2027 como um importante instrumento de internacionalização da região, não só das suas empresas, mas também de todas as instituições e organizações em que a implementação da estratégia regional se baseia. O binómio cooperação-internacionalização é crucial a vários níveis: (i) constitui uma via para a afirmação diferenciada do modelo de desenvolvimento da região à escala europeia e internacional, promovendo melhores condições de inserção nas cadeias de valor internacionais no estágio atual da globalização pós pandemia; (ii) representa uma oportunidade de acesso ao que de mais relevante se concretiza na União Europeia em termos de inovação empresarial, organizativa e institucional, selecionando por essa via o conhecimento e as boas práticas mais pertinentes; (iii) pode ser um caminho para a atração à Região Centro de recursos humanos avançados; (iv) viabiliza uma maior familiaridade da região com as agendas europeias e abordagem aos desafios sociais europeus; (v) projeta os empreendedores regionais em mercados de financiamento que o sistema financeiro nacional dificilmente coloca à sua disposição. Deste modo, não havendo uma articulação imediata com as agendas europeias e nacionais definidas, esta prioridade de intervenção cruza várias delas com destaque para a agenda europeia “Uma Europa mais inteligente” e a agenda nacional “Um país competitivo externamente e coeso internamente”.

Para além deste enquadramento estratégico, há que assinalar que a CCDRC tem mantido ao longo dos últimos anos uma intensa participação nos mecanismos e fóruns de cooperação internacional no quadro europeu, entre os quais: cooperação transfronteiriça com Castilla y León e Extremadura; cooperação inter-regional no quadro do Sudoeste Europeu e do Atlântico, programas comunitários de internacionalização de atividades de I&D&I (*Eureka*, *Eurostars*, *Joint Undertaking*, ERA-NET); iniciativas de apoio a RIS3 em regiões menos desenvolvidas e correspondentes redes, designadamente no âmbito de iniciativas promovidas pelo *Joint Research Centre* e outras Direções Gerais da Comissão Europeia. A participação da CCDRC nessa diversidade de iniciativas tem sido sistematicamente acompanhada pela presença de atores e instituições regionais relevantes, algumas das quais transportam consigo a participação de empresas com elevado potencial de inovação, tendo gerado um volume de projetos e de investimentos relevantes em sucessivos períodos de programação. Ou seja, por via deste tipo de presença, cooperação europeia nas suas diversas modalidades e internacionalização têm sido combinadas apontando na direção que importa reforçar no próximo período de programação.

Por último, mas não menos importante, o Sistema de Universidades e Politécnicos da região Centro, com relevo para a Universidade de Coimbra devido ao seu património histórico-cultural, apresenta um elevado potencial de internacionalização, seja pelo nível de atração e diversidade de nacionalidades de estudantes e investigadores estrangeiros, seja pela cada vez mais notória política de internacionalização das suas estruturas de investigação.

Principais linhas de intervenção

Com os fundamentos atrás apresentados, o racional de prioridades de intervenção baseia-se em duas ideias principais: por um lado, ir além dos apoios já implementados em matéria de políticas de inovação e internacionalização às empresas, alcançando um propósito mais ambicioso e transversal à região de considerar os instrumentos de cooperação como elementos mais vastos de uma política de internacionalização; por outro lado, alavancar esforços já desenvolvidos pela

CCDRc em matéria de cooperação transfronteiriça, inter-regional e internacional e a participação por aí conseguida de atores regionais.

Poder-se-ia considerar que esta aposta poderia ser assumida como algo de transversal às restantes prioridades de intervenção. Porém, face à relevância do tema e de modo a favorecer uma mais clara alocação de recursos a este objetivo, a aposta é formulada como uma prioridade autonomizada.

As principais linhas de ação propostas são as seguintes:

- Alargar o campo da variedade relacionada e da transferência de tecnologia na RIS3 do Centro, estendendo práticas colaborativas a parcerias internacionais, seja na produção de conhecimento, seja na produção de tecnologia, seja na capitalização/valorização económica e social de resultados de projetos geradores de conhecimento e tecnologia;
- Intensificar a participação dos projetos de empreendedorismo de base tecnológica gerados na região em mecanismos de financiamento internacional especializado;
- Melhorar as condições de acesso da governação municipal e intermunicipal a boas práticas internacionais em domínios de relevo como a gestão para a sustentabilidade ou a promoção de inclusão social;
- Capacitar os agentes institucionais e empresariais da região para uma participação mais ativa em programas de financiamento comunitário direto;
- Criar recursos de capacitação e organização para que o Sistema Universitário e de Investigação Científica localizado na região possa aspirar a uma maior escala de participação em projetos europeus, tirando partido designadamente da relevante participação da Universidade de Coimbra no acesso ao programa Horizonte 2020 e nas boas práticas que pode ajudar a disseminar;
- Criar condições de excelência na investigação de suporte aos desafios societais, tirando partido da especialização tendencial já existente no sistema científico e tecnológico da região e promovendo a cooperação de recursos como instrumento de ganhos de massa crítica;
- Promover complementarmente uma maior notoriedade das agendas comunitárias e dos desafios societais na região;
- Alavancar projetos de alcance multiplicador gerados em programas de cooperação transfronteiriça, articulando-os com programas integrados de intervenção nesses territórios financiados no quadro do Programa Operacional Regional (POR) do Centro;
- Promover e apoiar a circulação internacional de agentes regionais focados na captação e transferência de conhecimento para a Região;
- Apoiar a participação de agentes regionais em projetos-piloto a nível europeu suscetíveis de disseminar na região boas práticas de inovação e governação, designadamente em domínios de desenvolvimento tecnológico que correspondam a prioridades da RIS3 do Centro;
- Promover programas de cooperação conjuntos entre o Centro de Portugal e Castilla y León, bem como na Euroregião EUROACE – Alentejo, Centro, Extremadura e definir uma nova estratégia de participação da Região Centro no Espaço Atlântico após a sua reconfiguração ditada pela saída das regiões do Reino Unido;

Implicações geradas pelos efeitos da pandemia

Esta prioridade estratégica é indiretamente impactada pelos novos cenários suscitados pela crise pandémica. Afinal trata-se de promover as melhores condições para a cooperação inter-regional para melhor responder às exigências que tais prioridades colocam às autoridades regionais.

De qualquer modo, pode falar-se de um conjunto particular de exigências que se colocam à governação regional suscitadas pelo que a pandemia nos trouxe:

- Assegurar uma maior fluidez e de cooperação de recursos na governação multinível para fazer face a desafios pandémicos e de rápida intervenção em crises de saúde pública;
- Reforçar a intensidade da cooperação de recursos para uma participação regional mais forte e robusta em processos competitivos de acesso a financiamento europeu em novas prioridades de investigação e inovação em domínios entendidos como cruciais para uma resposta europeia mais concertada às crises de saúde pública de natureza pandémica;
- Apostar na cooperação inter-regional com regiões europeias que se tenham destacado no desenvolvimento de boas práticas de governação no controlo pandémico e na organização de serviços públicos para a resiliência territorial;
- Apostar na cooperação internacional com territórios interessados em promover novos modelos de destino turístico;
- Estudar a viabilidade da promoção da identidade da Região Centro, quer interna quer externamente, através da criação da figura de Agentes de Promoção Económica, com atuação contratualizada ao nível de resultados, com a região.

7.9. Articulação com agendas estratégicas nacionais, europeias e mundiais para o período de programação

Nas páginas seguintes, ensaia-se a articulação das oito prioridades estratégicas preconizadas pela Estratégia Regional Centro 2030 com as agendas estratégicas nacionais e europeias. O ensaio de articulação poderá aumentar o seu nível de consistência quando a informação sobre a programação das referidas agendas for mais precisa e documentada.

		Prioridades de intervenção							
Articulação forte		1. Reforçar e diversificar territorialment e as dinâmicas de inovação	2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional	4. Combater as fragilidades e vulnerabilidade s de diferentes tipos de territórios da região	5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	6. Acelerar a conceção e operacionalizaçã o de respostas a novos e velhos problemas sociais	7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional
Articulação moderada									
Alguma articulação									
Agendas Europeias	Uma Europa mais Inteligente								
	Uma Europa mais verde e hipocarbónica								
	Uma Europa mais conectada								
	Uma Europa mais social								
	Uma Europa mais próxima dos cidadãos								
Agendas Temáticas Nacionais	As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade								
	Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento								
	Transição climática e Sustentabilidade dos recursos								
	Um país competitivo externamente e coeso internamente								

Em setembro de 2015, na Cimeira das Nações Unidas, foram aprovados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que enformam a Agenda 2030, em vigor para o período 2015-2030, pela resolução “A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta agenda traduz-se num ambicioso plano de ação internacional para o desenvolvimento, visando tanto os países em desenvolvimento como os considerados já desenvolvidos, abordando as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) de forma interligada, estabelecendo 169 metas universais a alcançar para o efeito.

Os 17 ODS repartem-se em cinco clusters, conhecidos como os ‘5P’s’: Pessoas (ODS 1 a 5); Prosperidade: (ODS 7 a 11); Planeta (ODS 6 e ODS 12 a 15); Paz: (ODS 16); Parcerias: (ODS 17).

Portugal apresentou ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, em 2017, o seu ³⁶Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo definido como prioritários os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14.

No exercício seguinte, procura-se ensaiar o alinhamento dos 17 ODS com as oito prioridades estratégicas propostas pela Estratégia Regional Centro 2030, sendo este um exercício meramente concetual, sem a densificação necessária que se imporá numa fase posterior.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		Linhas estratégicas							
		Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação	Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região	Valorizar e densificar o sistema urbano regional	Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional
1	1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares		*						*
2	2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável								*
3	3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades		*						*
4	4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos		*						*
5	5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas								*
6	6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos								*
7	7 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos								*
8	8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos								*
9	9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação								*
10	10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países								*
11	11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis								*
12	12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis								*
13	13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos								*
14	14 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável								*
15	15 - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, (...)								*
16	16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos (...)								*
17	17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável								

Legenda: Alinhamento Forte Moderado Indireto (*)

³⁶ Cfr. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf.

8. Territorialização da estratégia regional

8.1. Nota preliminar

Este capítulo da Estratégia Regional resulta de um exercício misto de combinação entre duas dimensões: por um lado, avalia e concretiza essa estratégia do ponto de vista das particularidades e posicionamento dos territórios NUTS III da Região Centro (Anexo 2); por outro lado, integra as linhas fundamentais de exercícios de planeamento já concretizados pelas CIM da região, designadamente os seus contributos de análise e enriquecimento de estádios anteriores deste documento. Como é óbvio, quando forem mais bem conhecidas e explicitadas as orientações governamentais para a elaboração dos documentos de programação 2021-2027, com destaque para o futuro Programa Operacional Regional Centro, as CIM terão oportunidade de aprofundar a sua participação no processo.

O alcance deste capítulo consiste, assim, em projetar a estratégia regional no território de cada NUTS III e, ao mesmo tempo, perceber como pode ser enriquecida pela visão construída a partir desses territórios.

Este entendimento radica na importância atribuída à NUTS III como território pertinente de territorialização de determinadas políticas públicas, sem embargo do reconhecimento de que a NUTS II é a unidade territorial pertinente para a territorialização de outras políticas públicas. Basta recordar, por exemplo, a relevância da unidade NUTS II para desenvolver uma estratégia de RIS3 e de fortalecimento da robustez do sistema regional de inovação e a relevância da unidade NUTS III para promover uma mais otimizada política de melhoria de condições de vida das populações para compreender este entendimento.

Este capítulo integra ainda para cada CIM elementos de projetos estruturantes identificados, seja a partir do documento tornado público do Programa Nacional de Investimentos 2030, seja com base nos documentos estratégicos elaborados pelas CIM, seja ainda de alguns contributos setoriais no âmbito do processo participativo de elaboração da presente estratégia regional.

É fundamental sublinhar que as referências aos projetos estruturantes não equivalem a um capítulo de programação vinculativa, mas antes de natureza indicativa e ilustrativa do potencial de concretização da estratégia regional em projetos estruturantes. A classificação utilizada foi a do PNI 2030.

É ainda importante sublinhar que algumas das propostas conhecidas das CIM apontam para matérias (como o combate à desertificação, a valorização integrada da fileira florestal, promoção de uma rede regional para a afirmação da cultura como recurso de desenvolvimento ou a revisão do mapeamento de infraestruturas tecnológicas) que serão melhor e mais eficazmente acolhidas quando esta estratégia regional se declinar em Programa Operacional Regional e quando nesse âmbito a CCDRC, se o considerar conveniente e em linha com as oportunidades de financiamento, as tratar no âmbito de programas regionais em que será possível fazer ouvir o pronunciamento estratégico das CIM.

Assumindo o princípio de que a qualidade da governação constitui uma condição facilitadora do desenvolvimento, a estratégia regional Centro 2030 visa alcançar níveis mais robustos de articulação entre estratégias regionais e sub-regionais, para cujo objetivo este capítulo representa um primeiro contributo.

8.2. CIM BEIRA BAIXA

No âmbito da preparação dos trabalhos para o período de programação 2021-2027, a CIM da Beira Baixa (BB) assumiu uma Visão para o horizonte 2030 assim formulada: “Em 2030 a Beira Baixa afirmar-se-á como um ecossistema resiliente, coeso e competitivo, capaz de reter e atrair capital humano e financeiro através de uma aposta consequente na valorização dos recursos, gestão de riscos naturais e adaptação às alterações climáticas, sustentada numa rede urbana de baixa densidade, policêntrica e multifuncional, conectada com a Europa”.

Desta Visão declinam-se alguns elementos relevantes para a diferenciação do território da BB no âmbito regional:

- A prioridade da fluidez de ligação à Europa enquanto região transfronteiriça e a possibilidade de nela ancorar uma plataforma de suporte ao transporte de mercadorias, em articulação com outros pontos logísticos do interior transfronteiriço da região;
- O papel estratégico da sua rede urbana, assumida como de baixa densidade, policêntrica e multifuncional, embora tirando partido da notoriedade e da concentração de serviços da Cidade de Castelo Branco;
- A relevância da atração de capital humano e financeiro ao território;
- A forte prioridade da valorização dos recursos naturais num quadro de sustentabilidade entendida como fator de diferenciação e de mitigação das alterações climáticas;
- A aposta no robustecimento das instituições do terceiro setor com particular destaque para a proteção de idosos e de outros grupos de risco, no quadro de uma adaptação ao contexto pós-pandemia.

Da versão preliminar das prioridades de desenvolvimento assumidas ressaltam cinco eixos prioritários de intervenção:

- Inclusão e capacidade de retenção e atração de população;
- Inovação e melhoria de qualificações como motor de desenvolvimento;
- Competitividade externa e coesão interna;
- Sustentabilidade e proatividade na valorização de recursos endógenos;
- Promoção de especializações competitivas (turismo, floresta e agroalimentar).

Neste contexto, a estratégia regional pode ser territorializada na BB segundo as seguintes prioridades de intervenção:

- Promover e valorizar atividades de produção e transferência de conhecimento-inovação para as empresas nos domínios de especialização competitiva propostos pela CIM BB, articulados com áreas incluídas nas prioridades da RIS3 do Centro turismo, floresta, agroalimentar, indústrias criativas e TICE;

- Organizar e capacitar instituições de base tecnológica e promoção do empreendedorismo focadas na promoção e sustentação de redes de cooperação no âmbito do Sistema Regional de Inovação do Centro e seus principais atores;
- Promover estratégias locais de atração de residentes (ativos e jovens qualificados) em estreita articulação com a atração e/ou reforço do investimento;
- Conceber e implementar um programa de animação para a sustentabilidade da rede urbana da BB;
- Conceber e implementar um programa coerente de valorização de recursos e espaços naturais da BB destinado a divulgar boas práticas de adaptação às alterações climáticas, iniciativas pioneiras de gestão e valorização económica de património natural (com destaque para a valorização luso-espanhola do Tejo internacional e para a necessidade de preservação do seu caudal) e atrair procura turística identificada com a fruição dos valores da sustentabilidade;
- Afirmar o protagonismo da BB num programa regional de combate à desertificação;
- Lançar um programa abrangente de modernização e adaptação funcional de infraestruturas e serviços de suporte à qualidade de vida e preservação de *habitats* naturais e humanizados, no quadro da promoção de um novo modelo de qualidade de vida na sub-região e da atração de novos residentes;
- Fortalecer institucionalmente e promover a dimensão da animação económica da cooperação transfronteiriça com a região da Extremadura espanhola;
- Lançar um novo ciclo de valorização do Parque Natural do Tejo Internacional, integrando a já anteriormente referida dimensão luso-espanhola.

Exemplos de projetos estruturantes

Transportes e Mobilidade

- Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030).

Rodovia

- IC31 -Castelo Branco/Monfortinho (PNI), enquanto itinerário complementar planeado para ligar a autoestrada A23 à fronteira espanhola através das termas de Monfortinho e com importância estratégica para a integração da economia da BB no mercado “interno” Portugal-Espanha. Forte articulação com a reforço e qualificação de áreas de acolhimento empresarial.

Ordenamento do Território

- Plano Intermunicipal de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais nomeadamente dos recursos hídricos e do Tejo internacional, das Serras da Gardunha, Malcata, Marateca, Barragem e Vales do Ocrea, impulsionando a adoção de práticas sustentáveis de visita do território;
- Plano Intermunicipal de valorização agroflorestal.

Recursos hídricos

- Construção da barragem do Alvito com múltiplos fins (apoio a agricultura biológica, descarbonização, regularização do Tejo, aproveitamento hidroelétrico)
- Reforço dos regadios

8.3. CIM BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

O território que corresponde à intervenção da CIM Beiras e Serra da Estrela (BSE) destaca-se na Região Centro pela imagem associada aos seus principais ativos ambientais e de montanha, à excelência de alguns recursos endógenos, à logística transfronteiriça e ao papel fundamental, estruturante e dinamizador que uma Universidade, como a da Beira Interior, pode desempenhar num território com estas características.

Das reflexões suscitadas pela CIM BSE no quadro da preparação da Estratégia Regional Centro 2021-2027, percebe-se um desígnio maior na agenda de desenvolvimento das BSE para o próximo período de programação. Esse desígnio pode ser resumido na criação de uma mais robusta e fluida relação entre conhecimento, inovação e sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Trata-se de um desafio que deve ser preocupação da estratégia regional e da própria revisão da RIS3 do Centro. O desígnio atrás assinalado está bem presente na visão definida para o território das BSE: “Um território desenvolvido, em termos sustentáveis, que reforce a sua capacidade de inovação e absorção, com base em recursos endógenos e políticas públicas inteligentes, ambientais, socialmente inclusivas e sustentáveis (IASIS). Um território capaz de garantir a longevidade das suas gentes e produções, com base em preceitos de melhor qualidade de vida e ambiental. Para tal, deve assegurar novas infraestruturas e serviços de mobilidade e acessibilidade a movimentos i(e)migratórios, tendo como destino ser um laboratório vivo de inovação institucional, económica e social”.

Exemplos de projetos estruturantes:

Turismo

- Valorização de produtos turísticos estratégicos e diferenciadores (turismo cultural, histórico, patrimonial e gastronomia e vinhos; turismo de natureza, *wellness*; turismo ativo e desportivo; turismo espiritual e religioso; turismo de negócios).

Infraestruturas para a competitividade

- Infraestruturas de fibra (de última geração), com melhoria substancial das condições de acesso à internet de banda larga em todas as localizações (urbanas, rurais e mais remotas) do território, fazendo uso de fibra ótica e sistema de antenas;
- Revisão articulada dos Planos Diretores Municipais, integrando um conceito de Campus Universitário de Excelência da Região-Cidade.

Transportes e Mobilidade

- Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030) e de sistemas de transporte a pedido;
- Investimento numa estrutura intermodal de transportes: aeroportuário; ferroviário; e rodoviário.

Rodovia

- Consagração como referencial de planeamento do Plano de Mobilidade CIM BSE e consideração de duas dimensões na preparação dos investimentos necessários: a dimensão intra-território da CIM com destaque para a melhoria da acessibilidade no

interior do maciço central do Geopark Estrela – Geopark Mundial da UNESCO e a dimensão inter Comunidades Intermunicipais;

- Entre a CIM BSE e CIM Coimbra: IC Coimbra/Covilhã;
- Entre a CIM BSE e a CIM BB, em especial, na melhoria da ligação direta, a Oeste, entre este território e o litoral Centro e Norte, concretamente através os Itinerários Complementares da Serra da Estrela (IC 6, 7 e 37);

Transição energética e descarbonização

- Criação de corredores verdes de florestação e biodiversidade;
- Planos de paisagem, reflorestação e descarbonização. Expansão das áreas protegidas. Transformação produtiva;
- Criação de rede de cidades, vilas e aldeias (CVA) circulares;
- Promoção de áreas industriais verdes e autossuficientes em matéria de produção e consumo de energias verdes;

Recursos hídricos

- Expansão e interligação dos regadios existentes, para reforço da capacidade de armazenamento e transporte de água;
- Proteção e valorização dos recursos hídricos dos rios: Côa; Zêzere; Alva e Mondego; com fins de produção de energia, descarbonização e sustentabilidade com certificação hídrica.

Desenvolvimento social e coesão

- Criação de uma rede de telemedicina e apoio social para um envelhecimento seguro e saudável;
- Requalificação de infraestruturas existentes; reforço de valências relacionadas com doenças degenerativas e cuidados continuados; realização de projetos-piloto de envelhecimento na comunidade; formação e requalificação profissional dos técnicos de saúde, de apoio e cuidadores;
- Programa de empreendedorismo rural e sénior.

8.4. CIM MÉDIO TEJO

O território do Médio Tejo, dada a sua localização geográfica e a estratégia da CIM Médio Tejo que aposta na “afirmação funcional deste território no contexto da Grande Região de Lisboa”, desempenha por essa via um papel de charneira no relacionamento da Região Centro com a aglomeração metropolitana de Lisboa. A visão estratégica definida pelo território aponta para a renovação em qualidade da base económica e de emprego e das condições para a atratividade de pessoas e de investimento, através da qualificação das funções, equipamentos e acessibilidades e da valorização transversal da sustentabilidade do território e dos recursos.

Analisando a reflexão prospetiva realizada pela CIM Médio Tejo seja do ponto de vista da revisitação da EIDT 2014-2020, seja na perspetiva da sua articulação com a estratégia da Região Centro, regista-se que a estratégia regional é territorializável no Médio Tejo segundo um

conjunto de orientações estratégicas centradas na aposta comum da qualidade, materializada nos domínios da (i) já referida afirmação funcional e resiliência territorial, ii) da qualidade de vida promovendo a coesão, (iii) da competitividade e atratividade (capitalizando a proximidade à AML), (iv) da valorização dos recursos, (v) da acessibilidade e das redes de conexão e (vi) da governação em que a transição digital, a economia do conhecimento e a eficiência coletiva do posicionamento em rede assumem especial destaque.

Importa sobretudo destacar a importância crucial para a estratégia do Médio Tejo da relevância do seu sistema urbano: (i) o triângulo Abrantes – Tomar- Torres Novas pela sua dupla relevância de articulação com outros territórios mais interiores e de mais baixa densidade e de articulação com a aglomeração metropolitana de Lisboa; (ii) a importância dos centros urbanos Entroncamento e de Ourém complementares a este triângulo e, finalmente, (iii) os centros urbanos de Mação, Vila de Rei e Sertã com um papel essencial de organização dos territórios de mais baixa densidade, da estruturação dos SIG nessa escala territorial e da promoção da atratividade a esses territórios.

O Médio Tejo apresenta-se, assim, como um território em que o sistema urbano valoriza simultaneamente duas dimensões: a da afirmação funcional em espaços mais alargados e a da organização e estruturação de territórios de mais baixa densidade, juntando-se a outros territórios NUTS III da Região Centro que devem ser considerados como nevrálgicos na concretização de níveis mais elevados de coesão territorial. O facto de serem territórios em que coexistem dinâmicas territoriais mais intensas com os problemas-oportunidades típicos da baixa densidade transforma-os em territórios de grande visibilidade e potencial para a concretização da estratégia regional Centro.

Consequentemente, a estratégia regional Centro apresenta-se na sub-região do Médio Tejo com um potencial de territorialização preferencialmente alicerçado nas seguintes dimensões:

- Reforço e consolidação de infraestruturas de base tecnológica, como o Parque Tecnológico do Vale do Tejo, que capitalize a sua proximidade ao ecossistema de inovação da região de Lisboa;
- Capacitação para a transformação digital, viabilizando designadamente novas formas de fornecimento de SIG;
- Reforço das condições de integração do Instituto Politécnico de Tomar na rede de instituições de ensino e investigação do SRI do Centro;
- Valorização dos ativos Tejo e Zêzere como recursos endógenos de multi-utilização e multi-aproveitamentos, com relevo obviamente para a sua qualidade de recurso turístico, mas também ambiental;
- Avaliação do protagonismo do Médio Tejo no quadro da eventual aposta nacional “hidrogénio” e em função dos desenvolvimentos técnico e económicos que esta opção vier a assumir;
- Melhoria e qualificação das diferentes dimensões do sistema sub-regional de saúde em articulação com políticas de atração de novos residentes;
- Conceção e implementação coordenada de estratégias locais de habitação numa perspetiva de instrumentos de atração de novos residentes;

- Valorização de produtos turísticos estratégicos e diferenciadores (turismo cultural, histórico, patrimonial e gastronomia e vinhos; turismo de natureza, *wellness*; turismo ativo e desportivo; turismo espiritual e religioso; turismo de negócios);
- Melhoria das condições de conectividade da NUTS III, com melhoria do sistema ferroviário, incluindo a estação ferroviária do Entroncamento, Travessia do Tejo e Ponte de Constância, conclusão das obras rodoviárias nos troços da A13, IC3, IP4, IC9 (incluindo ligação à A1), IC31 e EN238 (em articulação com os projetos estruturantes abaixo elencados);
- Estudo de alternativas de utilização do aeródromo de Tancos para a valorização deste recurso no quadro da estratégia de desenvolvimento da NUTSIII, da Região Centro e do país;
- Valorização dos territórios de baixa densidade como espaços de investimento e de residência segura;
- Foco na prospetiva de competências para todo o tecido empresarial e institucional do Médio Tejo como fator de competitividade e valorizando a aposta numa Comunidade Educativa inovadora, em linha com as tendências de desenvolvimento empresarial futuro.

Exemplos de projetos estruturantes

Logística

- Porta Norte de Lisboa -consolidação do eixo empresarial e logístico, valorização focada na concretização do potencial da localização geoestratégica do Médio Tejo;
- Concretização de infraestruturas e acessibilidades estruturantes associadas à Porta Norte, com requalificação da Variante à EN 361.

Infraestruturas aeroportuárias

- Estudo de viabilidade da abertura do Aeródromo de Tancos à utilização civil, em complemento da utilização militar, combinando utilização militar com usos civis.

Transportes e Mobilidade

- Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030).

Ferrovia

- Modernização Eixo Porto-Lisboa: troço Vale de Santarém Entroncamento (PNI 2030);
- Programa de sinalização e implementação do ERTMS/ETCS (PNI 2030);
- Requalificação da estação ferroviária do Entroncamento;
- Estação de Caxarias | Ligação da Linha do Oeste com a Linha do Norte;
- Programa de Supressão, na Linha da Beira Baixa, dos Atravessamentos das Linhas de Caminho de Ferro

Rodovia

- IC9. A23-Ponte de Sor e IC13. Ponte de Sor-Alter do Chão-Portalegre;
- Nova Ligação do IC9 à A1 na zona de Fátima, permitindo um maior fluxo no eixo interior/Litoral;
- Variantes à EN 118: valorização do potencial de serviço ao elevado conjunto de zonas industriais, com particular destaque para o “eco parque do Relvão”.

Ambiente – Gestão dos Recursos Hídricos

- Programa de adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações.

Ambiente – Transição Energética

- Reconversão da Central Termoelétrica do Pego, com valorização acrescida de resíduos florestais e outras formas de adaptação às prioridades do Fundo para a Transição Justa da União Europeia.

8.5. CIM OESTE

O território da NUTS III Oeste é marcado pela sua proximidade geo-territorial à aglomeração metropolitana de Lisboa, circunstância favorável do ponto de vista da internacionalização da marca Oeste Portugal que tem vindo paulatinamente a ser organizada e promovida. A sub-região tem-se notabilizado por uma tradição agrícola bastante expressiva sobretudo nas áreas da hortofruticultura, vinhos, agropecuária e agroalimentar em geral e por uma dinâmica industrial mais recente, sendo esta última acompanhada de um ganho de relevo do posicionamento do Oeste como NUTS III com território inovador (medido pelo peso das atividades de I&D no PIB). A dotação da sub-região em termos de capacidade instalada de recursos criativos e inovadores influenciou claramente a visão estratégica Oeste 2020 (2020 - Oeste Portugal, uma Região de Recursos Inteligentes).

A revisitação da estratégia regional para o horizonte 2030 retoma estes ativos diferenciadores, introduzindo uma dimensão transversal de capacitação para a transformação digital, reforçando o potencial de diferenciação da especialização produtiva no mar, agroalimentar e turismo (com aposta associada na valorização do património natural e cultural), afirmando as potencialidades do território para a economia circular e bioeconomia e para a resposta proativa à emergência climática e assumindo compromissos no combate ao insucesso escolar como fator crucial de inclusão e no robustecimento e capacitação da rede de serviços de proximidade. A visão Oeste 2030 assume a formulação “Região global focada na qualidade de vida da comunidade e na ativação de uma economia com cadeias de valor fortes, alavancadas pela inovação e gestão inteligente do conhecimento” que pode ser considerada um aprofundamento da visão Oeste 2020.

Confrontando as prioridades estratégicas formuladas para a estratégia regional Centro 2030 com as agendas estratégicas que a CIM Oeste equaciona para o seu próprio desenvolvimento, conclui-se que, no sentido em que a territorialização da estratégia regional é entendida, existem condições muito favoráveis para uma articulação eficaz dos referenciais estratégicos em presença. A CIM Oeste assume o desenvolvimento de sete agendas estratégicas (Competitividade e internacionalização; Investigação e inovação; Ação climática e bioeconomia; Qualificações e emprego; Inclusão e coesão social; Desenvolvimento territorial; Digitalização e desenvolvimento tecnológico), que são veículos preferenciais para a referida territorialização.

Assim, a estratégia regional apresenta-se na sub-região do Oeste com um potencial de territorialização preferencialmente alicerçado nas seguintes dimensões:

- Relevância do Oeste como plataforma de internacionalização da região, alicerçada sobretudo na sua proximidade geográfica à aglomeração metropolitana de Lisboa e na capitalização dos efeitos de extensão territorial para norte das dinâmicas de internacionalização dessa aglomeração;
- Contributo para uma maior fluidez de comunicação da Região Centro com as duas aglomerações metropolitanas, neste caso a sul;
- Contributo para a expressão e coerência do Sistema Regional de Inovação Centro do ponto de vista da relevância das infraestruturas de base tecnológica e criativa instaladas no território, do seu potencial de dinamização de I&D empresarial e de empreendedorismo de base tecnológica e criativa;
- Fortalecimento da presença da região no *cluster* do Mar e no potencial de desenvolvimento do Mar como área prioritária de especialização inteligente;
- Papel decisivo na confirmação da marca diferenciadora da Região Centro em termos de especialização agroalimentar;
- Contributo diferenciador para a natureza compósita em termos de produtos do destino turístico Centro;
- Contributo para a afirmação consistente da Região Centro no âmbito da implementação do Pacto Ecológico Europeu.

Exemplos de projetos estruturantes

Economia e Inovação

- Consolidação da Rede Oeste Empreendedor com dinamização da rede Espaços-Empresas e qualificação da rede de espaços de acolhimento empresarial;
- Implementação do “Projeto Oeste +Mercado”, com a integração de ações B2B (“*Business to business*”) e B2C (“*Business to Consumer*”);
- Estudo das condições de viabilidade de constituição de um polo de inovação da vinha e da gastronomia;
- Constituição do Centro de Inteligência Territorial do Oeste;
- Consolidação da marca “Oeste Portugal” no tecido económico da região e da estrutura de gestão da mesma com implementação das ações de marketing e comunicação;

Transportes e Mobilidade

- Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030).

Ferrovia

- Sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R – Linha do Oeste (PNI 2030);
- Eletrificação e instalação de sistemas de sinalização e telecomunicações no troço Caldas da Rainha-Louriçal da linha do Oeste (PNI 2030).

Rodovia

- IC 11 – 1ª fase (PNI 2030);
- Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras (PNI 2030);
- Variante à EN248 em Arruda dos Vinhos (PNI 2030).

Ambiente e mudança climática

- Desenvolvimento de um modelo integrador/projeto de gestão das redes de distribuição de energia em Baixa Tensão na Região Oeste;
- Desenvolvimento de um modelo de mobilidade público, universal e tendencialmente gratuito, com a constituição de uma estrutura de gestão adequada e o reforço e modernização da rede (incluindo a gestão de áreas de estacionamento) e sistema de transportes coletivos públicos (infraestrutura de suporte e material circulante) intermunicipal e entre o Oeste e a AML (quotidiana e turística), ou, de âmbito mais alargado, no contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Mobilidade sustentável

- Revisão e implementação das ações do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, com vista à redução das externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento e as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído);
- Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão inteligente da mobilidade (*smart mobility*), através da aposta na digitalização e em soluções inovadoras.

Regadio

- Programa “Revitalização do Regadio” através da reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).

Desenvolvimento social

- Implementação de medidas da Rede de Inovação Social do Oeste;

Saúde

- Criação do novo Centro Hospitalar do Oeste.

8.6. CIM REGIÃO DE AVEIRO

A Região de Aveiro projeta-se no horizonte 2030 com uma visão abrangente focada na criação de equilíbrios e complementaridades entre as dimensões da sustentabilidade ambiental, da inclusão, inovação, qualificação e competitividade. O seu quadro de objetivos estratégicos aponta para as dimensões da (i) valorização das pessoas, (ii) valorização dos recursos endógenos, (iii) manutenção de um contexto empreendedor e competitivo e (iv) inovação e qualificação dos serviços. Estes objetivos respondem essencialmente a quatro desafios: (i) inovar em serviços públicos orientados para a qualidade de vida, (ii) proteger e valorizar o território competitivo e sustentável, (iii) promover um contexto de suporte à competitividade e ao emprego e (iv) qualificar os instrumentos de governação.

A estratégia regional Centro 2030 projeta-se na Região de Aveiro nos seguintes termos, por ordem decrescente de prioridade:

- Uma fortíssima prioridade na concretização do potencial de inovação construído em torno da crescente atividade colaborativa entre o tecido empresarial aqui localizado e

as instituições mais dinâmicas do sistema de inovação da Região Centro criadas a partir da dinâmica da Universidade de Aveiro; a concretização desse potencial deverá focar-se no seu contributo para a diversificação da economia regional (a partir das áreas de especialização Mar e ria, agroalimentar e floresta, materiais e TICE), o reforço da sua capacidade de exportação em produtos de média e alta tecnologia, o avanço da digitalização e dos modelos de negócio associados, intensificação do empreendedorismo de base tecnológica, atração de investimento direto estrangeiro estruturante e atração de recursos humanos avançados e qualificados;

- Através do reforço de plataformas colaborativas entre o Poder Local, as Universidades e as Empresas, com projetos tão relevantes como o Parque de Ciência e Inovação da Região de Aveiro e o “Aveiro STEAM City” numa perspetiva de ampliação para a escala da NUTS III da Região de Aveiro.
- Um papel decisivo na consolidação de um modelo produtivo capaz de integrar a riqueza das mais-valias ambientais do seu território por via da mobilização do valioso conhecimento científico existente na Universidade de Aveiro nesta matéria, da aposta num sistema pioneiro e inovador de monitorização ambiental, pela adaptação a um novo paradigma energético e de economia circular e pela inovação na governação e gestão de alguns ativos ambientais, com relevo para a Ria de Aveiro como unidade de planeamento integrado;
- Reforço do posicionamento institucional e empresarial da Região de Aveiro na concretização da prioridade temática da economia azul na ENEI e na RIS3 do Centro;
- A valorização da ideia de Cidade-Região com incremento das formas de cooperação entre as principais cidades da NUTS III e desenvolvimento inovador das formas de governação e gestão consequentes para tornar essa cooperação eficaz e construir um espaço sólido de internacionalização integrando Cidades, Universidade e empresas;
- Uma aposta firme na melhoria de qualificações de jovens e ativos (com relevo para as tecnologias de comunicação e informação) em linha com a consolidação do sistema de inovação e das necessidades de recursos humanos qualificados, com o desafio de incrementar decisivamente a participação da mulher no processo de melhoria de qualificações;
- Uma frente ampla de investimento municipal e intermunicipal na inovação em serviços públicos orientados para a qualidade de vida (Saúde, Cultura, Educação, Desporto e Inclusão), com relevo para a qualificação da rede de cuidados de saúde regional;
- A melhoria das condições de conectividade digital simultaneamente como instrumento de internacionalização e coesão territorial e a resolução de questões críticas de mobilidade perturbadoras da igualdade de oportunidades entre territórios do ponto de vista da competitividade a partir da estruturação da mobilidade ferroviária induzida pela ligação Aveiro-Viseu-Salamanca.

Exemplos de projetos estruturantes

Economia e inovação

- Consolidação do Parque de Ciência e Inovação (Aveiro Creative Science Park) com reforço da capacidade de acolhimento e desenvolvimento empresarial e de negócios da infraestrutura;
- Concertação com as restantes CIM litorais da região de projetos de instalação de unidades de aquacultura, tendo em vista o aumento da capacidade regional de substituição de importações em matéria de pescado;
- Consolidação e capacitação do ECOMARE (Laboratório para a Inovação e Sustentabilidade dos Recursos Biológicos Marinhos da Universidade de Aveiro) e do CITAQUA (Centro de Inovação e Tecnologia em Aquacultura).

Transportes e mobilidade

- Vias para a Competitividade (PIMTRA): conjunto de Vias Estruturantes de sustentabilidade dos acessos a áreas de Localização Empresarial da Região de Aveiro, definidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes / PIMTRA, e cuja concretização tem como principal objetivo, a redução dos custos de logística das empresas e das emissões de CO2 das viaturas; pesadas de transporte de matérias primas e produto acabado das Empresas da Região de Aveiro
- Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030).

Ferrovia

- Corredor Internacional Norte: Nova troço Aveiro/Mangualde (PNI 2030).

Rodovia

- EN333 Ligação do Nó de Águeda do IC2 à EN235 em Perrães para acesso à A1 (PNI 2030);
- Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 (PNI 2030).

Marítimo-portuário

- Reconfiguração das acessibilidades marítimas e adequação das infraestruturas portuárias do Porto de Aveiro;
- Reforço da conectividade da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) do Porto de Aveiro;
- Reconversão do Terminal Sul do Porto de Aveiro numa plataforma logística e reabilitação da sua área adjacente para desenvolvimento de atividades de construção naval e de náutica de recreio;
- *Roadmap* para a transição energética nos portos de Aveiro;
- Desenvolvimento e implementação do conceito "Smart Port" no Porto de Aveiro, através da melhoria das condições de conectividade digital e mobilidade em geral.

Ambiente – Gestão de Recursos Hídricos

- Programa de Adaptação das regiões hidrográficas aos riscos de inundações (PNI 2030);
- Qualificação da Ria de Aveiro, Defesa Costeira e Gestão das Alterações Climáticas: prosseguir o investimento desenvolvido pela Polis Litoral Ria de Aveiro na qualificação e valorização da Ria de Aveiro, articulando essas ações com os investimentos necessários

na defesa da orla costeira nomeadamente nas zonas de maior risco dos municípios de Ovar, Ílhavo e Vagos.

Regadio

- Programa “Revitalização do Regadio” através da reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).

Saúde

- Capacitação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) / Ampliação do Hospital Infante D. Pedro e Qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja.

8.7. CIM REGIÃO DE COIMBRA

A composição territorial da CIM Região de Coimbra integra municípios e territórios em estádios de desenvolvimento muito diferenciados e densidades também muito desiguais, implicando por isso uma territorialização particularmente exigente.

A revisão da EIDT está construída para servir uma Visão Estratégica que assume três dimensões: (i) a da exemplaridade ambiental, com os vetores da economia circular, dos recursos hídricos, da transição energética, da emergência climática e riscos a defini-la; (ii) a da liderança dos processos de inovação e exportação, suscitando o desígnio de transformar a primeira em avanços mais significativos em matéria de exportação e de aumento do valor acrescentado nacional por ela veiculado; (iii) a do compromisso com a valorização dos recursos endógenos, mobilidade e equidade social. As prioridades estratégicas da EIDT 2014-2020 são mantidas, com três apostas bem definidas na (i) valorização dos recursos endógenos, (ii) inovação e capital humano e (iii) coesão e inclusão social, mantendo duas apostas transversais, (iv) a da rede urbana e (v) a da governação e eficiência na intervenção pública. Do ponto de vista dos eixos de ação, a revisão da EIDT segue as agendas europeias: (i) Coimbra uma região + inteligente; (ii) Coimbra mais verde e hipocarbónica; (iii) Coimbra mais conectada; (iv) Coimbra mais social e (v) Coimbra mais próxima dos cidadãos.

Nestes termos, a territorialização da estratégia regional na Região de Coimbra concretiza-se através das seguintes prioridades, apresentadas por ordem decrescente de articulação com a formulação da EIDT:

- Consolidar a relevante rede de universidades, centros de investigação, infraestruturas de base tecnológica focadas na valorização e transferência de conhecimento e incubação (com relevo para as tecnologias aplicadas das Engenharias e das Ciências da Computação), focando essa consolidação no incremento da I&D e da inovação empresarial em PME e reforçando os laços com a exportação de bens de média e alta tecnologia e de serviços intensivos em conhecimento e reforço do valor acrescentado nacional por ela veiculado;

- Reforçar o posicionamento institucional e empresarial da Região de Coimbra na valorização da economia azul e da economia verde como vetor de desenvolvimento prioritário da ENEI e da RIS3 do Centro;
- Reforçar a transferência de conhecimento para os territórios de mais baixa densidade da região e para os processos de valorização de recursos endógenos;
- Capacitar e organizar em termos técnicos e humanos dos territórios mais vulneráveis a fenómenos climáticos e riscos naturais;
- Promover a exemplaridade ambiental da região com um programa coerente de investimentos (da qual a valorização do curso do Mondego da Serra da Estrela até à foz pode representar um exemplo demonstrador da articulação económica e paisagística de um recurso) e ações que cubram as dimensões de exemplaridade preconizadas na estratégia sub-regional;
- Promover a rede urbana da Região de Coimbra como um exemplo pioneiro de cooperação para políticas públicas de melhor integração entre territórios menos e mais desenvolvidos;
- Desenvolver abordagens às questões sociais identificadas como mais relevantes no diagnóstico sub-regional (saúde e envelhecimento em contextos diversos de densidade demográfica e de perda demográfica) baseadas no conhecimento e na cooperação entre centros de produção de conhecimento e serviços públicos de saúde;
- Reforçar a conectividade digital ao serviço da geração de novos modelos de negócio baseados nos mercados externos e da capacitação para a resiliência dos territórios demograficamente mais vulneráveis e atração de jovens ativos a esses territórios;
- Promover novas formas e modelos de mobilidade inteligente adaptados à diversidade de densidades demográficas existente na Região de Coimbra.

Exemplos de projetos estruturantes

Inovação e transformação digital

- Apostar na I&D ligada ao mar, designadamente potenciando o Marefoz - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, aumentando as suas valências na Figueira da Foz e na Região;
- Concertar com as restantes CIM litorais da região projetos de instalação de unidades de aquacultura, tendo em vista o aumento da capacidade regional de substituição de importações em matéria de pescado.
- Apostar na I&D ligada à Floresta, à Agricultura, à Alimentação/Nutrição, e à Saúde/Bem-Estar, tendo em conta a exemplaridade ambiental (sustentabilidade, economia circular, recursos hídricos, transição energética, e emergência climática), e integrando/potenciando as unidades de I&D da região de Coimbra com competências nestas áreas;
- Reforçar o papel da Região de Coimbra como polo de investigação Biomédica e Biotecnológica.

Coesão, agricultura e floresta

- Programa de promoção turística dos territórios de baixa densidade como destinos de natureza seguros;
- Apoiar a constituição de centros de competências com base nos recursos endógenos (Ex: Centro de competências do desporto na natureza, centro de competências da caprinicultura, centro de competências do medronho, Centro de Competências para a Floresta, Centro de Competências para a informação Geoespacial (CC2GEO), etc.);
- Expansão da obra de fomento hidroagrícola do Baixo Mondego;
- Aproveitamento e exploração do potencial do Centro de Biomassa para a Energia.

Transportes, Mobilidade e Logística

- Defesa de uma infraestrutura aeroportuária para a Região Centro;
- Construção de Gare Intermodal para os transportes públicos de Coimbra e (inerente) realocação das instalações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMUTC);
- Ampliação do Sistema de Mobilidade do Mondego aos Concelhos adjacentes de Coimbra;
- Programa de investimento em plataformas logísticas (Ex: Plataforma Logística de Coimbra (Coimbra / Mealhada), Plataforma Rodo-Ferroviária de Alfaias/Granja do Ulmeiro, Plataforma Rodo-Ferroviária Pampilhosa-Coimbra, etc);

Ferrovia

- Modernização eixo Porto Lisboa. Troço Soure-Coimbra-Mealhada (PNI 2030);
- Sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM -R – Ramal de Alfaias (PNI 2030);
- Duplicação do ramal de Alfaias, permitindo o cruzamento de comboios até 750 m de comprimento (PNI 2030);
- Requalificação da Linha da Beira Alta como infraestrutura estruturante para a ligação rápida às linhas ferroviárias transeuropeias, quer de passageiros quer de mercadorias (incluído no PNI 2030).

Rodovia

- Requalificação do IP3 (troço Coimbra – Viseu) em perfil de autoestrada (PNI 2030);
- Construção de ligação da A13 (nó de Ceira) ao IP3 através de um traçado mais a sul relativamente ao existente que permita, entre outras, a potenciação do uso da A13, a conexão com o IC6 e a criação de uma alternativa à EN 17 (PNI 2030);
- Conclusão do IC6 de Ligação de Tábua a Oliveira do Hospital e do IC7 (PNI 2030);
- Conclusão do IC12, ligação Mangualde-Mira (já iniciado entre Santa Comba Dão e Carregal do Sal);
- Ligação ao IP3 dos concelhos localizados no corredor sul (PNI 2030);

Marítimo portuário

- Melhoria das acessibilidades marítimas e infraestruturas portuárias do Porto da Figueira da Foz;
- Melhoria da operacionalidade dos terminais comerciais do Porto da Figueira da Foz e criação de zona logística em área adjacente;
- Construção de ZALI (zona de atividades logísticas e industriais) na Morrastreira (Figueira da Foz);

- *Roadmap* para a transição energética no Portos de Figueira da Foz;
- Desenvolvimento e implementação do conceito "Smart Port" no Porto da Figueira da Foz, através da melhoria das condições de conectividade digital e mobilidade em geral e também de dinâmicas de inovação.

Energia – Redes

- Promoção das interligações de gás natural: "Investimentos que visem o reforço das interligações de gás natural, nomeadamente: (i) 3ª Interligação entre Portugal-Espanha (projeto consta da 3ª lista de Projetos de Interesse Comum); (ii) Aumento da Capacidade de armazenamento de Gás Natural Liquefeito (condicionado à construção da 3ª interligação entre Portugal e Espanha) (Cantanhede) (PNI 2030).

Regadio

- Programa "Revitalização do Regadio" através da reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).

Cidades e mobilidade

- Construção da Ciclovia do Mondego entre Coimbra e Figueira da Foz;
- Conclusão da Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica ao longo de toda a costa litoral continental;

Turismo e Cultura

- Requalificação/reutilização dos equipamentos culturais da região (Ex: Mosteiro de Lorvão);
- Programa de investimento no turismo de natureza, preservando a paisagem e a biodiversidade e valorizando as Aldeias Vivas - Aldeias para visitar, aldeias para descansar, aldeias para trabalhar, dotadas de espaços de *cowork*;
- Valorização do património histórico-cultural da Universidade de Coimbra.

8.8. CIM REGIÃO DE LEIRIA

A Região de Leiria, para além de integrar na sua composição territorial municípios com densidades demográficas muito diversas, que a colocam numa situação privilegiada para promover condições de coesão territorial a partir da lógica de cooperação intermunicipal, destaca-se pela presença de concentrações de cultura empresarial e industrial muito significativas no plano regional. Nessa perspetiva, a região constitui um espaço relevante para a territorialização da estratégia regional, com destaque para três dimensões: (i) a disseminação de modelos e práticas de gestão empresarial com maior intensidade de inovação e de incorporação de conhecimento e emprego qualificado, com o objetivo da cultura e densidade empresariais existentes nos concelhos mais industrializados se traduzirem num desempenho económico com melhores resultados em termos de rendimento *per capita* e de remuneração do trabalho; (ii) a mais robusta capacitação dos territórios de mais baixa densidade criando condições institucionais, organizacionais e de recursos humanos suscetíveis de beneficiar da dinâmica empresarial nas concentrações industriais da região e atrair investimento; (iii) a grande oportunidade aberta pela transição energética e combate à emergência climática para

compatibilizar a dinâmica industrial com a valorização das mais-valias ambientais aqui localizadas, com especial notoriedade para o modelo turístico.

Neste contexto, a territorialização da estratégia regional na Região de Leiria concretiza-se através das seguintes prioridades:

- Valorização do papel que infraestruturas de base tecnológica como o CENTIMFE, a representatividade do *cluster Engineering&tooling* e o Instituto Politécnico de Leiria podem desempenhar como nós relevantes do sistema regional de inovação do Centro presentes neste território, ao serviço da incorporação de níveis mais elevados de inovação (incluindo a digitalização) e conhecimento na atividade empresarial, com ênfase na organização do eixo territorial de inovação e logístico Leiria-Marinha Grande;
- Valorizar a aposta nas indústrias criativas e design industrial no âmbito do Leiria *Innovation Hub*;
- Promover as dimensões de inovação e sustentabilidade nos produtos turísticos na região, capitalizando a diversidade urbano-rural, mais-valias ambientais e relevância do património histórico-cultural na Região de Leiria;
- Plano sub-regional de melhoria de qualificações de jovens e de adultos ativos em linha com os objetivos de inovação e de melhoria do desempenho económico e empresarial;
- Plano coerente de mitigação da emergência climática e de salvaguarda de riscos naturais e tecnológicos no quadro da diversidade territorial da região e de promoção de um novo paradigma energético para a indústria;
- Valorização das infraestruturas para a competitividade existentes na região (linha do Oeste, Base aérea de Monte Real, modernização de áreas de acolhimento empresarial);
- Promoção de investimentos para aumento de resiliência e capacitação do sistema público de saúde em linha com os padrões de distribuição da população mais vulnerável pelo território.

Exemplos de projetos estruturantes

Economia e Inovação

- Capacitar o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) para uma intensa participação na interação sistémica do Sistema Regional de Inovação (SRI) Centro, integrando essa capacitação numa cooperação mais intensa entre as instituições de ensino superior no eixo ensino, ciência e inovação tecnológica de Aveiro – Coimbra – Leiria;
- Concretizar e desenvolver o Parque de Ciência e Tecnologia da Indústria, promovido pela Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo como Associados Fundadores, o IPL/CDRSP (Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentável do Produto), o CENTIMFE, a Incubadora OPEN, a CEFAMOL, e a POOL-NET, potenciando a participação ativa e alargada de outros Associados Aderentes, especialmente da Região Centro;
- Capacitar o CENTIMFE para o reforço do seu papel no SRI Centro;
- Concertar com as restantes CIM litorais da região projetos de instalação de unidades de aquacultura, tendo em vista o aumento da capacidade regional de substituição de importações em matéria de pescado.

Infraestruturas para a competitividade

- Estudo de viabilidade da utilização da base de Monte Real como infraestrutura de suporte a outros fins que não apenas a aviação militar na Região Centro.

Ferrovia

- Programa de sinalização e implementação do ERTMS/ETCS (PNI 2030);
- Requalificação e eletrificação da linha do Oeste;

Transportes e Mobilidade

- Sistema de transportes com autocarros a hidrogénio.

Rodovia

- Requalificação do IC8;
- Requalificação do IC2, com o nó da A1 no Barracão;
- Construção de Nó no IC9 (Zona Industrial de São Mamede) e respetiva ligação à A1 em Fátima.

Ambiente

- Plano de despoluição da bacia do Lis (Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas do Lis) e requalificação do setor pecuário com mitigação do seu impacto ambiental;
- Reforço da reflorestação do Pinhal de Leiria;

Regadio

- Programa “Revitalização do Regadio” através da reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).

Coesão territorial e desenvolvimento social

- Reorganização e qualificação do Complexo Hospitalar de Leiria no contexto pós COVID-19;
- Criação de uma unidade de resposta em matéria de saúde mental;

8.9. CIM VISEU DÃO LAFÕES

O território que corresponde à ação da CIM Viseu Dão Lafões (VDL) tem um papel estratégico na operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional, pois representa a mais importante concentração de atividade empresarial localizada fora da zona litoral da Região Centro. Assim, também na estratégia de ordenamento territorial, a sub-região de VDL assume um papel de rótula para a coesão territorial da região, aliás facilitado pela sua localização num dos principais eixos viários de ligação do Centro com o território espanhol e o centro da Europa. Em coerência com esse papel, não é por acaso que a CIM VDL reivindica que a Visão Estratégica para a Região Centro combata a dicotomia “territórios de competitividade – territórios de coesão”. A CIM VDL trabalha numa visão que coloca a governação territorial baseada na cooperação intermunicipal como aposta para a “dinamização do seu tecido empresarial e afirmação do potencial dos seus patrimónios natural, cultural e social, proporcionando novos

modos de usufruir o território, baseados em elevados padrões de qualidade de vida e numa forte e harmoniosa integração entre o urbano e o rural”. Assumem ainda como prioridades complementares a “transição ecológica sustentável, a neutralidade carbónica, a economia circular e regenerativa, a transformação digital e o ressurgimento de uma ruralidade renovada”. Este quadro de referência declina-se em oito eixos de revisitação da EIDT: (i) educação, qualificação e competências; (ii) coesão social; (iii) competitividade, empresas e empreendedorismo; (iv) turismo, recursos e atratividade; (v) ambiente, transição energética e economia circular; (vi) alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil; (vii) sistema territorial urbano-rural; (viii) governança, capacitação institucional, inteligência territorial.

Face a este contexto, a estratégia regional apresenta boas condições de territorialização apontando para as seguintes orientações:

- Promover a consolidação e extensão da base empresarial existente, reforçando as condições do ecossistema empresarial dedicadas à atração de investimento, à atração de recursos humanos qualificados e de novos residentes, à fixação de empresas especializadas em serviços tecnológicos e de inovação às empresas, à cooperação com infraestruturas de base tecnológica e de valorização e transferência de conhecimento e à transformação digital;
- Valorizar o combate à emergência climática como oportunidade de revisão dos sistemas e modelos de produção agrícola e florestal, da valorização de recursos endógenos e dos modelos de oferta turística em territórios de baixa densidade;
- Promover negócios de economia circular para os territórios interiores, capitalizando a manifestação da sua presença ativa nos trabalhos e no desenho da Agenda Regional para a Economia Circular da Região Centro;
- Dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares;
- Reforço das qualificações intermédias de jovens e de adultos ativos como elemento de uma estratégia de atração de investimento;
- Programa de capacitação de instituições de ação e proteção social com intervenção nos territórios de mais baixa densidade, focado na melhoria das condições de resiliência das populações residentes nesses territórios, com destaque para a população mais envelhecida;
- Valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas.
- Modernizar a rede de instituições do serviço público de saúde no sentido de assegurar simultaneamente a melhoria das condições de vida da população já residente, superar carências existentes e criar condições para uma mais efetiva atração de novos residentes;
- Conceber e implementar um programa coerente de projetos e ações que materializem pactos territoriais urbano-rurais no território de VDL, viabilizados pela governança inovadora proporcionada e acolhida pela CIM, capitalizando o efeito de demonstração que o modelo urbano de Viseu tem vindo a adquirir do ponto de vista dos indicadores de qualidade de vida;

- Avaliar recursos e viabilidade de constituição de Centro para a Gestão Integrada, Valorização de bio-resíduos, subprodutos e energia sustentável.

Exemplos de projetos estruturantes

Transportes e mobilidade

- Promoção da mobilidade elétrica.

Ferrovia

- Corredor Internacional Norte: Novo troço Aveiro/Mangualde (PNI 2030).

Rodovia (PNI 2030)

- Ligação ao IP3 dos concelhos localizados no corredor sul;
- Conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25;

Energia – Redes

- Promoção das interligações de gás natural: "Investimentos que visem o reforço das interligações de gás natural, nomeadamente: (i) 3ª Interligação entre Portugal-Espanha (projeto consta da 3ª lista de Projetos de Interesse Comum); (ii) Aumento da Capacidade de armazenamento de GNL (condicionado à construção da 3ª interligação entre Portugal e Espanha) (PNI 2030).

Recursos hídricos

- Construção de nova barragem em Fagilde e remodelação de todo o sistema de distribuição em alta (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu);
- Barragem de Sanguinhedo das Maças (Viseu);
- Barragem de Pinhosão | Maeira (São Pedro do Sul).

Saúde

- Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E.;
- Reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu.

9. Siglas e Abreviaturas

ADL	Associações de Desenvolvimento Local	INE	Instituto Nacional de Estatística
AML	Área Metropolitana de Lisboa	IP	Itinerário Principal
ANI	Agência Nacional de Inovação	IPL	Instituto Politécnico de Leiria
BB	Beira Baixa	ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
BCE	Banco Central Europeu	ITI	Investimentos Territoriais Integrados
BSE	Beiras e Serra da Estrela	Jovens	Jovens que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação
CCDRCC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	NEET	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
CE	Comissão Europeia	MTSSS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
CET	Cursos de Especialização Tecnológica	NUTS	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
CENTIMFE	Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos	PDCT	Produto Interno Bruto
CIM	Comunidades Intermunicipais	PIB	Pequena e Média Empresa
CO2	Dióxido de Carbono	PME	Programa Nacional de Investimentos
EIDT	Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial	PNI	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
EMPIS	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social	PNPOT	Programa Operacional Regional
EN	Estrada Nacional	POR	Paridades do Poder de Compra
ENEI	Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente	PPC	Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro
ER	Estrada Regional	PIMTRA	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
ETA	Estação de Tratamento de Água	PROVERE	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
ETCS	Sistema Europeu de Controlo dos Comboios	RIS3	Sistema de Incentivos
ERTMS	Sistema Europeu de Gestão de Tráfego Ferroviário	SI	Serviços de Interesse Geral
FEIE	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	SIG	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
FSE	Fundo Social Europeu	SCTN	Serviço Nacional de Saúde
GAL	Grupos de Ação Local	SNS	Sistema Regional de Inovação
GSM-R	<i>Global System for Mobile Communications - Railway</i>	SRI	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
H2020	Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação	TeSP	Tecnologias de Informação e Comunicação
I&D	Investigação e Desenvolvimento	TIC	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
I&D&I	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	TICE	União Europeia
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.	UE	Valor Acrescentado Bruto
IC	Itinerário Complementar	VAB	Viseu Dão-Lafões
		VDL	Zona de Atividades Logísticas e Industriais
		ZALI	

10. Anexos

Anexo 1 – Entidades que participaram na construção da Estratégia Regional

- Administração da Região Hidrográfica do Centro / Agência Portuguesa do Ambiente
- Administração do Porto de Aveiro, S.A.
- AEMITEQ - Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade
- Ageing@Coimbra (UC)
- Agência Nacional de Inovação
- Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria
- Associação de Desenvolvimento do Dão
- Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra
- Associação de Estudos do Alto Tejo
- Associação Empresarial da Região Viseu
- Associação Empresarial do Sabugal
- Associação Empresarial Serra da Lousã
- Associação Filarmónica de Arganil
- Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas
- Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
- Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico
- Associação Portuguesa dos Aquacultores
- Biocant Park
- BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação
- Câmara Municipal da Guarda
- Câmara Municipal da Lousã
- Câmara Municipal da Mealhada
- Câmara Municipal de Águeda
- Câmara Municipal de Albergaria a Velha
- Câmara Municipal de Alcanena
- Câmara Municipal de Arganil
- Câmara Municipal de Caldas Rainha
- Câmara Municipal de Cantanhede
- Câmara Municipal de Coimbra
- Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
- Câmara Municipal de Constância
- Câmara Municipal de Figueira Castelo Rodrigo
- Câmara Municipal de Gouveia
- Câmara Municipal de Ílhavo
- Câmara Municipal de Leiria
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
- Câmara Municipal de Oleiros
- Câmara Municipal de Peniche
- Câmara Municipal de Pombal
- Câmara Municipal de Seia
- Câmara Municipal de Torres Vedras
- Câmara Municipal de Viseu
- Câmara Municipal do Fundão
- Câmara Municipal do Sabugal
- Cáritas Diocesana de Coimbra
- CBE - Centro da Biomassa para a Energia
- CBRA Genomics
- CEC - Câmara de Comércio e Indústria do Centro
- CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos
- Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH/UC)
- Centro de Estudos Sociais (CES/UC)
- Centro de Imagem Biomédica e Investigação Translacional (CIBIT/UC)
- Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS/UBI)
- Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta (CIEPQPF/UC)
- Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos (CICECO/UA)
- Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC/UC)
- Centro de Tecnologia Mecânica e Automação (TEMA/UA)
- CGTP IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
- Circe Molecule, Lda.
- Cluster Engineering & Tooling
- Cluster Habitat Sustentável
- Coimbra Institute for Clinical and Biomedical Research (iCBR/UC)
- CoimbraMaisFuturo - Associação de Desenvolvimento Local
- Comunidade Intermunicipal Beira Baixa
- Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela
- Comunidade Intermunicipal Médio Tejo
- Comunidade Intermunicipal Oeste
- Comunidade Intermunicipal Região de Aveiro
- Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra
- Comunidade Intermunicipal Região de Leiria
- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- Conselho Empresarial da Região de Aveiro
- Direção Geral de Política do Mar
- Direção Geral do Património Cultural

- Direção Geral do Território
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- Direção Regional de Cultura do Centro
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços Região Centro
- ESA Space Solutions Portugal
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA/UA)
- Etnoideia
- FabLabs Portugal - Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital
- Federação Minha Terra
- FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais
- IDNet – Incubadora de Empresas D. Dinis
- INESC-TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
- Infraestruturas de Portugal
- Iniciativa Energia para a Sustentabilidade (UC)
- Iniciativa Liberal
- Instituto de Biomedicina de Aveiro (iBiMED/UA)
- Instituto de Genética Médica (UC)
- Instituto de Sistemas e Robótica (ISR/UC)
- Instituto de Telecomunicações
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Instituto Pedro Nunes
- Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Instituto Politécnico de Coimbra
- Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra
- Instituto Politécnico de Leiria
- Instituto Politécnico de Tomar
- Instituto Politécnico de Viseu
- Labfit
- Leader Oeste-Associação Desenvolvimento Rural
- LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
- Museu Nacional Grão Vasco
- NERC - Associação Empresarial da Região de Coimbra
- NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria
- NOVOTECNA - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico
- Núcleo Empresarial da Região da Guarda / Associação Empresarial
- O Teatrão
- Ordem dos Engenheiros
- Partido Volt
- Portugal Ventures - SCR, S.A.
- PROVERE Aldeias do Xisto
- PROVERE Aldeias Históricas de Portugal
- PROVERE iNature
- PROVERE Termas do Centro
- Raiz/The Navigator Company
- SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta
- TAGUSVALLEY - Parque Tecnológico do Vale do Tejo
- Turismo de Portugal
- Turismo do Centro de Portugal
- Universidade da Beira Interior
- Universidade de Aveiro
- Universidade de Coimbra
- Xsealence - Sea Technologies, SA

